



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO /PPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICAS E
CONTEMPORANEIDADE / PPGREC /MESTRADO**

ANTÔNIO ROCHA SILVA

**A MONOPARENTALIDADE EM MULHERES NEGRAS:
TENSÕES ENTRE IDENTIDADE E RECONHECIMENTO NAS
TRAMAS DAS RELAÇÕES ÉTNICAS.**

**Jequié-BA
2016**

ANTÔNIO ROCHA SILVA

**A MONOPARENTALIDADE EM MULHERES NEGRAS:
TENSÕES ENTRE IDENTIDADE E RECONHECIMENTO NAS
TRAMAS DAS RELAÇÕES ÉTNICAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Relações Étnicas e Contemporaneidade/ Mestrado Acadêmico Interdisciplinar da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

Linha de Pesquisa 2: Gênero e Diversidade Sexual

Orientadora: Dra. Maria de Fátima Di Gregório.

**Jequié-BA
2016**

S578 Silva, Antônio Rocha.

A monoparentalidade em mulheres negras: tensões entre identidade reconhecimento nas tramas das relações étnicas/ Antônio Rocha Silva. – Jequié. - Ba, 2015
128f.;. il.; 30cm

(Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, sob orientação da Prof. Dr^a. Maria de Fátima Di Gregorio)

1.Etnia. 2.Mulheres negras 3.Identidade 4.Família monoparental I. Di Gregorio, Maria de Fátima II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia III.Título.

CDD -

305

Jandira de Souza Leal Rangel - CRB 5/1056. Bibliotecária – UESB - Jequié

Título em inglês: The single parenthood in black women: Tensions between identity and recognition in the frames of social relations.

Palavras-chave em inglês: Ethnicity; Black women; Marks; Identities: One-parent family.

Área de concentração: Antropologia, Relações Étnicas e Contemporaneidade

Titulação: Mestre em Relações Étnicas

Banca Examinadora: Profa. Dra. Cláudia de Faria Barbosa (UESB), Profa. Dra. Sandra Suely de Oliveira Souza (UESB) e Profa. Dra. Maria de Fátima A. Di Gregório (UESB/UNEB).

Data da Defesa: 25 de Julho de 2016.

Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade

BANCA EXAMINADORA

Profa. Phd. Marise De Santana (UESB)

Profa. Dra. Cláudia de Faria Barbosa (UESB)

Profa. Dra. Sandra Suely de Oliveira Souza (UESB)

Profa. Dra. Maria de Fátima A. Di Gregório (UESB/UNEB)

Local e Data da Defesa de Dissertação:

Jequié, 25 de Julho de 2016.

Resultado: _____

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho, especialmente, a Deus, aos meus pais, pelo amor, incentivo e apoio constantes, a minha esposa e filhas, essenciais para esta conquista. A minha orientadora, que desempenhou papel fundamental nessa trajetória.

O outro nos veem como eles podem, e nós nos vemos como queremos. Sendo assim, o corpo é um modelo virtual e nunca um corpo real. Ele é somente uma representação, cabendo a cada um descobrir suas múltiplas personalidades, ou seja, suas múltiplas faces, ritmos de expressão, a fim de estar em relação. Pois o que sabemos até agora é que estar à deriva, solitários e isolados, é o maior risco para a nossa sobrevivência. Temos de ser humildes para saber que seremos quem somos para nós, mas o outro terá sempre meios para decidir como eles nos veem.

*Luigi Pirandello*¹

¹ C f texto do livro de PIRANDELLO, Luigi. **Um, nenhum e cem mil**. Editora Cosac Naify, 2005.

AGRADECIMENTOS

Ao bom Deus – por ter me permitido subir mais um degrau da caminhada. A Ele toda a glória!

À minha família: minha mãe Maria, meu pai Joaquim minha sogra Gildete, à querida esposa Gilde Luana, às lindas filhas Rebeca e Isa pelo carinho na minha trajetória. Meninas que incentivam minha luta!

Propiciando as condições necessárias para a realização deste trabalho, agradeço a todos os professores do Programa e em especial à Profa. Dra. Marise de Santana, mentora da proposta PPREC e ao Prof. Dr. Benedito Eugênio Gonçalves pelo atendimento aos alunos e dedicação à primeira turma do mestrado. Gratidão é pouco!

À banca examinadora que se empenhou em leituras, a minha gratidão. E em especial à minha orientadora - Profa. Dra. Maria de Fátima Di Gregório, que sem a sua orientação não chegaria até aqui.

Por fim, agradeço aos amigos, aos que me acompanham desde antes, e àqueles que tiveram a sorte de tê-los conhecido trazendo bom convívio nestes dois anos de mestrado. Vocês além de me proporcionar amizade, apoiaram na minha formação acadêmica, proporcionando ótimas conversas, momentos divertidos aos quais pretendo levar comigo para o resto da vida.

SILVA, Antônio Rocha. **A Monoparentalidade em mulheres negras: tensões entre identidade e reconhecimento nas tramas das relações étnicas.** Dissertação de Mestrado em Relações Étnicas e Sociedade Contemporânea/ODEERE/UESB. Jequié/BA, 2016.

RESUMO

O presente trabalho resulta de pesquisas realizadas durante o mestrado em Relações Étnicas e Contemporaneidade na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/UESB, quando se investigou a mulher negra em condição de monoparentalidade, buscando compreender como a condição de monoparentalidade em mulheres negras tem criado nas tramas das relações sociais tensões entre grupos capazes de implicar nos processos de construção de identidades que se firmam, enfatizando gênero e elementos étnicos. No percurso metodológico, a pesquisa bibliográfica buscou ancoragem na fenomenologia com seu caráter hermenêutico que possibilitou reflexões acerca da situação dessas mulheres. Para tanto, usa-se os procedimentos da história oral de vida cuja rede é composta por sete mulheres que atuam em diversas áreas de trabalho e que se reconhecem como negras em condição de monoparentalidade e/ou matrifocalidade - colaboradoras da pesquisa que narram suas histórias de forma a perceber que a exclusão na sociedade aconteceu e no cotidiano de suas vidas, resquícios do processo de colonização do país ainda estão presentes no valor histórico de famílias normativas. A pesquisa traça a trajetória da mulher no contexto em estudo, fazendo abordagens acerca da condição de ser mulher de baixa renda, negra e em condição de monoparentalidade, dando ênfase ao processo de reconfiguração das subjetividades femininas. Em seguida, discute-se o fato de a sociedade contemplar modelos de famílias que correspondem a diferentes papéis de gênero, enfocando o que as colaboradoras dizem acerca da família, do ser mulher negra, das dificuldades e desafios em seus cotidianos a partir do reconhecimento de si e do outro, pensando as marcas sociais e afetivas que norteiam a construção de suas identidades, - fenômeno que se mostra naturalizado na sociedade contemporânea.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres Negras; Marcas; Identidade; Etnia; Família Monoparental

SILVA, Antonio Rocha. **The single parenthood in black women: tensions between identity and recognition in the plots of ethnic relations.** Master's thesis on Ethnic Relations and Contemporary Society / ODEERE. UESB. Jequié/BA, 2016.

ABSTRACT

This work results from researches made during the masters in Ethic Relations and Contemporaneity at the State University in the Southeast of Bahia UESB, when it was investigated the condition of single parenthood of the black woman trying to understand what it is the condition of being black and single mother in the precluded and prejudiced society in which social relations create tensions and confrontations that hampers the processes of recognition and identity construction in the methodological course the bibliographic research aimed in the anchoring phenomenology with its hermeneutic character that enabled reflections about the situation of these women. Thus, it uses the oral history of life whose "mesh" consists of women who work in various work areas and who recognize themselves as black in condition of single parenthood/matrifocality - collaborative research that tell their stories in order to understand that the exclusion in society happened, and in their everyday lives remnants of the country's colonization process are still present in the historical values of normative families, the research traces the trajectory of women in the country making approaches to the condition of being black emphasizing the subjectivity of female reconfiguration process. Furthermore, we discuss the fact that society consider models of families that correspond to different roles for men and women focus on what the authors say about family, gender construction, difficulties and ethic challenges; besides thinking about the social and emotional marks that guide the construction of their identities - phenomenon that seems to be naturalized in contemporary society.

KEYWORDS: Black Women; Brands; Identity; Ethnicity; One-Parent family

LISTA DE ABREVIATURAS

CEB's - Comunidades Eclesiais de base da Igreja Católica Apostólica Romana

CEDIM/RJ – Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Rio de Janeiro

FBPF – Federação Brasileira pelo Progresso Feminino

FNB – Frente Negra Brasileira

HOV – História Oral de Vida

ONU – Organização das Nações Unidas

PAISM – Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher

UESB – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

UNIFEM – Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher

RELAÇÃO DE ANEXOS

ANEXO 1 –TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

RELAÇÃO DE APÊNDICES

APÊNDICE 1 – ROTEIRO PARA AS ENTREVISTAS

SUMÁRIO

TESSITURAS INICIAIS	12
CAPÍTULO I.....	22
A (RE) CONSTITUIÇÃO DO MODELO DE MULHER NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA.....	22
1.1 CONQUISTAS DA MULHER NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA.	23
1.2 A CONDIÇÃO DE SER NEGRA EM UMA SOCIEDADE COLONIALISTA.....	27
1.3 AS MULHERES NAS RELAÇÕES E CONFIGURAÇÕES SOCIAIS: ENTRE IDENTIDADES E RECONHECIMENTO DO SI	36
1.4 ETNICIDADE, DIVERSIDADE E RECONHECIMENTO: EIS O SENSO DE JUSTIÇA	48
CAPÍTULO II.....	54
FAMÍLIA: INTINERÂNCIA DA MONOPARENTALIDADE	54
NO CONTEXTO BRASILEIRO	54
2.1 A FAMÍLIA: SUAS MÚLTIPLAS PERSPECTIVAS E DIMENSÕES	55
2.2 A FAMÍLIA MONOPARENTAL E SUAS CONFIGURAÇÕES NO BRASIL	66
2.3 NA DIALÉTICA DAS RELAÇÕES SOCIAIS: A ETNIA, A RAÇA E AS QUESTÕES DE GÊNERO NA CONDIÇÃO DE MATRIFOCALIDADE.....	75
CAPÍTULO III.....	88
PESQUISA “IN LÓCUS”: OS DESAFIOS DE SER NEGRA EM CONDIÇÃO DE MONOPARENTALIDADE NA SOCIEDADE CONTEMPORANEA.....	88
3.1 SER NEGRA E MÃE SOLTEIRA:AS IDENTIDADES SOLIDIFICADAS PELAS FAMÍLIAS NORMATIZADAS.....	89
3.2 IDENTIDADES EM JOGO: A LUTA COTIDIANA DAS MULHERES NEGRAS EM CONDIÇÃO DE MONOPARENTALIDADE	99
TESSITURAS FINAIS	113
REFERÊNCIAS.....	116
ANEXOS	124
APÊNDICES	126

TESSITURAS INICIAIS

O tema que desde os anos de escola despertava especial interesse ao pensar as questões étnicas – percebidas não somente nas dinâmicas escolares, mas nas relações sociais como menino que passou pela infância lidando com questões discriminatórias ao fazer parte de uma família nordestina, advinda de brancos portugueses e negros. Recorrendo ao uso dessas memórias, a condição de ser filho de mãe negra, despertava olhares entre as pessoas em uma sociedade habitada por uma inusitada mistura de grupos étnicos.

Bosi (1994) lembra que "somos, de nossas recordações, apenas uma testemunha, que às vezes não crê em seus próprios olhos e faz apelo constante ao outro para que confirme a nossa visão," – um espelho que se mostra desde menino ou mesmo na condição de jovem, com a inserção de uma identidade dobradiça, entre ser branco e negro. Pois bem, a consciência étnica esteve no caminhar da vida e quando jovem, com o ingresso na vida religiosa às convivências em diversas comunidades eclesiais de base da Igreja Católica Apostólica Romana (CEB's) enquanto membro do seminário religioso passionista. As CEB's como espaços onde aconteceram trabalhos com grupos de jovens da Igreja Católica e dentre eles, o de mulheres que sustentavam sozinhas as suas famílias foi o despertar para a questão.

Junto a essas experiências, os casos de família, amigos, pessoas que relatavam casos de mulheres negras em condição de monoparentalidade e ou matrifocalidade que eram constantemente (in)visibilizadas em diversos âmbitos tais como: famílias, escolas, igrejas e sociedade. Mulheres que ao longo da história do país tem enfrentado nas relações sociais, preconceitos, marcas e atitudes de segregação em suas lutas cotidianas. Pensar a questão da família, dos grupos de trabalho, dos desafetos pela condição de ser mulher negra em condição de monoparentalidade, em uma sociedade estigmatizadora e preconceituosa, se tornou algo instigante para o desenvolvimento da dissertação de mestrado.

'Ser negra' remete a algumas preocupações inseridas no contexto da sociedade brasileira, especialmente quando há relatos das marcas sociais e relações afetivas inseridas no liminar da solidão, isso pela condição de monoparentalidade.

Pensar que, muitas mulheres passam pela maternidade sem contar com a presença do pai da criança que se esquivava da responsabilidade de prover e cuidar dos filhos, sendo auxiliadas apenas com o apoio de familiares e vizinhos. Todavia, a presença de um pai numa relação não representa apenas no ato da procriação, mas ao amparo afetivo, social. O que pensam as mulheres que passam por esta situação? Quais suas marcas?

Sabe-se que a monoparentalidade no Brasil tem um campo ainda restrito na área do Direito Constitucional, faltando reconhecimento civil. Somando-se a isso o fato de haver limitados estudos sobre o tema atrelado às questões da família. Portanto, a escolha do tema deu-se diante da constatação da ausência de pesquisas a respeito da mulher negra em condição de monoparentalidade/matrifocalidade na região de Jequié. E para tanto, se questiona: nas tramas das relações sociais, ser negra em condição de monoparentalidade tem desenvolvido tensões capazes de interferir nos processos de construção de identidades?

O objetivo geral da pesquisa está voltado para compreender como a condição de monoparentalidade em mulheres negras tem criado nas tramas das relações sociais tensões entre grupos capazes de implicar nos processos de construção de identidades que se firmam, enfatizando gênero e elementos étnicos. Para tanto, estabeleceram-se alguns objetivos específicos, tais como: compreender como as identidades transitam entre a condição de monoparentalidade e os estigmas sociais; pensar a monoparentalidade na sociedade brasileira e sua relação com a etnicidade e gênero; identificar as formas estigmatizadoras presentes no cotidiano das relações sociais dessas mulheres; detectar como a monoparentalidade atrelada a etnia e ao gênero interferem na construção de identidades; analisar como as identidades são construídas a partir dos processos de reconhecimento étnico.

Voltando ao objeto, o *lócus* de estudo foi na cidade de Jequié, utilizando-se do cruzamento entre as informações coletadas por meio de entrevistas, a exploração da bibliografia sobre relações raciais com a rede de sete mulheres que se reconhecem como negras em condição monoparentalidade, buscando compreender como as identidades foram construídas na dinâmica do reconhecimento em contextos sociais, em tempo que se toma o conceito de gênero como relacional. Nessa tessitura da pesquisa, levanta-se as produções teóricas nessas áreas conceituais voltados para os seguintes aspectos de análise: monoparentalidade e matrifocalidade, família, etnicidade, gênero e identidades/reconhecimento. A maneira de conceber o uso de

gênero, no plano analítico ao lado de outras questões definem o estado de arte dessa dissertação.

A pesquisa orienta-se no social, aportando-se na abordagem hermenêutica fenomenológica, considerando que a mesma permite realizar uma compreensão a partir das visões do ser humano e de mundo que a embasa. O homem é considerado como atribuidor de significados [e] histórico, capaz de pensar e com o outro, através do trabalho, construir história” (ESPOSITO, 1993, p.40). Segundo o autor, é essa ancoragem que serve ao pesquisador como horizonte sobre o qual este se apoia, garantindo-lhe que parte de algumas perspectivas. E estas, não buscam a quantificação de comportamentos observáveis e controláveis, já que o pesquisador se abre para o significado qualitativo que emerge na aproximação com o fenômeno, fundamentando-se na compreensão e interpretação dos acontecimentos em si. Surge aí a importância da hermenêutica em sua articulação com o método fenomenológico, pois está em sua origem, a referência a palavra grega *hermeios* que se refere ao mensageiro Alado, permitindo buscar o significado de uma obra, enquanto produção humana, a partir do contexto em que se mostra (ESPOSITO, 1994).

A hermenêutica se mostra pela capacidade de tomar três conceitos fundamentais inseridos na filosofia de Paul Ricoeur: os conceitos de reconhecimento, de identidade como mesmidade (*idem*) e a identidade como ipseidade (*ipse*) que, por sua vez, incidem em uma vida cotidiana e a elucidação que comporta interpretação a partir de olhares e concepções que se estabelecem quando se lê algo. Todavia, a interpretação é um problema suscitado dentro de uma determinada leitura, pois este se revela um pensamento vivificador carregado de sentidos para quem lê. Deste modo, Ricoeur (1989, p.123) mostra que a intenção de conciliar à hermenêutica e mediante os vários conflitos de interpretações de quem interpreta, é tarefa complexa, pois o diálogo perpassa entre os saberes e a infatigável tentativa de olhares que se cruzam e intersectam, marcando a obra. Ressaltando-se que: contrariamente à tradição do cogito e à pretensão do sujeito de se conhecer a si mesmo por intuição imediata, torna-se preciso afirmar que não apenas compreende-se pela digressão dos signos de humanidade depositados nas obras de cultura, mas, estão sujeito a outras compreensões.

Nessa perspectiva, a pesquisa é qualitativa e amparada em sujeitos que dão sentido as análises, ajudando na construção de registro dessas experiências

coletadas durante a pesquisa. Nesse contexto, a vida dessas colaboradoras aqui é vista como uma atividade interativa realizada pelo contato com grupos como família, escola, igreja – matrizes importantes na construção das identidades.

Ainda nas tessituras metodológicas, a técnica da história oral abriu espaço para as entrevistas que tem o objetivo investigador, de captar a história de vida registrando fielmente a fala dos sujeitos desta pesquisa, – as sete mulheres negras colaboradoras, que mantêm suas famílias na condição de monoparentalidade. Essas colaboradoras são reconhecidas nos textos com as letras A,B,C,D,E,F,G. As falas dos colaboradoras foram gravadas e transcritas sob forma de vivências narradas, dando origem posteriormente a um texto que dá corpus a pesquisa, - narrativas de mulheres que viveram suas marcas afetivas e sociais em uma sociedade segregadora e preconceituosa.

Foram aplicados procedimentos exploratórios da história oral de vida para coleta de dados na cidade de Jequié e, em tempo em que as informações foram sendo registradas em cadernos, vídeos sobre a participação das mulheres que lutam pela sobrevivência em número de sete. Isso com o intuito de captar a presença da mão de obra feminina, especialmente a negra e pobre, investigando suas trajetórias e formas de viver no cotidiano diante dos impasses dos segmentos socioeconômicos, culturais, educacionais e políticos da região/do local. Espaço onde a política promete, mas não acontecem modificações significativas no quadro social.

A pesquisa partiu do questionamento: Quais as marcas que impregnaram suas identidades? Como conseguem viver nessas condições de vida? Como pensam e se organizam? Suas identidades sofreram impactos pela condição de monoparentalidade? O reconhecimento de si foi constitutivo para que as mulheres enfrentassem as coerções sociais? Quais as lideranças e formas de participação dessas mulheres na sociedade local, regional?

O tema é desafiador, pois essas mulheres fazem parte de grupos as quais receberam marcas pela condição do modo de vida que as caracterizam (ser solteira, negra e mulher). Mesmo na diversidade regional, a pobreza ainda é pouco visualizada no sentido de propaganda política em períodos de eleições isso porque as ações mais efetivas para reverter o quadro social dessas regiões, especialmente o Nordeste do Brasil ainda está à mercê de políticas sociais, públicas.

A pesquisa ainda se ancora nos procedimentos da História Oral de Vida/HOV, haja vista que a convivência com essas colaboradoras como parte da pesquisa

representa uma experiência formativa. A História Oral trabalhada como técnica se mostra à luz de autores como Paul Thompson (1998), Verena Alberti (2004), José Carlos Sebe Bom Meihy (2007), Bosi (2006), sendo os mesmos atrelados ao pensamento de Paul Ricoeur (2005). Essas histórias da vida observadas, ouvidas, tornam-se mais inteligíveis quando lhes são aplicados modelos narrativos – a exemplo, as intrigas, extraídas das histórias, tramas e marcas. A identidade, portanto é a especificidade narrativa e não há como compreender a caracterização dessas mulheres sem o auxílio da narração, pois a pessoa tem a possibilidade de construir sua própria visão do acontecido. Como indica Agier (2001, p.12): a atenção principal do observador deve se colocar antes sobre as interações e as situações reais nas quais os atores se engajam, do que nas representações formuladas a priori das culturas, tradições ou figuras ancestrais em nome das quais se supõe que eles agem. É a partir dos contextos e das questões em jogo nas situações de interação que a memória é solicitada seletivamente.

Entende-se, assim, que o enfoque da observação e dos diálogos sinalizam as interações enquanto produtoras de processos identitários e culturais, e isso vem a contribuir para a compreensão de questões levantadas durante a pesquisa. Reflexões acerca da situação das mulheres e das famílias que estão inseridas em uma sociedade onde as relações são cada vez mais fluídas e frágeis, isso implica ainda em pensar que a rigidez de identidades não existe, apesar da ideia de que a sociedade tradicional ainda impõe modelos e desconstruir a ideia não é tarefa fácil, haja vista o tempo da reconfiguração e de novos olhares para as famílias que entram em conflito com o rígido e tradicional. Não se trata de uma sociedade harmônica, mas de contradição entre modelos que se enfrentam e lutam deixando marcas e sentimentos capazes de gerar fracassos, segregações e discriminações que interferem na construção de identidades.

Bauman (2005) busca pensar a fluidez contida nessas identidades e em especial, na sociedade, através da família em seu papel dentro da própria sociedade líquida, onde os modelos estabelecidos sofrem mudanças no decorrer dos anos, gerando modelos e outros funcionamentos.

E para compreender as identidades aportadas nas relações étnico-raciais nesse processo histórico de exclusão, foi necessário analisar e interpretar as formas de atuação e socialização dessas mulheres colaboradoras à luz de pensamento de Munanga (2004) quando ressalta as inúmeras maneiras de discriminação presentes

na sociedade, alertando as formas de manutenções da mesma, que o autor pensa o negro na sociedade brasileira, buscando entender as decodificações e manifestações do racismo no Brasil, suas peculiaridades que justamente o diferencia das manifestações presentes em outros países.

Autores que foram selecionados durante os semestres em estudo no sentido de atender as demandas do texto, a exemplo de François de Singly (2007) que pensa o indivíduo moderno, as inovações de modelos sociais e a desigualdade de gênero, além de pensar a mulher e o seu papel na família, ao tempo que ressalta a família como lugar privilegiado de socialização. Gênero, enquanto categoria histórica e social cultural surge como conceito de análise para questionar papéis e comportamento de homens e mulheres.

Para Carvalho e Montané (2012) reverter a desigualdade de gênero implica em equilibrar a participação de homens e mulheres em diversas áreas. O estudo de gênero não analisa biologicamente a mulher. Ou seja, já que a mulher/ser biológico não faz parte do objeto dos estudos de gênero, uma vez que a mulher como naturalmente passiva, tímida, intuitiva, chorona, dependente, sem iniciativa, reduzida a uma série de papéis femininos, os quais, construídos culturalmente, foram atribuídos a muitas gerações de mulheres (BONNICI, 2007, p.126).

Analisar a característica do movimento mulher na família contemporânea é pensar na vida privada e, ao mesmo tempo, pública, destacando-se a família como um espaço no qual as mulheres protegem a sua individualidade, em tempo que sofrem o preconceito da sociedade, mediante a condição de estar só sob a regulação social. Singly (2007) demarca que o período contemporâneo se caracteriza pelo maior domínio do destino individual e familiar, devido a um sistema de valores que aprova a autonomia e a recusa dos indivíduos em seguirem costumes referentes ao desempenho dos papéis sociais de marido e esposa, uso por vontade das gerações passadas. Conseqüentemente, ocorre o duplo movimento - recusar a condição do casamento e criticar a falta dele. Menciona-se aqui, que, as condições objetivas permitem o controle desse domínio individual das mulheres, especialmente quando as mesmas transitam sozinhas nos espaços.

Trabalhando as identidades, recorre-se ao pensamento de Stuart Hall (2005) quando este aponta as três concepções de identidade: do sujeito do Iluminismo, do sujeito sociológico e do sujeito pós-moderno. Elide Fogolari (2002), comenta Hall e suas concepções, o sujeito do iluminismo, com base “numa concepção da pessoa

humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação” [...]. O centro essencial do eu era a identidade de uma pessoa. Já o sujeito sociológico reflete a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que este núcleo interior do sujeito não é autônomo e autossuficiente, mas formado na relação com outras pessoas, a humana, no entanto, o termo raça em diferentes contextos pode ter uma conotação política para demarcar características físicas como a cor da pele, tipo de cabelo dentre outros aspectos. Hall (2005) trabalha as identidades deslocadas ao redor de direções que vem de grupos e os conflitos presentes em um “eu” coerente que vem fantasiado a partir do imaginário das memórias fabricadas e de toda uma influência do social. De acordo com essa vertente, a identidade preenche o espaço entre o interior e o exterior, entre o mundo pessoal e o público. Fogolari (2002, p 49) coaduna com a ideia de Hall que a terceira concepção de sujeito, a do sujeito pós-moderno, não possui uma identidade fixa, essencial ou permanente; ela é sempre uma celebração móvel; ela não se define biológica, mas historicamente.

A chamada crise de identidade retratada pelos autores é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social.

Os autores ainda consideram o conceito de identidade complexo, mas isso não os impede de formular discussões, suscitando reflexões em torno da ideia de que as identidades estão sendo descentradas, ou seja, deslocadas, fragmentadas “[...] que são construídas por meio das diferenças e não fora dela”. Isso implica o reconhecimento radicalmente perturbador de que é apenas por meio da relação com o outro, da relação com aquilo que não é.

Munanga (1994), ao se referir sobre identidade destaca: a identidade é uma realidade sempre presente em todas as sociedades humanas. Qualquer grupo humano, através do seu sistema axiológico sempre selecionou alguns aspectos pertinentes de sua cultura para definir-se em contraposição ao alheio. Munanga (1994, p.177-178) traz a definição de si (auto definição) e a definição dos outros (identidade atribuída) têm funções conhecidas: a defesa da unidade do grupo, a proteção do território contra inimigos externos, as manipulações ideológicas por interesses subjacentes.

O conceito de identidade é entendido como um conjunto de aspectos individuais, que caracterizam uma pessoa, mas também um aspecto plural, constituído a partir das relações sociais e isso é evidente nos estudos sobre as mulheres negras e dos próprios estudos sobre famílias no Brasil. Esse conceito não pode ser entendido a partir de apenas uma definição, pois sua construção está associada ao meio em que o indivíduo está inserido, podendo basear-se em fatores culturais, econômicos, étnicos, políticos e geográficos. E pelo seu caráter ideológico, está inserido na lógica de relações vistas por Etienne Balibar (1996) como preconceitos porque considera um problema e é justamente a multiplicidade de abordagens que torna a palavra tão questionada.

Esses debates sobre identidade estão no domínio da antropologia, haja vista que versa sobre os fenômenos de emergência deste objeto de estudo. Se a etnicidade está relacionada à organização de grupos, - sendo a ela atribuída pelos próprios autores - as fronteiras se estabelecem e são mantidas, apesar da movimentação e intercâmbio entre elas. Esse jogo e processos permeados por conflitos, tensões, lutas entre identidades, pertencentes instituem tensões e linhas fronteiriças os quais Barth (1998) traz uma abordagem sobre a etnicidade e a persistência das fronteiras criadas por partes das unidades étnicas.

Seguidamente o estudo da Etnicidade é constitutivo, por entender que está imbricada no cerne das discussões do Programa do mestrado em estudo. Como a identidade cultural se constrói tendo com base na tomada de consciência das diferenças provindas das particularidades históricas, culturais, religiosas, sociais e regionais, estas se delineiam em diversos processos, que revelam pluralismos entre sujeitos históricos e culturais e não como biológicos ou raciais.

Balibar (1996) tanto como Barth (1998) utilizam as fronteiras para compreender as dinâmicas do grupo, dinamizando a identidade étnica quando mostra que ela não é estática e se transforma a partir das relações e como qualquer outra identidade, coletiva. A interação entre os sujeitos e grupos, permitem transformações contínuas que modela a identidade, em processo de exclusão ou inclusão, determinando quem está inserido no grupo e quem não se está.

Os autores apontam os critérios usados para identificar um grupo étnico na literatura antropológica como designação de grupos com característica de se autoperpetuar sob o ponto de vista biológico, cujo compartilhamento de valores culturais como fundamentais à identificação do grupo. As críticas apresentadas por

Barth são relativas a uma visão de um modelo típico ideal que traz atrelada a ela uma preconceção limitadora de abordagens que trata de relações estáveis mantidas através de fronteiras que tem por base estatutos étnicos, o imaginário de grupos.

Balibar (1996) ressalta ainda que a noção de identidade se torna mais concreta, quando analisada a partir do prisma de pertencimento, haja vista que a representação 'do nós' cruza com 'o eu' do sujeito para entrar em comunicação como o outro. Sendo que a identidade não é dada naturalmente, mas uma construção em eterna transformação, uma identificação – seja voluntária ou não, passando pelo caráter ideológico, em relações de poder que transita na cidadania, criando fronteiras. Balibar levanta a tese que toda identidade corresponde a um sentimento de familiaridade, pelo reconhecimento em um grupo.

Bauman (2008) defende que a fluidez desta contemporaneidade: [...] não significa o desaparecimento final das identidades culturais, mas representa, sim, que elas, estão em padrões e produtos culturais que mudaram, de lugares – pelo menos quando comparadas com outras pelo viés da cultura.

Para Bauman (2008, p 69), mobilidade, desarraigamento e disponibilidade, acessibilidade global dos padrões e produtos culturais constituem agora a 'realidade primária' da cultura e como identidades culturais distintas, só podem emergir como resultados de uma longa cadeia de 'processos secundários' de escolha, a retenção e recombinação seletivas emergem. O autor explica que o surgimento de uma abordagem contextual ou relacional das identidades evidencia seu caráter processual e dinâmico, enfraquecendo paradigmas que a abordavam, predominantemente, como substância localizável ou essencial de comunidades e lugares fixos.

Interessante é pensar identidades ao lado de gênero e etnia, pois sugere refletir sobre o aspecto relacional da construção entre o determinismo biológico implícito em termos como diferença sexual e sexo nas construções sociais que se impõem nos tempos atuais e ao que parece nas questões de gênero há uma tendência ao admitir o processo construído socialmente que representa o feminino e o masculino como complementares, desconsiderando as transformações cotidianas, dinâmicas.

E prosseguindo, a dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro traz intencionalmente uma abordagem das conquistas da mulher na sociedade contemporânea, a condição de ser negra na sociedade colonialista, as mulheres nas relações nas configurações sociais: entre identidades e reconhecimento com as questões do preconceito e os estereótipos que persistem através do tempo: morena,

moreninha, cor de jambo, mulata; segundo capítulo trata da família: intolerância da condição de monoparentalidade no contexto brasileiro. Por fim, no capítulo a pesquisa com relatos pensando os desafios de mulheres que labutam em uma sociedade na qual os preconceitos ainda se impõem.

CAPÍTULO I

A (RE) CONSTITUIÇÃO DO MODELO DE MULHER NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

CAPÍTULO I

A (RE) CONSTITUIÇÃO DO MODELO DE MULHER NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

1.1 CONQUISTAS DA MULHER NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Para adentrar no universo da temática em discussão, cabe salientar que as transformações da família brasileira são complexas desde o período da colonização até dias atuais. Sendo assim fazer uma historiografia da família brasileira seria escrever muitas páginas, em tempo que aqui se destaca o papel da mulher no contexto brasileiro a partir dos anos 20 quando a mulher passou a ser percebida como a quebradora de padrões dos anos 10, quando passa a ser vista como vaidosa pelas compras de produtos de beleza, roupas e tudo para enaltecer sua sensualidade. Foi sem dúvida o momento de afloramento da vaidade feminina.

Sociólogos procuraram encontrar as marcas femininas no contexto da vida social, dos anos 20 com a preocupação em identificar signos de uma época em que a mulher começa a se libertar das amarras masculinas que marcaram o tradicionalismo dos anos 10. Bertha Lutz ao fundar a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) colaborou especialmente para que a temática desenvolvesse novas formas de ingresso destas mulheres no mercado de trabalho e assim anunciassem outras formas de integração e visibilidade social. Refletir o papel da mulher no espaço público e privado remete-se à divisão de trabalho existente entre homens e mulheres, que os levou a assumirem posições desiguais em termos de poder, prestígio e riqueza.

No Brasil nos anos 30 e surge o direito ao voto feminino, com uma nova constituição eleitoral e a figura de Getúlio Vargas promulga o novo Código Eleitoral, garantindo inicialmente o direito de voto para algumas mulheres brasileiras, uma vez que, nem todas obtiveram a chance de usufruir, a exemplo das mulheres não alfabetizadas somente desfrutaram deste direito a partir da Constituição Federal de 1988. Ainda assim, poucas mulheres o exerceram. Referente à área Estudos de

Mulheres, em 1949, Simone de Beauvoir da França, deixou sua contribuição para a história do feminismo e para a chamada segunda onda do Movimento Feminista com sua obra 'O Segundo Sexo', sugerindo que a mulher pudesse começar a refletir sobre seus papéis biológicos, socioeconômicos e psicológicos. Bonnici (2007) aborda que:

Simone de Beauvoir (1908-1986) é talvez a teórica e crítica feminista que mais influenciou a Segunda Onda Feminista e os Feminismos a partir de meados do século 20. Embora o Vaticano o tenha colocado no Index Librorum Prohibitorum e fosse proibido na Irlanda por defender o aborto, que ela definia como a libertação da "escravidão da reprodução", O segundo sexo, publicado em 1949, provocou, pelo menos parcialmente, o surgimento da nova crítica feminista, o reexame da literatura de mulheres do passado e do presente, a análise dos estereótipos masculinos e femininos, a relação entre escrita e gênero, a investigação sobre atitudes sexistas na literatura e os incentivos à escrita acadêmica e criativa de autoria feminina (BONNICI, 2007, p.30).

O voto feminino só ficaria popular a partir de 1962, com a redemocratização do país com o fim do Estado Novo. Nos anos 50, é aprovada pela Organização Internacional do Trabalho a igualdade de remuneração entre trabalho masculino e feminino para a mesma função e nos anos 60 foi criado, no dia 27 de agosto, o 'Estatuto da Mulher Casada', que legalizou entre outras coisas que a mulher não precisava mais de autorização do marido para trabalhar, receber herança e em caso de separação ela poderia requerer a guarda dos filhos.

A partir dos anos 1960, quando a modernidade na Europa muda de direção e entra no período da história das mulheres adquire estatuto próprio, afirmando-se com área de interesse na academia, e passa a participar mais intensamente da construção da noção de uma cultura das mulheres. Mais adiante nos anos 80 é criado o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem), em lugar do antigo Fundo de Contribuições Voluntárias das Nações Unidas para a Década da Mulher e criação do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Rio de Janeiro - CEDIM/RJ, a partir da reivindicação dos movimentos de mulheres, para assessorar, formular e estimular políticas públicas para a valorização e a promoção feminina (SCOTT, 1992). Portanto, gênero é uma ferramenta analítica para dar significados às relações desiguais entre mulheres e homens, marcadas pela nossa cultura, política e história.

A área denominada Estudos de Mulheres refere-se ao movimento da década de 1960 que propôs melhores condições de trabalho às mulheres. Nos anos 70, reconhecendo a gravidade da situação da mulher no mundo na época, a Assembleia Geral da ONU proclamou que 1975 seria o Ano Internacional da Mulher. A ONU promove a I Conferência Mundial sobre a Mulher, na Cidade do México.

No Brasil, nos anos 80, surgem os primeiros conselhos estaduais da condição feminina (MG e SP), para traçar políticas públicas para as mulheres. O Ministério da Saúde cria o PAISM - Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher, em resposta à forte mobilização dos movimentos feministas, baseando sua assistência nos princípios da integralidade do corpo, da mente e da sexualidade de cada mulher. Na década de 1980, Joan Scott (1995) sinaliza um movimento de mulheres que se utilizam do termo Estudos de Relações de Gênero. A historiadora Joan Scott (1995) assinala que o conceito de gênero foi produzido na década de 1980 por estudiosas norte-americanas como estratégia política para a entrada das discussões sobre as mulheres no Ensino Superior, sem nomeá-las. A partir da própria experiência do movimento de conquistas dessas mulheres, foi se criando um novo conceito: o conceito de gênero, mostrando que não se trata apenas de libertar a mulher, mas de mudar essa relação de subordinação da mulher frente ao homem e, portanto, modificar também a situação do homem. Num leque de várias correntes de interpretações, recuperaram-se a atuação das mulheres como sujeitos ativos, de modo que as imagens de passividade, ociosidade e confinamento ao lar foram questionadas, descortinando-se esferas de influência e recuperando testemunhos.

A diversidade das formas de percepção das mulheres reflete diretamente nas relações familiares e a desestabilidade da vida conjugal induzindo a um diagnóstico de elucidação do papel libertador da mulher na família descrita por Samara (1998) que constata em suas pesquisas o ideal da vida conjugal para um grande número de mulheres com subordinação.

Contrariamente ao celibato ou à vida solitária, a vida conjugal que parecia ser mais atrativa, muda de percepção diante dos avanços das mulheres no cenário mundial e nacional, sobretudo, segundo a lógica do interesse e das relações de competição que dominam a esfera do trabalho. Samara (1998) enfatiza o modelo de família patriarcal desde a colonização que teve como base a estrutura econômica latifundiária e escravocrata. Samara ressalta:

A família patriarcal sempre foi a base desse sistema mais amplo e por suas características quanto à composição e relacionamento entre seus membros, estimulava a dependência na autoridade paterna e solidariedade entre os parentes. De acordo como esse modelo a família brasileira, no período colonial, apresentava uma feição complexa, incorporando ao seu núcleo central componente de várias origens, que mantinham diversos tipos de relações com o dono da casa, sua mulher e prole legítima. Assim, todos viviam juntos sob um mesmo teto (SAMARA, 1998, p.10-11).

A autora mostra a formação da família brasileira que apresentava um quadro social com base no modelo potencial descrito por Gilberto Freyre deixou marcas na formação da família brasileira. Destarte, a diversidade de arranjos e modelos em toda a história colonial e moderna, enfraqueceu a ideia da família gilbertiana ou colonizadora e aristocrata com a presença do modelo escravagista. Na tentativa de chamar a atenção para os modelos plurais de família presentes no social brasileiro, o papel da mulher se revela a partir de convergências e divergências entre sexos e segmentos sociais que marcam a formação da sociedade brasileira.

Ao longo desses anos, as diferenças e a pluralidade de modalidades de arranjos familiares refletem a especificidade brasileira, que construiu identidades a partir de modelos que se fixaram dentro de um sistema colonial e escravocrata, presente na sociedade que vem conservando extrema desigualdade nos direitos da cidadania igualitária e individual das pessoas, especialmente das mulheres.

Estudos que abordam a passagem da escravidão para a sociedade industrial, no tocante à família brasileira tiveram no geral, a tendência de mostrar que a família branca saiu ilesa, foi possível continuar com a sua família organizada, formada pela mãe, pai e filhos. Ao passo que para os negros não foi possível construir suas famílias, ao molde patriarcal exigido pela sociedade industrial. A desagregação da família negra como a principal dificuldade de o negro integrar-se nesse novo contexto, sinalizava as duras condições de escravidão e libertação.

Florestan Fernandes (1964), além de reafirmar a desestruturação da família negra como consequência da escravidão e de sua condição de classe parte da existência de um modelo de família supostamente ideal e correto: o patriarcal. Marcelin (1996), ao constatar esse fato, defrontou as seguintes justificativas: a vida familiar dos negros não foi pensada porque o contexto das relações inter-raciais no Brasil, resultante da miscigenação quando esta produz uma realidade decididamente diferente em relação a outros países.

São muitos os fatores que redefinem os modelos e comportamento das famílias, isto porque a família moderna se reconfigura em diversas instancias pelos limites imprecisos desenvolvendo redes e conotações diversas.

1.2 A CONDIÇÃO DE SER NEGRA EM UMA SOCIEDADE COLONIALISTA

Historicamente a sociedade foi edificada em torno de uma oposição construída no imaginário social, onde, os civilizados “brancos e não brancos”, se legitimam em livros didáticos, filmes e em discursos de grupos. Esses textos cristalizam na sociedade, na família brasileira que ainda recebe a miscigenação e os modelos de famílias como resultado de processos de colonização e influência de diversos povos. Tudo se passa como se a miscigenação não estivesse presente na estrutura social.

Por esse prisma, Munanga (2004) questiona: Quem são os negros no Brasil? O que é ser negro? O que é identidade? Essas questões fazem parte das discussões sobre relações raciais no país, onde a discriminação dos afrodescendentes está presente e o conceito de miscigenação promove debates, no que se refere a ser mais uma forma de reafirmar o mito racial, uma corrente ideológica que denota a crença de que no Brasil não há discriminação racial entre negros e brancos, como existe em outros países.

A situação da mulher negra no Brasil é complexa e demanda uma série de discussões sobre o tema. Isso pelas muitas abordagens sobre a trajetória de mulheres negras que se mostra em um prolongamento da realidade escravocrata advinda de histórias de colonização que teve como modelo uma mulher a serviço dos brancos. Di Gregório ressalta:

o lugar da mulher negra está ligado a sua condição de sexista e étnico-nacional que lhes deu um lugar na família e na própria sociedade que privilegia o branco como domínio direto de poder e atuação em campo dominante no país, até porque, este é um modelo para famílias ricas e poderosas. Há de ser pensar que após a abolição, ex-escravos compravam seus próprios escravos (DI GREGÓRIO, 2010, p. 2).

Nos rumos da historiografia brasileira a família constitui um campo indisciplinar de pesquisa e reflexão. Sendo assim o lugar da mulher negra no modelo da família brasileira ainda está atrelado às condições históricas e aos próprios dinamismos das relações sociais, sofrendo influências do contexto político, econômico e cultural no qual está imersa. Para a autora, a perda de valores e modelos da tradição e a incerteza a respeito das novas propostas que se apresentam, desafiam o papel da mulher negra na família, quando esta passa a conviver com certa fluidez de novas possibilidades de ruptura com este modelo tradicional, abrindo um leque de possibilidades que valorizem a criatividade numa dinâmica identitária. A família

contemporânea caracteriza-se por grande variedade de formas, que documentam a inadequação dos diversos modelos da tradição.

Percebe-se que com a crise e o surgimento de modelo de comportamentos que regulavam as relações entre sexo, afinidade e parentesco a família vem perdendo esse modelo tradicional cuja união de um casal estabelecia uma regulação estereotipada do modelo de família do branco enfraquecendo a autoridade e domínio adulto sobre a família. Toma-se o período de colonização e escravidão, - apenas como reflexão sobre as marcas contidas na história do povo brasileiro. Todavia as mulheres negras apresentam uma escolaridade com anos de atraso, embora muitos avanços tenham ocorrido (HOBBSAWM, 1995).

Historicamente, a mulher negra foi vista a partir de várias interpretações: uma delas como coisa e peça de uma sociedade escravagista. Hobsbawm (1995) atenta que:

A destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas – é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que outros esquecem, tornam-se mais importantes que nunca no fim do segundo milênio. Por esse mesmo motivo, porém, eles têm de ser mais que simples cronistas, memorialistas e compiladores. (HOBBSAWM, 1995, p.13).

Pelo aspecto historiográfico, cabe-nos lembrar do passado não como acontecimento que se foi, mas, do que pode ser lembrado na medida em que é referência para aquilo que somos e projetamos. Essas marcas na história de um povo estão presentes no cotidiano de grupos/ sujeitos. Quando a mulher negra adentrou em território brasileiro? A primeira informação vem do período da sociedade colonial cujo modelo de família patriarcal e escravagista detinha na figura do senhor branco o poder sobre as mulheres – considerado patrimônio dele. Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que os outros esquecem, tornam-se mais importantes que nunca no fim do milênio. Por esse motivo, para Hobsbawn (1995) eles têm de ser mais que simples cronistas, memorialistas e compiladores. Destarte, pergunta-se: Quais as experiências que temos com o tempo? Quais as relações temos com a memória?

A história do Brasil registra em sua memória, - que os portugueses já haviam montado uma rede de comércio negreiro, utilizando-se de escravos negros nas

plantações de cana-de-açúcar em suas ilhas do Atlântico (Açores, Madeira), isso pelo comércio lucrativo da força de trabalho dos negros. E a população feminina em território brasileiro - que era escassa contribuiu para que o corpo feminino negro que aqui chegou pelos tumbeiros, virasse foco de atenção aos prazeres carnais do branco colonizador que se apropriava de pessoas negras com intuito de enriquecimento e poder. As mulheres negras sofrem com um dos mitos criados em torno das mulheres, o de igualdade entre todas as fêmeas. Júlio (2011) destaca:

Nesse mesmo sentido, pode-se inferir que não se nasce negra, mas tornam-se negras, ao dar-se conta do que significa e o que implica ser essa qualidade de ser humano. Se o ser negro é uma construção, ser mulher negra é uma dupla condição de construção, pois se passa pela condição de tornar-se mulher e, para, além disso, tornar-se uma mulher negra. Não basta, para isso, portanto, ter um fenótipo negro, uma pele negra. É, sobretudo necessário ter uma consciência de ser negra (JULIO, 2011, p. 24-25).

Sobre as mulheres negras, buscam não somente conquistas vinculadas as questões de gênero e sexo, mas também a igualdade de direito, principio que propõe evidenciar experiências e igualdades de gênero, Mas, assim que o povo negro atingiu as costas do litoral brasileiro, os brancos europeus escolhiam as mulheres mais aptas fisicamente para práticas de escravidão e exploração sexual que perpassavam entre as negociações para serviços da lavoura e domésticos, além de satisfações sexuais e isso com apoio da Igreja Católica que reconhecia as conquistas de terras e povos como estado de direito.

Bairros (1988) mostra que com o início dessa prática de exploração de negros e de mulheres negras aqui focalizadas, a questão é bem mais ampla e crítica. No que concerne às condições de vida das escravas, as fazendas de café não ofereciam uma situação melhor do que aquela encontrada nos antigos engenhos de açúcar e o trabalho era extremamente desgastante, podendo chegar a dezoito horas de trabalhos diários, dentre homens e mulheres, além da exploração sexual presente.

Para essas mulheres, nesses anos de vida difícil, - alimentação por vezes insuficiente e a higiene precária, o que aumentava muito a possibilidade de doenças e mortes entre negras. As epidemias eram comuns e a assistência médica inexistente, como o atendimento enfrentado pelos negros muitos recorriam aos curandeiros e feiticeiros. Posto isto, o número de óbitos era expressivo entre os escravos. E

especialmente aqui se tratando de mulheres negras em processos de migração, observa-se que aconteciam de forma numerosa a cada século o aumento do número de escravas trazidas com o intuito de lucro e benefícios dos senhores brancos (XAVIER, 2012).

Partindo-se da ideia da mestiçagem biológica, o resultado das trocas genéticas entre diferentes grupos populacionais catalogados como raciais revelam nos costumes como integradores de uma cultura. Mas, trocas que se definem a partir da interseccionalidade de grupos. Torna-se possível analisar as várias formas como raça e gênero interagem para definir as múltiplas dimensões das experiências das mulheres negras.

Conforme esclarece Crenshaw (2002, p. 177), quando ressalta que os estereótipos possuem em comum é a redução da mulher negra ao seu corpo, ou seja, às supostas características físicas vistas como objeto. Por serem retratadas como mais fortes e naturalmente mais sexuais, aparecendo tipos de violação de direitos humanos. Crenshaw enfatiza que:

A discriminação, assim como o tráfego de veículos em um cruzamento [intersection], pode fluir em uma direção ou em outra. Se um acidente acontece no cruzamento, ele pode ter sido causado por carros vindos de várias direções e, às vezes, por carros que vêm de todas as direções. De forma semelhante, se uma mulher negra sofreu uma injustiça porque ela está no cruzamento, à injúria cometida contra ela pode resultar da discriminação sexual ou da discriminação racial. (CRENSHAW, 1989.p 139-67).

A autora recorre a esta analogia de sentidos para ampliar seu conceito de interseccionalidade e, em ensaio posterior sobre violência contra mulheres de cor, trata da interseccionalidade estrutural e da política. Contido na interseccionalidade estrutural que aborda a dependência de gênero. Crenshaw (1989) mostra que diversas medidas políticas e jurídicas contra a violência doméstica, tiveram no tratamento injusto à situação específica dessas mulheres, por conta da cor da pele negra e, em relação à interseccionalidade, mostram que a tematização de estupros e violências eram presentes meio social.

Se séculos atrás a mulher negra era usada como trabalhadora braçal, supostamente dotada de resistência física, ama de leite dos filhos das mulheres brancas e trabalhadora incansável das fazendas e dos caprichos das senhoras e senhorzinhas. Torna-se possível pensar como estas mulheres sofreram marcas dos certificados de mercadoria que apresentam a elas o papel social da exploração física

e sexual que desempenhavam nas fazendas do período. O contexto onde as mulheres negras eram exploradas era em campos de trabalho escravo – rurais e urbanos nos revelam que no seio das famílias escravagistas o serviço doméstico e sexual constituía uma violência e estado de impunidade.

Schumacher (2007, p.27) escreve:

Estudiosos chamaram a atenção para as versões históricas do papel de uma mulher negra na educação brasileira. Nem governo, nem a própria sociedade expressa às condições vividas pelas mulheres negras no processo de constituição do país. E mais, carecemos de um triste reconhecimento do papel exercido por essas mulheres afrodescendentes em nossa formação.

Fato que ainda perdura nos dias sob as novas formas de escravidão, a exemplo de trabalhos em pedreiras, carvoarias e em diversas formas atuação. Muitas delas em condições precárias e perigosas de vida pela falta de estudo, letramento, o que dificulta a sobrevivência dessas mulheres, não atendendo aos princípios da cidadania. Scott ressalta quanto à questão de gênero:

Gênero é uma categoria útil de análise histórica, por induzir a compreensão de homens e mulheres em termos relacionais. É um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos; é o primeiro modo de dar significado às relações de poder (SCOTT, 1992, p 75).

A autora mostra que gênero é um elemento constitutivo das relações sociais com base nas diferenças percebidas entre os sexos, é uma forma primária de dar significado às relações de poder; um campo primitivo dentro do qual ou por meio do qual se articula o poder. O gênero fornece, portanto, um meio de decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre várias formas de interação humana. Para Scott (1992), com a proliferação dos estudos do sexo e da sexualidade, o gênero se tornou uma palavra particularmente útil, porque oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens. Apesar do fato dos (as) pesquisadores (as) reconhecerem as conexões entre o sexo e o que os sociólogos da família chamaram de “papéis sexuais”, aqueles(as) não colocam entre os dois uma relação simples ou direta.

Pensar mulheres negras em situação de pobreza, à margem de seus direitos, transitando em contextos de preconceito cuja interiorização da condição de inferioridade perdura em suas identidades é um desafio para estudos de gênero. Sendo mulheres negras entendidas pelo prisma dessa discussão, elas romperam a

dupla barreira de raça e gênero para ingressar em uma discussão até hoje majoritariamente reservada aos movimentos de afirmação ou meios acadêmicos que tentam reverter o quadro social.

Esse ingresso em uma sociedade que as torna membros da classe social inferior, resulta de uma longa trajetória histórica social durante a qual muitas delas passaram por experiências frustrantes, às vezes humilhantes e traumatizantes, preconceituosas e discriminatórias.

No século XIX - período imperial a exclusão aos processos de escolarização e sociais, constrói uma imagem tendenciosa da mulher negra, considerando-a ainda submissas aos homens, a Igreja, o Estado que lhe nega o direito à educação e o tramite na própria sociedade, com raríssimos casos de resistência. Durante este período, escrita e saber estiveram ligados ao poder do branco e eram engrenagens para desenvolver mecanismos de dominação do senhor branco. As mulheres eram amas e servis, com alguns casos de mulheres letradas 'pela bondade' dos senhores e sinhazinhas da corte imperial. Nesse panorama, o historiador Flávio Gomes (2005) observa que:

De uma maneira geral, as lutas e as organizações negras no Brasil do século XX têm sido analisadas sob uma perspectiva a-histórica. Acusados de fracos, inconsistentes e sem continuidade, associações e movimentos sociais negros no Brasil republicano foram desenhados em muitos estudos com um processo de luta antirracista: ora desdobramento linear de um abolicionismo inacabado, ora tradição romantizada das lutas escravas, tipo quilombos. (...) Enfatiza-se, assim, uma visão de vazios e/ou descontinuidades, que supostamente só haveria nestes movimentos e não em outros, como por exemplo, nas lutas operárias e nos partidos políticos (GOMES; PEREIRA, 2005, p 49).

Enfatiza ainda que no século XIX com a fundação de periódicos editados por negros, discute-se a questão da raça negra e do preconceito, mas voltado para a questão dos homens, a exemplo do 'Homem de Cor', fundado no Rio de Janeiro por Francisco de Paula Brito no ano de 1833, do 'Treze de Maio', fundado no Rio de Janeiro em 1888, do 'A Pátria', em São Paulo, em 1889, e 'O Exemplo', em Porto Alegre, em 1892. Com base nesse cenário de educação que se instaurava no Brasil, - a aristocratização do ensino no ambiente monárquico e o campo jurídico favorecem ao estabelecimento de diferenças quanto ao gênero, etnia, contribuindo para a inferiorização da mulher negra, que sofre os impactos dos estigmas e preconceitos.

As mulheres negras sofreram muito com a escravidão, embora os senhores de engenho utilizassem esta mão-de-obra, principalmente para trabalhos domésticos. Cozinheiras, bordadeiras, lavadeiras, ganhadeiras, serviço domésticos e até mesmo amas de leite foram comuns naqueles tempos da colônia e a escravidão oficialmente chegando ao fim no século XIX com marcas determinantes de segregação. E com a abolição que se deu em 13 de maio de 1888 com a promulgação da Lei Áurea, há de se perceber que a mulher mesmo sendo aparentemente livre, o ditame de um modelo patriarcal ficou na história e vem sendo perpetuado, apesar de alguns avanços.

Se no início do século XIX fica evidente a expansão de uma camada social composta principalmente por pessoas negras e livres, mas pobres na condição de escravos, um fato novo parecer: como iria estas pessoas sobreviver? Como redimensionariam as relações sociais naquele período? Com base nesses questionamentos, a mulher negra continua em serviços domésticos, que só poderia se ocupar dessa tarefa de hábito, avançando nas vendas de ruas com doces e quitutes, a depender das necessidades do senhor e sua família.

A história mostra registros em jornais baianos do século XIX que anunciavam pessoas que queriam vender, comprar ou alugar negras que soubessem o serviço de uma casa, portanto que fizessem o trabalho de limpar, lavar, arrumar, engomar e cozinhar. Eram vendedoras de mingaus, doces e garrafas. No caso das cozinheiras, era comum que se exigisse apenas que soubessem cozinhar para famílias que exploravam seus trabalhos, dando-lhes poucas moedas. O fenômeno valia para todo o território nacional, inclusive no estado da Bahia.

Ora, as escravas tornar-se-iam mulheres iguais perante a lei, mas isso não lhes deu garantias de que seriam aceitas na sociedade, por isso as recém-libertas passaram dias difíceis mesmo com o fim da escravidão, desenvolvendo atividades elásticas tais como: vendedora de mingaus, cocadas, coletoras de garrafas e outras, fixando moradia em morros.

Se com isso, aumentou de modo significativo o número de ambulantes, empregadas domésticas, quitandeiras sem qualquer tipo de assistência e garantia, a mulher negra continuava fora da escola e em trabalhos domésticos. Outras eram tratadas como prostitutas e outras moravam nas ruas ou em míseros cortiços. Sobre esta questão, Silvana Goellner (2005) lembra:

Não apenas o fazer historiográfico é questionado por Scott quando propõe uma história analítica e não descritiva como também a designação história

das mulheres é colocada em suspeição, na medida em que atribui ao gênero uma categoria imperante da análise histórica visto que o masculino e o feminino são construções sociais e históricas. Com astúcia e ousadia, Scott alerta para a emergência de uma análise histórica relacional, visto que o ser masculino só pode ser entendido a partir do que se institui como sendo feminino e vice-versa (GOELLNER, 2007, p. 35).

O processo de dominação do branco impunha uma carga simbólica negativa, e por sua vez, a ruptura com a busca pela identidade e pela autonomia era reprimida e, enlaçando a representação entre as raças brancas e negras. Contudo, esse fazer historiográfico para a autora tem sido questionado ao longo dos anos a questão da abolição no Brasil e as medidas em que o país tomou em apoio à população negra e a criação de favelas em morros e subcondições de vida advindas da escravidão. Há de se considerar que esse horizonte não é absoluto e mesmo com toda a barbárie do racismo e exclusão da população negra, resistência e avanços aconteceram.

A remodelação das relações de trabalho foi à troca da mão-de-obra escrava pela mão-de-obra dos trabalhadores livres e assalariados, vindos de diversos países. Com o crescimento industrial, os imigrantes assalariados começam a criar seus próprios negócios, já que vinham de seus países com uma pequena reserva de dinheiro e com experiências industriais e artesanais.

Com o advento de República e incentivo do governo brasileiro à imigração estrangeira e à tentativa de extirpar o negro, houve tentativa de embranquecer o Brasil e algumas mulheres negras vivem a experiência da mobilidade social processada em ritmo lento a miscigenação. Essa mobilidade ascensional da negra - especialmente na conquista de um emprego melhor, de outro lugar na família – mãe e esposa num quadro social em que a maioria das negras trabalhava na informalidade ou em serviços domésticos foi um processo de letargia.

Os anos de 30 e 40 são verdadeiramente revolucionários no que diz respeito ao encaminhamento da questão do trabalho no Brasil e é nesse período, que se elabora a legislação que regulamenta o mercado de trabalho do país, bem como estrutura-se uma ideologia política de valorização do trabalhador nacional, abrindo campo para as mulheres. A pobreza passava a ser considerada um problema para o desenvolvimento do país e deixava de ser considerada. E com o desenvolvimento da indústria moderna veio modificar muitas dessas situações, ocorrendo à separação entre casa e local de trabalho, em que o fator principal da mudança pode estar atrelada

à passagem da produção para as fábricas mecanizadas. Mas, em virtude do seu emprego fora de casa os homens passavam mais tempo no espaço público, enquanto as mulheres foram associadas aos valores “domésticos”, sendo responsáveis por tarefas como cuidar da prole, manutenção da casa e a preparação dos alimentos para a família.

Com tudo, faz-se necessário ressaltar que devido à falta de mão-de obra durante a Primeira Guerra Mundial, a participação das mulheres no trabalho remunerado manifestou um aumento considerável mais ou menos contínuo, pois durante os anos de guerra, elas passaram a realizar funções antes consideradas como exclusivas dos homens. Todavia, a mulher negra ainda estava excluída e embora algumas ocupassem esses empregos eram raras e o padrão preestabelecido teria que ser quebrado, inevitavelmente, entendida aqui como questão social cujo imobilismo do Estado começava a ser apontado.

Em 16 de setembro de 1931, criação da Frente Negra Brasileira (FNB). Em 1933 começou a circular em São Paulo seu jornal, A Voz da Raça. Com ramificações em vários estados do país, a FNB foi transformada em partido político em 1936, mas extinta no ano seguinte, juntamente com os outros partidos, após o golpe do Estado Novo são tentativas de trazer à tona discussões acerca de ser negro no país.

No discurso estado-novista, a recuperação do valor social do trabalho: a humanização do trabalho identificava a mentalidade que se instaurava no país. Contudo, é possível constatar que nesses anos que estava ocorrendo um ligeiro aumento do número de mulheres negras em escolas e universidades, empresas e na mídia.

Por volta da década de 40, o feminismo dá seus primeiros passos, e com isso começa a pensar na possibilidade de um futuro diferente daquele que lhe reservaram culturalmente e historicamente. As mulheres já vinham em um processo, lento e gradual de conquistas sociais, econômicas e jurídicas, mas é a partir de então que se intensificam as discussões e lutas pela superação da situação. O aumento da proporção de famílias chefiadas por mulheres é um fenômeno mais tipicamente urbano, apesar de, embora com uma intensidade menor, também estar presente no meio rural. O Governo Getúlio Vargas através do Departamento de Imprensa e Propaganda - buscava controlar as Escolas de Samba determinando o tema que não poderia passar pela questão da abolição e mesmo da negritude – a exemplo dos desfiles das escolas de samba - que o povo se organizava para acompanhar os

enredos, Vargas decide capitalizar as bandeiras populares e durante um desfile anuncia o apoio do Brasil aos Aliados na II Guerra Mundial. (SINOMORE 2006)

A partir desse contexto de reflexão de história social pensado por Sinomore (2006), que se novos horizontes estivessem abertos para vislumbrar numa realidade menos opressora, será que a problemática econômica política, seria maior que a cultural, étnica presentes na história do Brasil? Apesar das mudanças das últimas décadas, a inserção das mulheres negras no mercado de trabalho segue como um fator central para a construção de identidade de famílias monoparentais, cuja tarefa era de sobrevivência de grupos familiares e não por definição do padrão de sociabilidade do negro, sobretudo, para obter recursos que permitissem suprir as necessidades básicas de forma autônoma.

1.3 AS MULHERES NAS RELAÇÕES E CONFIGURAÇÕES SOCIAIS: ENTRE IDENTIDADES E RECONHECIMENTO DO SI

O processo histórico da sociedade brasileira, principalmente no que tange ao Nordeste do país, em suas páginas da história, camadas excludentes que definiram caminhos antagônicos entre a burguesia emergente e as camadas populares, entre gêneros e escolaridade. Não que seja uma questão cruel dinâmica legitimada por hierarquias masculinas e normativas que tenham como base a construção de uma sociedade dicotomizada cujo objetivo tem sido o enriquecimento às custas da mão de obra de muitos jamais exploradas. Nesse cenário, o preconceito, a tristeza e a desesperança diante da vida – o que pode impulsionar atos de violência e ingresso em atividades ilícitas são notórias.

A posição social das mulheres negras não se baseia nesses anos apenas pela possibilidade de aquisição ou consumo de bens ou ocupação de cargos, mas que a sociedade brasileira possa cada vez mais assumir a questão racial como um problema que necessita ser enfrentado e vencido, levando em questão que se o processo de enfrentamento. E se, as desigualdades sociais tem por base a discriminação racial com tendência ao acirramento, ainda mais quando se trata de igualdade de oportunidades em todos os aspectos da sociedade, haja vista que muitas mulheres

negras constituíram estratégias próprias para superar as dificuldades decorrentes dessa problemática. Munanga (2006) comenta:

Apesar das transformações nas condições de vida e papel das mulheres em todo o mundo, em especial a partir dos anos de 1960, a mulher negra continua vivendo uma situação marcada pela dupla discriminação: ser mulher em uma sociedade machista, e ser negra numa sociedade racista.” (MUNANGA, 2006, p. 133).

Em uma abordagem antropológica, a identidade é entendida como uma construção que se faz com atributos culturais, isto é, ela se caracteriza pelo conjunto de elementos adquiridos pelo indivíduo através da herança cultural que vem pela tradição e pela cultura. A identidade confere peculiaridades aos grupos humanos, se evidencia em termos da consciência da diferença e do contraste do outro. Hoffnagel (1999, p.81) esclarece que:

A identidade social é formada de uma gama de personae sociais que pode ser invocada ou atribuída ao longo da vida, não sendo, portanto, fixa nem categórica, pois um indivíduo pode evidenciar aspectos diferentes como faixa etária, sexo, profissão, etc., dependendo de com quem se está interagindo. (HOFFNAGEL, 1999, p.81).

Nesta pesquisa, focaliza-se uma das dimensões da identidade social: identidade de faixa etária dessas mulheres advindas de camadas mais empobrecidas, as uniões, os relacionamentos afetivos instáveis, contudo, mulheres que parecem expressar a revolta das saídas na madrugada, dos efeitos da não fartura, das traições em bares, dentre outros. Mulheres que saem madrugada de suas casas deixando crianças com parentes e amigos, quando estas não acompanham as mães. Nessas relações de cuidado a curto e longo prazo, as mulheres dependem de outras mulheres ou adolescentes para a tarefa de olhar os filhos e sendo assim, o conceito de família sofre mudança.

Como se define esta família estendida? Olhar é necessariamente cuidar? Os termos família composta em rede de comunicação e família convivente é sinônimo para o termo família estendida e em sentido mais amplo, a família estendida pode se referir a todos os membros de um grupo de parentesco. Mulheres que olham suas e outras crianças em calçadas e passeios, cuidadoras de filhos de mães que saem para suas atividades de sustento, “vizinhança simpática” são algumas das denominações desse modelo de família.

Bruschini (1990) diz: da mesma forma que o parentesco, as relações de vizinhança foram verificadas no que diz respeito às formas de convivência,

cooperação, solidariedade e conflito. Das mulheres investigadas, quase todas afirmaram que os convívios com seus parceiros estavam em via terminal ou não existem mais e que suas vizinhas e amigas da comunidade eram o apoio para que pudessem trabalhar no sustento. A prática de mulheres apoiarem outras da mesma comunidade mostra que a ausência dos companheiros no processo de criação dos filhos está sendo substituída pelas relações de amizade e companheirismo.

Práticas que se desenvolveram a partir do fracasso de uniões que foram temporárias ou descompromissadas – muito comum em camadas populares, resultado de um conjunto de fatores que ao longo dos anos veio interferindo no cotidiano desses grupos populares, dos quais as mulheres trabalham para a família, para criação de filhos, idosos, a herança do período colonial e do processo de coisificação das mulheres que não são para casamento.

Atualmente, quando a mulher busca um parceiro para manter uma relação fixa, na maior parte das vezes, não tem muitas opções de escolha e acaba tendo uma vida solitária ou ingressando em uniões não duráveis. Conta Rosália: muitas mulheres daqui vivem apenas para o trabalho porque esta questão de casamento é complicada e elas preferem viver sozinhas.

De acordo com a fala, se uma mulher tem baixa autoestima, espera pouco de si e dos outros. Ela pensa que primeiro deve servir ao outro, e se coloca por último na busca de satisfação de suas necessidades. Mulher escolhendo parceiro que não a respeita, por pressupor que não precisa ser respeitada.

Mas, não tem muita consciência disto, - o que é constatado nas falas durante a pesquisa. F conta: “meu companheiro sai que ninguém vê e fica lá com amigos na cachaça e eu em casa fazendo comida para levar para o trabalho.” Pesquisas demográficas mostram a desvantagem da mulher negra para a mulher branca nos índices de matrimônio.

A falta de união estável – considerada como prática histórica e cultural presente desde a formação da sociedade brasileira vem se ampliando na região, na medida em que há maior preferência afetivo-sexual dos homens negros por parceiras não negras, como indicam alguns estudos apontados por Pacheco (2013, p. 10). Todavia, o problema se demonstra mais complexo e preocupante quando análises apontam como consequências dessa rejeição à mulher negra e a população miscigenada. O selo de ser mãe solteira pertencendo a classes economicamente inferiores, cuja

população de mulheres negras apresenta a matrifocalidade como característica marcante em suas identidades.

Hollks (1995) considera:

[...] Mais que qualquer grupo de mulheres nesta sociedade, as negras têm sido consideradas “só corpo, sem mente”. A utilização de corpos femininos negros na escravidão como incubadoras para a geração de outros escravos era a exemplificação prática da ideia de que as “mulheres desregradas” deviam ser controladas. Para justificar a exploração masculina branca e o estupro das negras durante a escravidão, a cultura branca teve que produzir uma iconografia de corpos de negras que insistia em representá-las como altamente dotadas de sexo, a perfeita encarnação de um erotismo primitivo e desenfreado (HOOKS, 1995, p. 6).

Essa imagem reflete nos espaços em que a mulher negra é maioria. Geralmente são aquelas cujas atividades predominam os serviços domésticos e subalternos, resultado da imagem de anos da escravidão –, tanto na sociedade como nas mídias isso vem sendo constatado com muita frequência. A situação de vulnerabilidade a que estão submetidas às mulheres negras no Brasil, principalmente entre o binômio sexismo e racismo estão enraizados na sociedade brasileira e se materializam em obstáculos que tornam o cotidiano dessas mulheres um verdadeiro desafio.

Na história do Estado da Bahia, a produção açucareira trouxe a visão de lucro dos senhores através da exploração da mão de obra escravista feminina e da exploração do trabalho infanto-juvenil negro e essas marcas da exploração de mulheres e meninas eram videntes, persistindo em diversos discursos e contextos em dias atuais.

Uma das estratégias de luta pela sobrevivência dessas mulheres é a família compartilhada, princípio básico de organização e união para atividades coletivas. A capacidade de se organizar e lutar em rede com os mesmos objetivos é o que se entende por família estendida. Esta conquista individual e social que qualifica a pessoa para a efetiva participação nas decisões que envolvem a coletividade implica na questão do conceito de reconhecimento de si e do apoio uma às outras: vizinhas, comadres e amigas. As mulheres entrevistadas se organizam na medida em que umas tomam conta dos filhos das outras por reconhecerem que o apoio é fundamental para a sobrevivência.

Ricoeur (2006) mostra que o desafio de buscar um fundamento moral que represente uma experiência “tão originária quanto o medo da morte violenta” (RICOEUR, 2006, p. 187) isso advém de Hegel por meio do conceito de reconhecimento e morte do sujeito. Este conceito abarca três aspectos distintos e complementares: a consciência-de-si, a negatividade a vida ética. Primeiramente, o reconhecimento procura garantir o vínculo entre a reflexão de si e a orientação para o outro. A negatividade representa o segundo componente do reconhecimento. Ela pode ser, sustenta Ricoeur, como motor da dinâmica que move a orientação do polo negativo ao positivo, “do menosprezo rumo à consideração, da injustiça rumo ao respeito” (2006, p.188). O terceiro componente do conceito de reconhecimento está manifesto no conceito hegeliano de vida ética. Ricoeur emprega em francês o termo vida ética buscando a melhor comparação para a tradução do termo alemão *sitten*, que ele traduz por costumes. Isto se deve ao fato de que na filosofia hegeliana. Ricoeur (2003, p.182). esclarece que:

No que diz respeito à norma, o reconhecimento significa, no sentido lexical da palavra, considerar válido, admitir a validade; no que diz respeito à pessoa, reconhecer é identificar cada pessoa enquanto livre e igual a toda outra pessoa [...]. [Trata-se] da conjugação entre a validade universal da norma e a singularidade das pessoas (2006, p.211)

Contudo, o problema está no fato de que, nas sociedades democráticas contemporâneas, a igualdade de direitos não encontra igual equivalente no acesso aos bens produzidos. Neste ponto, entra em cena o nível pós-jurídico, representado pela estima social.

Há uma maior organização das mulheres não só pela força de trabalho que vem aumentando de forma consistente e significativa nas últimas décadas, mas pelo reconhecimento de si diante dos outros, uma espécie de luta pela sobrevivência. A entrevistada B conta:

Na verdade eu sou a força de minha família, embora meus pais não acreditassem na minha capacidade, eu pude trabalhar e sustentar meus filhos com trabalhos domésticos. Na verdade, a droga que me meti e meus relacionamentos acabaram não me dando crédito com meus pais. Não vou dizer que foi fácil, mas venci porque estão tudo crescendo e eu me sinto bem em ter podido criar cada um deles sem o pai. Não contei com eles, mas com pessoas vizinhas, até mesmo minhas patroas.

Pela ausência da figura masculina, as mulheres se organizam na medida em que podem, reconstroem suas vidas pedindo apoio a outras mulheres. Se o reconhecimento de sua força implica em forma de 'reconhecimento do si', isso envolve um processo de conscientização de seu papel na sociedade, pela passagem de um pensamento ingênuo para uma consciência mais crítica do papel de ser mãe e dona de uma família. Mas isso não se dá no vazio, numa posição idealista, segundo a qual a consciência muda dentro de si mesma, através de um jogo de palavras, mas em um processo de conscientização que perpassa por lutas e resistências.

Portanto, a contradição está no fato de que a consciência de si tenta – sem sucesso – incorporar a consciência do cuidado com o outro em sua essência: filhos que necessitam de suas mães e que se veem perdidos sem a figura feminina. Ricoeur (2010) salienta que essa contradição gera uma insatisfação infinita, que resulta em uma interminável luta por reconhecimento para com os outros e pela própria sociedade de seu papel. Por conseguinte, ele afirma que infelicidade da consciência é um produto da civilização.

Nesse entendimento, a intenção de Ricoeur na obra *Percurso do Reconhecimento* é estabelecer o debate acerca do conceito de reconhecimento, visando constituir um percurso de passagem do reconhecimento como noção epistemológica enquanto identificação, (b) passando pelo o reconhecimento enquanto capacidade antropológica de reconhecimento de si para, finalmente, chegar ao (c) reconhecimento como noção política.

E entre os três níveis de reconhecimento supramencionados será analisado, sobretudo, no aspecto que caracteriza a negação do reconhecimento, na qual o indivíduo não é reconhecido pelo o que é, mas segundo os objetivos de sobrevivência. No entendimento de Ricoeur a realidade do estado de natureza (medo, insegurança e desconfiança) descrita na teoria política hobbesiana retarda toda a compreensão relacional do reconhecimento. Destarte, a conscientização torna-se aqui um processo de (re) conhecimento que se dá na relação dialética homem-mundo, num ato de ação-reflexão, isto é, se dá na práxis pensada por Paulo Freire que propõe outra concepção de empoderamento de classe social e de reconhecimento de causa e vida. Isso significa na compreensão freireana, que não se trata de um processo de natureza individual.

O autor afirma não acreditar na autolibertação; a libertação é um ato social. Mas, conscientizar não significa manipular, conduzir o outro a pensar como eu penso;

conscientizar é tomar posse do real, constituindo-se o olhar mais crítico possível da realidade; envolve um afastamento do real para poder objetivá-lo nas suas relações. Freire (1986) alerta que:

Mudamos nossa compreensão e nossa consciência à medida que estamos iluminados a respeito dos conflitos reais da história. A educação libertadora pode fazer isso – mudar a compreensão da realidade. Mas isto não é a mesma coisa que mudar a realidade em si. Não. Só a ação política na sociedade pode fazer a transformação social, e não o estudo crítico (FREIRE, 1986, p. 207).

Nessa visão do autor, as condições em que essas mulheres trabalham, em contato direto com a natureza, lavando roupa, manuseando mariscos, plantando e quebrando pedras, revelam certo nível de consciência dos problemas que enfrentam. Somando a isso, há força de vontade da pessoa viver e lutar pela sobrevivência da família pelo caráter histórico com que Freire entende ser os sujeitos e assim situa o conceito de conscientização – que no contexto de dominação na América Latina propõe nessa mesma perspectiva a luta, o fundamento último da consciência oprimida. Ao estabelecer a relação entre consciência e estrutura social, Freire, direciona sua reflexão para o entendimento de qual tipo de consciência produz e retroalimenta a dominação e de qual o lugar da consciência no processo de libertação.

Apesar de sentirem orgulho da profissão, muitas ainda tem demonstrado vergonha pelo serviço duro que exercem, pois além da poeira que solta das pedras, os cortes nas mariscadas, os vários tipos de doenças e acidentes estão presentes em suas atividades. O trabalho transforma a natureza para obter sustento e bem-estar, criando entre as pessoas, relações sociais que marcam o cotidiano. Enfatiza-se aqui que a mulher avançou mais no mundo do trabalho que antes só os homens, no entanto, na maioria dos casos, o seu salário é incompatível com o cargo ocupado e inferior ao dos homens e das mulheres de outras etnias. Meneghel (2010) considera que:

A realidade socioeconômica brasileira evidencia uma escala racial em que grande parcela da população negra permanece em situação de exclusão, e essa situação em relação à mulher negra, como havia sido evidenciado pelas feministas, ao mostrar o entrelaçamento entre gênero, classe social e raça/etnia, agudiza-se ainda mais, ou seja, para as mulheres negras as desigualdades são potencializadas pelas discriminações que elas sofrem, restringindo-lhes as possibilidades de inclusão social. A ausência de recorte

racial na análise do tema da violência, assim como em relação a outros agravos, tem dificultado a identificação das desigualdades a que estão expostas as mulheres negras. Autores/as, principalmente os/as de grupos de feministas negras, começam a mostrar que há um agravamento das violências quando a mulher é negra, ocasionadas pelo racismo que gera outras violências adicionais. Tem sido observada uma vulnerabilidade maior da população negra no que diz respeito a agravos crônicos e menor expectativa de vida, com escores menores no índice de desenvolvimento de gênero que mede desigualdades entre homens e mulheres. (MENEHEL et al., 2010, p. 568-569)

Percebe-se que a consciência de luta dessas mulheres passa por vários caminhos: na sociedade, pelo conhecimento dos direitos, pela sua inclusão na sociedade, pela instrução e profissionalização, pela consciência da cidadania. No plano familiar, 'reconhecimento de si' passa pela justa divisão de tarefas e responsabilidades com o companheiro que nem sempre se importa com a atividade exercida pela mulher, pela educação igualitária dos meninos e meninas, fazendo com que ambos sejam responsáveis pelas tarefas domésticas e pela preocupação com a família.

O 'reconhecimento do si' é elucidado por Ricoeur (2006) como sinônimo de autonomia e reconhecimento de papel/função na sociedade, na medida em que se refere à capacidade de os indivíduos e grupos poderem decidir sobre as questões que lhes dizem respeito, especialmente as mulheres que necessitam acreditar em seus potenciais.

A participação consciente e cidadã pode-se dar de dois modos: por meio das organizações e movimentos iniciados por cidadãos que elegem por eles, os objetivos e métodos de atuação na sociedade, ou pelos requisitos de conscientização de seus papéis que abrem oportunidades de tomar parte de decisões. Como resultado, esse reconhecimento de si, apesar de não ser uma dádiva, necessita da intervenção de fatores externos, o que aponta para as ações concretas de compreender o fenômeno e intervir na realidade e de força mobilizadora de consciências. Para tanto, a busca pela profissionalização e luta pelo trabalho representa a sobrevivência relacionada a ausência da figura masculina no plano conjugal/relacional. As mulheres se organizam entre elas e o companheiro torna-se figura que se apropria de seus bens. Ora, o reconhecimento de si perpassa pela questão da responsabilização conjunta pela anticoncepção e dedicação ao trabalho, pelo respeito à integridade e à dignidade de cada mulher enquanto ser humano (impedindo assim a violência) e busca pela sobrevivência e criação dos filhos.

É no plano individual, que ‘reconhecimento de si’ passa pela reformulação profunda da identidade da mulher, que precisa conhecer a si própria como digna de reconhecimento e valorização independente da figura masculina. No entanto, esse reconhecimento de si é algo penoso, forçado, violento e muitas vezes não conseguem levar adiante a habilidade em tomar decisões que resolvam os problemas ou produzam o resultado desejado – empoderamento pessoal.

Em certos grupos essas novas formas de organização e pensamento, perpassa pela questão do reconhecimento social e de si advindos pelo esforço de luta a partir de vida marcada pela má remuneração que acompanha parte dessas mulheres, deixando em suas identidades em crise, desenvolvendo marcas tais como: autoestima baixa, desgaste físico e afetivo e desistência da luta – marcas estas que interferem nas identidades e nas formas de atuação no trabalho. As entrevistadas mostraram que a má remuneração desanima além da violência dos companheiros que ainda se constitui ameaça para o reconhecimento. Constatou-se a falta de condições de alimentos, dinheiro para quitar contas de água e luz, além de desamor, solidão, falta de apoio dos órgãos governamentais, enfim, dificuldades que dificultam a própria sobrevivência, apesar das lutas serem constantes.

As péssimas condições de trabalho relatadas pela entrevistada A mostra a face da mulher guerreira que relata na entrevista: Minha vida sempre foi cheia de luta. Por falta de dinheiro e condições, tive que partir para fazer faxina em muitas casas e as patroas me ajudavam sempre.

Para a entrevistada B que é empregada doméstica, os incessantes trabalhos de limpeza, muito comum desta profissão dessa mulher e o preconceito por ser negra e pobre marcaram sua vida no dia a dia das faxinas que tinha que fazer. Fala do corpo que fica exausto, dos olhos que começam a arder e a cabeça a doer, fala do início da atividade precisando acordar cedo para enfrentar o dia a dia da atividade.

A fala mostra que as formas de trabalho, os sinais de uma vida presa ainda à escravidão se manifestam diretamente em práticas de vida, no cotidiano dessas mulheres que tentam de toda sorte a sobrevivência diante da condição de pobreza. Mas, o que leva essas mulheres a trabalhar desde cedo, limpando casas, cozinhando, lavando e passando roupas? Seria a falta de apoio da família nos estudos ou em outras atividades que possam gerar renda para a subsistência diária? Seria a condição de ser mulher negra onde as marcas estão presentes em suas histórias?

Mulheres que contam as más condições em que vivem com os baixos salários, a luta pela sobrevivência dentro dos padrões mínimo, os abandonos da família e de companheiros, a capacidade de luta, a dificuldade em construir casa para a família, demonstrando que a busca pela dignidade humana cerceia suas ações e pensamentos. Verifica-se a afronta direta aos princípios e às garantias individuais previstos tanto na Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1945) quanto na Constituição Federal (BRASIL, 1988). A escravidão, vista a partir de questões no cotidiano dessas mulheres, ainda é algo para ser denunciada em plena mudança de século e muitas se dão conta diretamente da situação em que estão.

Famílias que sofrem de exploração da mão de obra e que produzem para o autoconsumo e sobrevivência sem nenhuma forma de salário justo. Marx (1978) reconhece o trabalho sob o modo de produção capitalista, estranhado e alienado, na medida em que suas relações sociais de produção colocam em contraposição capital e trabalho. E historicamente, a dinâmica das forças produtivas e as relações entre grupos são desveladas pela exploração dessa mão de obra feminina. A região de Jequié proporciona uma contradição dialética instaurada na forma de apropriação do trabalho, em busca do capital, e quem dele se apropria para viver e o que legitima o poder e a força do trabalho do outro.

De forma geral, nesse cotidiano construído a partir da relação mulher, espaço de trabalho, exploração e sobrevivência familiar, estão fixados os fundamentos do desenvolvimento regional e local, cuja participação da mão de obra feminina é relevante e sem ela seria praticamente impossível à permanência dessas atividades. Buscar a visibilidade da vida social a partir dos aportes conceituais de Norbert Elias (1990) em seu atento aos desafios do processo de investigação social, quando este chama atenção para o fato de que há sempre movimentos, fluxos, descontinuidades gerando sentimento de perplexidade diante de configurações que se mostram nas relações sociais. Diante disso, há jogos como diz o autor: se quatro pessoas se sentarem à volta de uma mesa e jogarem cartas, formam uma configuração.

Analisar esses jogos nas relações contidas no mundo do trabalho com seus os modos de produção e contraste de grupos, é perceber que elas constroem suas identidades na trama ou jogo das relações sociais, interpessoais, na configuração estabelecida entre pessoas que exploram e são exploradas. O elemento-chave para o autor é o que se volta para o conjunto de regras, mas para combinação provisória inserida na dinâmica das relações sociais.

A configuração de um novo quadro social seria, portanto, uma abrangência relacional, o modo de existência do ser social e a possibilidade conceitual de aproximação às emergências do cotidiano e que ambas as partes se beneficiassem. Nessa direção caminham Berger e Luckmann (1976), quando dizem que a identidade é um fenômeno que deriva da dialética entre um indivíduo e a sociedade:

A identidade social de um indivíduo se caracteriza pelo conjunto de suas vinculações em um sistema social: vinculado a uma classe sexual, a uma classe de idade, a uma classe social, a uma nação, etc. A identidade permite que o indivíduo se localize em um sistema social e seja localizado socialmente (BERGER E LUCKMANN, 1976, p 230)

Compreende-se que a formação e conservação das identidades são condicionadas por processos determinados pelas estruturas sociais e estas deixam marcas nas pessoas, pois as pressões são grandes. Desse modo, a identidade social não diz respeito apenas aos indivíduos, mas a grupo apresenta uma identidade que está em conformidade com sua definição social que o situa no conjunto social em toda sua trama.

Assim, a identidade social é ao mesmo tempo inclusão – pois só fazem parte do grupo aqueles que são idênticos sob algum ponto de vista – e exclusão – visto os pontos de vista são diferentes de outros. No caso dessas mulheres, as identidades tem marcas desses processos vistos e sentidos no cotidiano de seus trabalhos, das formas de exploração e segregação social, educacional e econômica. Por conseguinte, a sua construção realiza-se no interior de contextos sociais que determinam a posição dos agentes e, por isso mesmo, orientam suas representações e suas escolhas. Além disso, a construção da identidade não é uma ilusão, uma vez que é dotada de eficácia social, produzindo efeitos sociais reais. Em outras palavras:

A identidade é uma construção que se elabora em uma relação que opõe um grupo aos outros grupos com os quais está em contato. Deve-se esta concepção de identidade como manifestação relaciona à obra pioneira de Frederik Barth [1969]. Esta concepção permite ultrapassar a alternativa objetivismo/subjetivismo. Para Barth, deve-se tentar entender o fenômeno da identidade através da ordem das relações entre os grupos sociais. Para ele, a identidade é um modo de categorização utilizado pelos grupos para organizar suas trocas. Também, para definir a identidade de um grupo, o importante não é inventariar seus traços culturais distintivos, mas localizar aqueles que são utilizados pelos membros do grupo para afirmar e manter uma distinção cultural. (CUCHE, 1999, p.182)

Cuche (1999) chama atenção para a concepção relacional e situacional de identidade, isso porque se percebe entre os membros de um grupo há trocas de

impressões. E como os próprios atores, nem sempre, as pessoas se dão conta dessa significação e vinculação com as formas de poder, em função da situação relacional em que se encontram, há trocas sociais. Nesse processo as identidades são construídas e reconstruídas constantemente. Nesse sentido, não há identidade em si, nem mesmo unicamente para si.

A identidade existe sempre em relação à outra pessoa. Quer dizer, existe uma relação dialética entre identidade e alteridade. Tais construções podem ser positivas ou negativas, pois designam um comportamento que tolhe os sujeitos em sua liberdade de ação ou lhes inflige danos. Visto o comportamento como algo lesivo à identidade pela qual as pessoas são marcadas em uma compreensão positiva ou negativa de si mesmas. Por isso, Goffman identifica três tipos diferentes de estigma:

Em primeiro lugar, há as abominações do corpo (deformidades físicas). Em segundo lugar, as culpas de caráter individual, percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade, sendo essas inferidas a partir de relatos conhecidos como distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualismo, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical. Finalmente, há os estigmas tribais de raça, nação e religião, que podem ser transmitidos através de linhagem e contaminar por igual todos os membros de uma família . (GOFFMAN, 1974, p14)

A sociedade estabelece um modelo de comportamento que deve ser seguido e assim tenta catalogar as pessoas conforme modelos voltados para os atributos considerados comuns e naturais pelos membros do grupo que estabelece também as categorias a que as pessoas devem pertencer, bem como os seus atributos, o que significa que a sociedade determina um padrão externo ao indivíduo que permite prever a categoria e os atributos. Isso resulta em traços que determinam a identidade social onde as relações se estabelecem. Cria-se um modelo social do indivíduo e, no processo das vivências, nem sempre é imperceptível a imagem social do indivíduo que se mostra dentro dos padrões. Sendo assim, essa imagem pode não corresponder à realidade, mas Goffman (op. cit.) fala de uma identidade social que é virtual.

Os atributos nomeados como identidade social real, são, de fato, o que pode demonstrar a que categorias o indivíduo pertence. Na visão de Hall (2002) é nessas relações que a identidade preenche o espaço entre o interior e o exterior - entre o

mundo pessoal e o mundo público. O fato de haver uma projeção de si mesmo nessas identidades culturais internaliza-se significados e valores, tornando-os parte dessa identidade que se constrói, contribuindo então para alinhar sentimentos subjetivos ligados a lugares ocupados no mundo social. “A identidade então costura ou sutura o sujeito à estrutura, mas impregna neles marcas de um legado construído historicamente/socialmente. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis” (HALL, 2002, p. 11 - 12).

1.4 ETNICIDADE, DIVERSIDADE E RECONHECIMENTO: EIS O SENSO DE JUSTIÇA

Os estereótipos assumem um papel fundamental na vida dos ditos normais, que colaboram estabelecendo uma referência entre os dois modelos, demarcando diferenças no contexto social. Conforme Goffman (1993, p. 56), outra possibilidade de os estigmatizados não assumirem esse papel estabelecido, demarca papéis revelando de modo imediato a realidade de uma pessoa desacreditada pela não padronização de modelos.

Papéis que se articulam a modelos e dentro da etnicidade, tratam-se de resultado de um produto do desenvolvimento econômico, da expansão industrial capitalista e da formação e do desenvolvimento dos Estados-nações que estão atrelados a uma espécie de resistência organizada à uniformização ou à dominação cultural e linguística. Poutignat & Streiff- Fenart (1998, p.27) mostram que se constitui na forma de construção das identidades, resultando de processos histórico-sociais. São as identidades, portanto, construídas nas interações sociais, em uma dinâmica identitária configurando-se com um jogo de pertencimento a um determinado grupo com peculiares e formas de comportamento que são passadas por gerações, acrescida ao desejo de luta pela vida.

A prática de trabalho das mulheres negras não significava apenas uma ação de produção de identidades, mas resultado da dinâmica que se instaura e se repete pela reprodução de elementos culturais que vem sendo incorporados em seus espaços, associando-se aos contextos aos quais pertencem.

Desta forma, a partir do encontro do universo cultural de suas atividades, as identidades sofrem um deslocamento que possibilita a (re)construção das mesmas. Falar de identidades torna-se instigante na medida em que as características em relação aos ensinamentos e proximidades entre as concepções advindas de avós, mães e filhas estão presentes em suas histórias de vida como tradição a ser seguida. O cuidar das crianças, a capacidade de organização, de empoderamento de si constitui algo determinante para suas identidades.

Os conceitos de etnicidade, grupo étnico e identidade étnica tiveram uma trajetória de grandes transformações. Se numa perspectiva estática, a etnicidade é vista como um conjunto imutável de traços culturais (crenças, valores, símbolos, ritos, regras de conduta, língua, práticas de vestuário ou culinárias, dentre outros.) transmitidos de geração para geração no grupo, a perspectiva iniciada por Fredrik Barth nos anos 60, trabalha com uma concepção dinâmica, onde a identidade étnica (ou qualquer identidade coletiva) é construída e transformada na interação de grupos sociais pelos legados que se recebe na educação e transição em grupos. Sendo assim, é através de processos de exclusão e inclusão que se estabelecem os limites ou fronteiras entre grupos, definindo identidades que se contrapõem. Poutignat (1998:11) ressalta que:

No curso de uma história comum que a memória coletiva do grupo nunca deixou de transmitir de modo seletivo e de interpretar, transformando determinados fatos e determinados personagens lendários, por meio de um trabalho do imaginário social, em símbolos significativos da identidade étnica” (POUTIGNAT, 1998, p11).

Se a estrutura social torna-se profundamente marcada pelas diferenciações étnicas, o grupo étnico determinante está ligado a dos filhos de brancos, sendo que os mestiços passam a sofrer marcas pela mistura de etnias/raças. O conceito de mestiçagem costuma ser verbalizado pelo senso comum indissociavelmente relacionado à noção de mistura, de junção e de assimilação em tempo que a etnicidade está no contexto da identidade de uma comunidade. Todavia, onde os indivíduos buscam os sinais diacríticos de sua identidade, reconstruindo e renovando de acordo com o contato com o outro e, assim, pelas interações que estão carregadas de fronteiras, limites.

Segundo Barth (1998), a etnicidade se define nas fronteiras, ou seja, quando há o contato entre dois grupos distintos, as fronteiras destes definem a sua etnicidade por meio das diferenças. Dentro de um grupo o conteúdo, os traços culturais, podem se modificar, todavia a etnicidade continua a mesma, sendo percebida através dos sinais diacríticos das fronteiras.

De acordo com Grünewald (2004), a etnicidade mostra-se como a construção identitária onde se tem a comunicação como um dos acessos ao outro uma identidade pode buscar a renovação das tradições de acordo com um período anterior de uma cultura, ou mesmo resgatando traços culturais distintos.

De fato, seria difícil selecionar qualquer cultura ou subgrupo cujos símbolos culturais fossem totalmente de sua própria criação ou de sua própria história. Além disso, tais identidades „emprestadas” são frequentemente úteis ou funcionais num mundo onde velhos grupos são degradados ou novas categorias e etnicidades estão sendo criadas. (GRÜNEWALD, 2004, p.02)

Além disso, o que define a identidade de determinado símbolo transplantado de uma cultura para outra é o significado que lhe é deferido:

Quando se copia uma manifestação cultural se copia o signo, não o significado. Descobrir isso é um processo de interpretação permanente. Toda interpretação é uma interpretação, uma leitura sempre sujeita a reexame, a reformulação, quer dizer, a leitura do significado é sempre um processo em aberto. (POZENATO, 1990, p. 13).

A etnicidade determina:

[...] um tipo particular de grau social que se alimenta de características distintas e de oposições de estilos de vida, utilizadas para avaliar a honra e o prestígio segundo um sistema de divisões sociais verticais. Mas essas características distintivas só têm eficácia na formação dos grupos étnicos quando induzem a crer que existe, entre os grupos que existem, um parentesco ou uma estranheza de origem (POUTIGNAT e STREIFFENART, 1998, p.38).

Então esta relação diferenciada entre grupos que faz com que uma comunidade passe a valorizar a sua etnicidade tornando esta em um diferencial, buscando reconstruí-la ou renová-la. A exclusão social é fruto de um sistema social segregacionista que não reconhece a todos os direitos que lhe são assegurados, em

decorrência dessa desigualdade também são distintos as oportunidades e os horizontes.

Sempre se convive com a discriminação contra todos aqueles que não encaixam no padrão estabelecido pela sociedade. São também frequentes as ocasiões em que se percebe a exclusão social, pelo grau de instrução, pelo poder aquisitivo, cor de pele e tantos outros fatores, os problemas sociais brasileiros são muitos e por isso mesmo é de fundamental importância que o cidadão tenha uma participação ativa, que exige do Estado medidas eficientes do combate às desigualdades sociais. De que adianta termos uma excelente Constituição voltada para o interesse e direito do cidadão, se, no entanto ainda hoje a realidade social brasileira explode em uma violenta contradição com os preceitos proclamados?

É do Estado que ser cobrado propostas de cidadania social, com o objetivo de garantir o desenvolvimento de condições socioeconômicas básicas aos cidadãos. Como fundamentos do Estado Democrático de Direito, o texto constitucional afirma os direitos do cidadão de tal maneira que se faz necessário a criação de sistemas especiais de efetivação e proteção que deve constituir em medida de inclusão social. A justiça considerada a virtude central, que representa a harmonia e equilíbrios entre as partes, certamente está associada aos princípios da igualdade, ou seja, a noção de justiça está interligada a isonomia.

A igualdade e a justiça são valores atribuídos a todos os seres humanos por que são direitos racionalmente postos na Constituição Federal (BRASIL, 1988). O princípio da igualdade consagrado no Art. 3.º Inciso III e IV da Constituição Federal reza que:

Art. 3.º constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.
III. Erradicar a pobreza, a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
IV. Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

A realidade social encontrada no Brasil demonstra um contexto diverso do que se garante a Constituição. O que se verifica é um alto índice de desemprego, descaso, muita violência, miséria e fome, aliada a um andar de corrupção nas estruturas que deveria garantir justiça social e segurança.

Em uma sociedade extremamente desigual, para que os cidadãos possam gozar de direitos previstos na lei é preciso que o Estado e os representantes do povo

no Congresso assumam responsabilidades no sentido de criar condições de igualdade para aqueles que se encontram privados de recursos.

Torna-se preciso adotar uma postura afirmativa, afinal qual é o fim almejado pelo artigo 3.º da Constituição Federal? Espera-se que uma transformação social aconteça com o objetivo de realizar na vida prática, o que se preceitua na Carta Magna, não para o benefício de alguns, mas sim, para o bem comum de milhões de pessoas marcadas pelas desigualdades.

As questões que remetem à categoria de mestiçagem trazem consigo suas marcas de desigualdades, em sua base histórica social uma gama de incertezas, tanto harmônica quanto conjunturais e epistemológicas. Conceituais na medida em que tem sua origem etimológica inegavelmente associada à mistura e, conseqüentemente, relacionada a construções semânticas que contêm no seu bojo vocábulos que denotam confusão, indistinção, descontinuidade e degeneração.

Epistemológicas porque são tomadas de empréstimo, por outras áreas do conhecimento, concepções oriundas de esferas que, embora não se negue sua relevância na elaboração de sentidos em uma dada sociedade, estruturalmente não guardam afinidades com os fenômenos – notadamente os de cunho sociocultural – aos quais são conclamados a representar (GRUZINSKI, 2001, p.36).

Até mesmo nos espaços acadêmicos notam-se argumentações sobre a mestiçagem desprovidas de embasamento científico, discursos racistas e práxis tendenciosas carregadas de preconceito, relações sociais permeadas por ideologias de dominação e reprodução de um sistema de dominação que teima em persistir, mesmo em espaços notabilizados pelo ensino e a pesquisa. A mulher historicamente tem sido vista a partir de sua ocupação subserviente nos espaços, sejam públicos ou privados, em relação aos homens. Seu comportamento também foi e é determinante através do meio social e da cultura e no senso comum, a atribuição para o ser feminino é de docilidade, maternidade, emotividade, sensibilidade, fragilidade, entre outros. Tais papéis refletem ideologicamente hierarquias e relações de poder entre o masculino e o feminino (SILVA; PEREIRA, 2014).

No senso comum existe a disseminação de ideologias sexistas e dominadoras sobre a mulher e sua condição social, espaços que alguns encontram terreno fértil para tais colocações e se aproveitam disso para colocar essa condição ideológica de forma efetiva em prática, não existe só de forma velada, mas ostensiva e aberta, onde se tenta mostrar o lado feminino como frágil e incapaz de realizar as ações sociais ou

profissionais de forma eficiente, ou se tenta estratificar funções de forma tão seletiva e arbitrária.

O reconhecimento das diversidades das mulheres negras: os tons de pele, a sexualidade, a pertença, as práticas culturais, a família a qual se origina buscam discussões. Desse modo, Ricoeur (2006, p.189) esclarece que a conexão entre o reconhecimento e a injustiça ilustra o adágio familiar na história de grupos, trazendo à tona o sentimento de inferioridade por ser negro, preenchendo pautas de medo e insegurança. Segundo Ricoeur (2006) é pelo senso de injustiça que o indivíduo sente-se tocado.

CAPÍTULO II

FAMÍLIA: INTINERÂNCIA DA MONOPARENTALIDADE

NO CONTEXTO BRASILEIRO

CAPÍTULO II - FAMÍLIA: INTINERÂNCIA DA MONOPARENTALIDADE NO CONTEXTO BRASILEIRO

2.1 A FAMÍLIA: SUAS MÚLTIPLAS PERSPECTIVAS E DIMENSÕES

Para adentrar no universo da temática em discussão, cabe salientar que os meios de comunicação nos últimos anos têm veiculado reportagens que enfocam a atuação da mulher na família brasileira, Um dos mais complexos problemas que se enfrenta quando se estuda o tema família é o da sua definição, isso porque a palavra é uma unidade complexa e repleta de significados e as suas múltiplas perspectivas e dimensões de análise reforçam essa ambiguidade.

Neste emaranhado de significados e interpretações, torna difícil procurar convergências entre tanta multiplicidade e diversidade para uma definição de família ou famílias. Definir família não é fácil porque o termo é pouco específico e frequentemente utilizado para identificar situações bastante diversificadas. Goldenberg e Goldenberg (1980) lembra:

Há diferentes variações ou tipos de família: família nuclear (esposo, esposa e filhos); família extensa (a família nuclear mais avós, tios, etc.); família mesclada/ recasada (esposo, esposa e filhos de casamentos anteriores); família de fato (um homem e uma mulher e possivelmente filhos sem ter havido um casamento formal); família monoparental (lar com apenas um dos pais – homem ou mulher – possivelmente devido a um divórcio, morte, ou porque nunca casou); família comunitária (homens, mulheres e filhos que vivem juntos, partilhando direitos e responsabilidades, possuindo e utilizando conjuntamente direitos de propriedade, abandonando, muitas vezes casamentos monógamos); família em série (homem ou mulher uma sucessão de casamentos, com vários(a)s esposo(a)s ao longo da sua vida mas, comum à família nuclear de cada vez); família composta (uma forma de casamento polígamo em que duas ou mais famílias nucleares partilham o mesmo marido ou esposa embora, a primeira forma seja mais comum); e família em coabitação (um mais ou menos permanente entre duas pessoas não casadas do sexo oposto (GOLDENBERG; GOLDENBERG, 1980, p.33) .

Assim como qualquer grupo social a família sofre alterações ao longo dos anos, nas mudanças de paradigmas sociais, mudam-se valores éticos, morais, culturais e nesse sentido a família não está isenta de tais transformações, com isso surgem às

novas configurações e arranjos familiares e a mulher é o cerne dessas discussões, seja pelas relações e emaranhado de situações vividas.

Não se pode quantificar quais os tipos de famílias que se tem na totalidade, outros modelos ainda podem ser criados e refeitos pelas padronizações, quando se muda o perfil, os seus grupos sofrem alterações, pois as mudanças quase sempre são cíclicas, acompanhando as mudanças paradigmáticas.

A família contemporânea passa por mudanças em muitas dimensões, especialmente nas relações intergeracionais e de intimidade, caracterizadas pela expressão dos afetos e busca de autonomia dos seus membros, a embasar a construção subjetiva individual. Neste capítulo são analisadas as principais repercussões das mudanças na família no contexto das transformações sociais desde a segunda metade do século XX, a partir da mutação antropológica como categoria epistemológica a indicar novo direcionamento dos estudos sobre família em contexto de mudança.

A relevância deste estudo aprofundado das dimensões relacionais da família tende a articular os processos subjetivos e grupais que devem ser consideradas na formulação de intervenções dos sujeitos diante de uma sociedade em transformação. Mas recentemente tem ganhado força a postura teórica que reconhece o caráter supra funcional da família pelo qual a mesma não pode ser reduzida a nenhuma de suas funções. Esta abertura epistemológica instiga o pesquisador a reconhecer o caráter peculiar e original da família, distinguindo-a dos demais tipos de relações. A abordagem relacional entende a família como relação social com “referência simbólica e intencional que conecta sujeitos sociais na medida em que atualiza ou gera um vínculo entre eles” (DONATI, 2008, p. 25). O autor ainda mostra que:

Para além dos vínculos consanguíneos, a família no seu convívio social cria laços de afetividade e unidade social, não sendo apenas um grupo social comum, desafiando as análises sociológicas e antropológicas a família não deixa de ser um ajuntamento ímpar, onde sua forma de viver transcende os modelos sociais, indo além do conceito científico e da explicação formal. (DONATI, 2008, p. 25).

A esfera pública, desde os anos 1950, mostrava uma mentalidade que enxergava somente indivíduos isolados na família: o trabalhador, o desempregado, a criança, a mulher, o negro, o adolescente, o idoso, como se eles existissem fora de uma concreta rede de arrolamentos familiares. As relações familiares eram

consideradas irrelevantes aos fins da organização social e da defesa dos direitos da cidadania. Noutra horizonte, era acalentada a possibilidade de remodelar o homem e a história de acordo com projetos utópicos, segundo os quais era legítimo desconsiderar o legado do passado para dedicar-se a uma construção de um novo modelo familiar tendo como base as minorias.

A família tradicional, compreendida através dos esquemas do modelo patriarcal, representava exatamente o que devia ser superado e deixado para trás. Nesse ambiente cultural, a família era considerada como o lugar da reprodução de uma mentalidade conservadora, contrária à revolução, à militância política e às inovações culturais. A família transmite a tradição, que representa o cenário do imaginário cultural, com os significados e significantes dos ritos e mitos do presente e do passado. Construindo sua história particular, marcando as relações internas e externas, os vínculos afetivos e sociais, com a intenção de estruturar o universo psicológico dos membros do grupo familiar. Através dos vínculos estabelecidos na família, o sujeito estigmatizado pode encontrar o suporte para a apreensão das suas diferenças, no contexto das semelhanças. Pode relativizar a distinção e acrescentar pontos significativos na sua identidade social, algo diferente no universo das similaridades.

Se a família representa o habitat mais adequado para acolher o ser humano na etapa inicial de sua trajetória, também está presente nas diversas circunstâncias de sua história. Não se trata apenas de uma estratégia da natureza pela qual os filhotes de animais são acolhidos e protegidos até conquistarem sua autonomia, mas seus direitos e deveres voltados para a vida. A família é o lugar de construção da identidade, onde ocorrem as primeiras trocas afetivo-emocionais, lugar de reconhecer as diferenças lugar de pessoas e vínculos.

A família pode se constituir também como um grupo que vive pela satisfação de estar junto, onde acontecem mudanças e aprendizado devido à entrada e saída de seus membros. É exatamente no seio familiar que a pessoa se constitui como sujeito, através das relações aí ocorridas. Uma família compartilha as mesmas crenças e a mesma cultura e estabelecem relações entre indivíduos que a ela pertence, cada qual desempenhando diferentes funções e se complementam. Portanto, a família é uma unidade básica e instituição social. Gonzales Oliveira (1998) apresentam a seguinte definição:

A família é o primeiro grupo social ao qual somos inseridos. Esta, como unidade nuclear do indivíduo, deve nos acolher permitindo-nos desenvolver nossas habilidades, experiências, vivências e novas relações humanas. É o ambiente em que a pessoa recebe todo o apoio afetivo, psicológico, valores humanos e éticos, além de outras ferramentas necessárias para seu pleno desenvolvimento físico e mental. Portanto, para que se alcance o equilíbrio familiar, reforçam a necessidade de desenvolvimento saudável para cada um de seus membros (GONZALES, p. 24)

A partir dessa conceituação, a família se mostra inserida em uma realidade simbólica que proporciona experiências no nível psicológico e social, bem como orientações éticas e culturais. Nela encontram-se os elementos fundamentais da identidade simbólica do indivíduo enquanto ser humano, que o diferenciam de um indivíduo animal. Nascer, amar, gerar, trabalhar, adoecer, envelhecer e morrer são ações ou processos que podem ser vividos em quaisquer circunstâncias, mas encontram seu significado mais adequado quando realizados no contexto das relações familiares.

Donati (2008) aponta que:

Em qualquer contexto social, a família pode oferecer alguns bens que dependem dos vínculos que se estabelecem entre os seus membros por causa da natureza específica de suas relações. São eles os bens relacionais, tais como a paternidade, a maternidade, a filiação, a fraternidade, que vão além do afeto, do apoio mútuo e da proteção e constituem bens que somente a família pode proporcionar. Pierpaolo Donati identifica como bens relacionais os que derivam dos laços de parentesco, amizade e vizinhança, sustentados por vínculos afetivos e de solidariedade que reforçam o apoio mútuo diante de situações adversas, além de outras relações solidárias com vizinhos, compadres e conterrâneos (DONATI, 2008, p.123).

Os laços consanguíneos não são definidores de afeto e cuidado e quase sempre não delimitam responsabilidades assumidas ou emanadas, outros aspectos das relações familiares estão em jogo como a empatia, a identificação e o carisma. Entende-se que família é de certo modo multiforme e seu ajuntamento é cada vez mais peculiar, dificultando muitas vezes a cunha de um conceito único. A família, constituída por um homem e uma mulher e eventuais filhos, tem sido o lugar fundamental da socialização e da educação das novas gerações. Na família é transmitida não apenas a vida, mas o seu significado, o conjunto de valores e critérios de orientação da conduta, que fazem perceber a existência como digna de ser vivida, em vista de uma participação positiva na vida social.

A família, afirma Donati (2008, p.123), é aquela relação que nasce especificamente na base do casal homem/mulher para regular suas interações e trocas de modo não casual. É diferente o debate a respeito de gênero quando é referido às relações familiares ou quando é pensado fora da família. Nesta, duas diversidades bio-psíquicas se encontram, interagem, compensam-se e entram em conflitos, ajudam-se e disputam entre si, trocam muitas coisas, redefinem-se uma em relação à outra, repartem tarefas, negociam espaços de liberdade e de recíproca prestação de contas.

Parte-se da ideia de que a família se delimita, simbolicamente, a partir de um discurso sobre si própria, que opera como um discurso oficial. Embora culturalmente instituído, ele comporta uma singularidade. Cada família constrói sua própria história e mito, entendido como uma formulação discursiva em que se expressam o significado e a explicação da realidade vivida, com base nos elementos objetiva e subjetivamente acessíveis aos indivíduos na cultura em que vivem. Sendo a família um mundo de relações exaltadas por Sarti (2003), o atendimento que focaliza a família lida forçosamente com o mundo de relações, no seu emaranhado de situações e pontos de vista. Quando se enfoca a família, então, a primeira coisa a se ter em conta é que se está tratando de relações e não de indivíduos, o que contraria a formação dos profissionais de saúde, em geral, que tendem a operar a partir de uma noção individualizada e objetivada do corpo e da doença, com base no modelo biomédico, distante desse universo não palpável, mas sempre atuante, das relações intersubjetivas que ocorrem no âmbito familiar.

Sarti (2003) mostra que:

A família não se define, portanto, pelos indivíduos unidos por laços biológicos, mas pelos significantes que criam os elos de sentido nas relações, sem os quais essas relações se esfacelam, precisamente pela perda, ou inexistência, de sentido. Se os laços biológicos unem as famílias é porque são, em si, significantes. Ninguém se atreveria a contestar a força simbólica dos “laços de sangue” em nossa cultura ibérico-ocidental, com os “nomes de família”, as semelhanças físicas, os traços de personalidade (ou de caráter) “que se puxa” de algum parente próximo ou distante. (SARTI, 2003, p 99).

Dois questões estão em jogo à luz do pensamento da autora: de um lado, a idealização da família brasileira, projetada num dever ser, e da própria afetividade como um mundo que exclui o conflito de não poder exercer sua função de prover, proteger e amar. Do outro, a idealização da família tem sido uma das causas dos

conflitos que atribuem às mulheres um modelo de família. A observação, manutenção e projeção da identidade feminina perpassa pela questão de critérios normativos que definem a relação delas com seus entes familiares, com a sociedade em si.

Na sociedade contemporânea, diversos fatores contribuem para que o modelo de família monoparental sofra marcas sociais, haja vista que esta só parece ser entendida a partir do modelo pré-estabelecido pela história do país. Aliados a esse quadro, a dissolução do casamento, as separações, os divórcios, as novas famílias, a mulher que assume a chefia da família são quadros inseridos no modelo de família monoparental. Em decorrência do seu número expressivo. Esse novo modelo de família adquiriu direitos e deveres, foi reconhecido a partir da Constituição Federal de 1988, como sendo família um lar formado por um dos pais e seus descendentes.

Portanto, na atualidade a família brasileira não se define somente pela clássica formação de pai, mãe e filhos, dentre os vários modelos existentes. Temos a família de irmãos que com a morte dos genitores constituem uma família anaparental, tios ou avós que possuem guarda de seus sobrinhos e netos são considerados famílias monoparentais e tantas outras formas.

A família monoparental tem várias origens, podendo ser fruto de uma decisão voluntária ou involuntária do genitor (a), pode ser por meio da inseminação artificial, em que a mãe gera o filho como produção independente, a adoção, uma vez que o ECA² em seu art. 42 não menciona que a esta só poderá ser realizada por casais. A viuvez que foi à responsável pelo surgimento da monoparentalidade, que também é decorrente do divórcio, visto que muitos casais não possuem a estrutura para a vida conjugal.

E não se pode deixar de mencionar, além dessas causas, o celibato, que também é considerado uma razão da origem da mesma, sendo mais comum em classes mais ricas, motivado a partir das escolhas profissionais e aspirações sociais especialmente das mulheres. A expressão “famílias monoparentais” foi utilizada, segundo Nadine Lefaucher³, na França, desde a metade dos anos setenta, para designar as unidades domésticas em que as pessoas vivem sem cônjuge, com um ou vários filhos com menos de 25 anos e solteiros.

² ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, lei federal (8.069 promulgada em julho de 1990), que trata sobre os direitos das crianças e adolescentes em todo o Brasil.

³ Nadine Lefaucher, nascido em 1941 em Rouen, é um sociólogo da família e da pobreza.

A respeito desse modelo familiar Diniz (2002) apresenta em sua obra a seguinte análise:

A família monoparental ou unilinear desvincula-se da ideia de um casal relacionado com seus filhos, pois estes vivem apenas com um dos seus genitores, em razão de viuvez, separação judicial, divórcio, adoção unilateral, não reconhecimento de sua filiação pelo outro genitor, produção independente, etc. (DINIZ, 2002, p.11).

A monoparentalidade se impôs com maior intensidade a partir dos anos 70 e conquistou visibilidade e lugar nas pesquisas sociológicas. Muitas vezes, a monoparentalidade é uma opção de um dos genitores, podem ser de mães solteiras que foram abandonadas por seus parceiros que não queriam a paternidade, outras vezes por opção tanto do homem quanto da mulher, outra situação é o divórcio no qual o pai assume a guarda dos filhos menores e a mãe conserva o direito de visita.

Assim, historicamente, pode se dizer que associou-se a formação dos papéis masculino e feminino como binômios construídos, introjetados e reproduzidos tanto pelo homem quanto pela mulher. Sarti (2008) ressalta que

Cumprir o papel masculino de provedor não se configura, de fato, um problema para a mulher, acostumada a trabalhar sobretudo quando em precisão; para ela o problema está em manter a dimensão do respeito, conferido pela presença masculina. Quando as mulheres sustentam economicamente suas unidades domésticas, podem continuar designando, em algum nível, um 'chefe masculino'. Isto significa que, mesmo nos casos em que a mulher assume o papel de provedora, a identificação do homem com a autoridade moral, a que confere respeitabilidade à família, não necessariamente se alteram (SARTI, 2008, p. 67).

Dessa reflexão, pode se afirmar que as relações sociais são marcadas pela questão de gênero, visto que o modelo construído que se tem funciona como referência e serve para regular as relações entre homens e mulheres, permeando as esferas da vida, sejam elas privadas ou públicas, e está permeado pelas relações de poder, este construído pela sociedade através de suas convenções culturais e sociais. Dessa forma, percebe-se que historicamente a sociedade contempla modelos de família em que homens e mulheres exercem diferentes papéis.

Assim, por vários séculos, a mulher foi retratada pelo viés masculino, ou seja, pela ótica e percepções do homem, uma vez que a mulher deve a ele obediência e

respeito, pois é vista como “frágil e incapaz”, determinando assim, sua maneira de pensar, de ser e de agir, fazendo a acreditar que é inferior a ele. Nesse contexto:

As mulheres são objetos da satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras. Diferentemente dos homens como categoria social, a sujeição das mulheres, também como grupo, envolve prestação de serviços sexuais a seus dominadores. Essa soma/mescla de dominação e exploração é aqui entendida como opressão. Ou melhor, como não se trata de fenômeno quantitativo, mas qualitativo, ser explorada e dominada significa uma só realidade (SAFFIOTI, 2004, p. 105).

Para a autora há eixos principais que estruturam a sociedade brasileira: o gênero, a raça/etnia e a classe social. Estas contradições não operam isoladamente. Formaram, ao longo da história, um verdadeiro nó, [...]. No novo, a contradição encontra-se potencializada, do que decorre, dentre outras, uma importante implicação, ou seja, a necessidade de se formula estratégia desde o enfrentamento da realidade mais complexa, que não está presente em cada um de seus elementos integrantes (Saffioti, 1999, p. 142).

A condição de sujeitos das ações ou de contribuintes, pode-se elencar que as mulheres foram vítimas de preconceitos, acusadas de desvios dos “bons costumes” e responsabilizadas pela ruptura dos padrões da moral vigente, sob os quais se mantinha a organização familiar. Nesse sentido, faz-se necessário enfatizar que a compreensão do feminismo sobre o patriarcado se aproxima das ideias de pensadoras/es com Castells (1999), que registra:

As relações de desigualdades de gênero se sustentam nas estruturas do patriarcalismo que caracteriza-se “pela autoridade, imposta institucionalmente, do homem sobre a mulher, que permeia todas as organizações da sociedade, da produção do consumo, à política, à legislação e à cultura. Além desses lugares, o patriarcado expressas e também no campo do discurso, da linguagem, da subjetividade e símbolos. Essas manifestações permeiam as relações sociais dentro e fora do espaço doméstico/privado” (CASTELLS, 1999, p. 169).

Logo, para fomentar a discussão salienta-se que na visão tradicional a constituição familiar se dá a partir de um homem e uma mulher que se relacionam e se amam perpetuam o amor romântico através da procriação. E, conseqüentemente, oferecem aos seus descendentes não apenas os meios materiais de subsistência,

mas também, um ambiente de carinho, no qual a criança possa desenvolver-se como um todo, inclusive afetivamente. Mas, há novas conotações.

Discutir o papel de mantenedora das mulheres remete à divisão tradicional de trabalho existente entre sexos, que leva a assumir posições desiguais em termos de poder, prestígio e sexo. Cabe enfatizar que, mesmo diante dos progressos das mulheres em países diversos do mundo, as diferenças de gênero contribuem e servem de base para as desigualdades sociais.

Carneiro (2002), em seu artigo “Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero”, afirma que as experiências das mulheres negras se diferenciam das mulheres não negras, visto que as relações de gênero, perpassando a cor e a raça, continuam nos moldes da época da escravidão.

As produções e os discursos sobre o patriarcado, os quais revelam a opressão sofrida por mulheres, não trazem a especificidade racial, isto é, há uma discussão em torno de uma mulher universal, que, certamente, não contempla a mulher negra. Os mitos da fragilidade feminina, da rainha do lar e da musa dos poetas, não são referências às mulheres negras.

A partir dos mitos, revela-se o fato de que a mulher negra não corresponde ao imaginário sobre a mulher, pois a imagem idealizada e compartilhada pelos discursos e meios de comunicações nada se parece com as experiências e vivências da maioria das mulheres negras. A sua cultura, história e valores são negados em subalternização a um modelo eurocêntrico.

A universalização do conceito de mulher em condição de monopariedade traz no seu cerne a elipse da ideia que envolve a mulher negra, ontológica e que socialmente é marginalizada ao mesmo tempo velada e ostensiva por um foco das discussões aqui presentes mostra a amplitude da questão. A etnicidade existe e exclui a discussão ou até mesmo tiram o foco, mudando os objetivos. São anos de ideologia eurocêntrica e dominação de espaços, causando manipulações em todos os aspectos, principalmente os dialógicos, responsáveis por perpetuações de discursos ideológicos.

Ao longo das últimas décadas o debate sobre a crise da família, no Ocidente, foi propiciado pelos efeitos da generalizada aceitação social do divórcio, do declínio da instituição do casamento e da baixa taxa de fecundidade. Esses acontecimentos tanto indicaram a compreensão de que se delineara o enfraquecimento da família,

quanto sugeriram a análise do surgimento de novos modelos familiares, caracterizados, por sua vez, pelas mudanças nas relações entre os sexos e as gerações, tais como: controle mais intenso da natalidade, autonomia relativa da sexualidade referente à esfera conjugal (posto que o exercício da atividade sexual deixa de estar circunscrito à esfera do matrimônio), inserção massiva da mulher no mercado de trabalho, questionamento da autoridade paternal, atenção ao desenvolvimento das necessidades infantis e dos idosos, entre outras (SINGLY 2007).

A característica referente ao duplo movimento da família contemporânea de ser privada e, concomitantemente, pública, é destacada pelo autor, que apreende a família como um espaço no qual os indivíduos acreditam proteger a sua individualidade, ao tempo em que sofrem intervenção do Estado mediante o apoio e a regulação sobre as relações dos seus componentes – como exemplo, refere-se à criação de leis que objetivam limitar o direito da punição paternal.

A família contemporânea se define mais pelas relações internas travadas no cerne familiar e menos como instituição. O ponto em comum existente entre a família antiga e a família moderna, na compreensão do autor, consiste em contribuir para a função da reprodução biológica e sociais da sociedade e ambas procuram manter e melhorar a posição da família no espaço social de uma geração a outra.

O autor, que formula uma abordagem sociológica da percepção de como se expressam sentimentos e emoções no âmbito da família durante o século XX, destaca a predominância, a partir da segunda metade desse século, de relações menos hierarquizadas, quer entre o casal, quer entre pais e filhos – ambos sob o olhar atento dos agentes do Estado (demógrafos, psicólogos, assistentes sociais e sociólogos). Assinala, todavia, que os conflitos não deixam de existir no contexto familiar.

Singly (2007) demarca que o período contemporâneo se caracteriza pelo maior domínio do destino individual e familiar, devido a um sistema de valores que aprova a autonomia e a recusa dos indivíduos em seguirem costumes referentes ao desempenho dos papéis sociais de marido e esposa, das gerações passadas. Consequente ocorre o duplo movimento – recusar a instituição do casamento e criticar a divisão do trabalho entre os sexos.

A diversidade das formas familiares e a menor estabilidade da vida conjugal não devem induzir a um diagnóstico errôneo, na elucidação de Singly, que constata, em suas pesquisas, o ideal da vida conjugal para um expressivo número de pessoas. Contrariamente ao celibato ou à vida solitária, a vida conjugal é mais atrativa, pois

assegura a impressão de que não se é somente um personagem público ou um indivíduo que deve viver, sobretudo, segundo a lógica do interesse e das relações de competição que dominam a esfera do trabalho.

No entender do autor, o movimento de individualização da família monopariedade que perpassa as relações conjugais encontra-se inacabado, indicando a permanência das desigualdades do trabalho doméstico, devido à atribuição desse trabalho às mulheres, bem como a exclusão dos homossexuais do casamento. Considera que as sociedades ocidentais não seguem nem seguirão um processo similar de etapas, o que não significa que elas estejam ao largo da modernidade – entendida sob a perspectiva da individualização.

Reflete, enfim, que, tal como a modernidade, a família se define por um futuro incerto, pois, embora os entraves e constrangimentos sociais estejam presentes, os indivíduos constroem suas histórias.

A amplitude de literaturas sobre a história das famílias brasileiras revela uma diversidade de conceitos, deixando evidente que não existe uma única definição, e nem poderia, uma vez que cada definição está fundamentada em uma determinada corrente de pensamento que orienta a forma de agir e de pensar de cada sujeito.

Essas diferenças de concepção precisam ser respeitadas para que se evitem preconceitos e discriminação quanto à tolerância com a diversidade humana, e assim a aceitação das diversas composições de família, de forma a evitar os paradigmas de família normal X família incompleta.

A família monoparental não é um fenômeno novo, ela sempre existiu, entretanto a monoparentalidade se dava na antiguidade por conta principalmente da viuvez de um dos cônjuges, pois a expectativa de vida da população era bem menor. Porém com a instituição do divórcio (Lei nº 6.515 de 26/12/1977) as famílias monoparentais foram aumentando cada vez mais, e vem evoluindo nos últimos tempos.

2.2 A FAMÍLIA MONOPARENTAL E SUAS CONFIGURAÇÕES NO BRASIL

Frente às mudanças ocorridas na estrutura familiar brasileira, em 1988 com a nova Constituição Federal do Brasil é reconhecida também como entidade familiar a composta por qualquer um dos pais e seus descendentes (artigo 226 § 40). Mudando assim o conceito da sociedade de família nuclear formada por pai, mãe e filhos, ao reconhecer a família monoparental.

O conceito de família, antes restrito àquela constituída pelo casamento, foi ampliado para abranger a família monoparental. Esta espécie de família rompeu com a ideia preconcebida de que o núcleo familiar deve ser oriundo do casamento e compreender o pai, a mãe e os filhos. O fato é que esta entidade familiar pode se originar de diversos fatores e compreende, apenas, um dos genitores e seus descendentes. A sociedade brasileira passa a se confrontar com a presença de famílias bi parental e monoparentais, lado a lado, no cotidiano e outros tantos modelos.

Mesmo sendo reconhecida como entidade familiar, em relação aos direitos da família monoparental, não houve mudanças, porém é preciso salientar que hoje na sociedade brasileira moderna, estas famílias têm um espaço significativo na realidade social e se houvesse direitos voltados a elas, principalmente as monoparentais femininas que são a matrifocais.

É inegável afirmar que o número de famílias no nordeste do país em condição de monoparentalidade vem crescendo relevantemente em nossa sociedade, este aumento tem sido demonstrado pelos indicadores que apontam o perfil da família brasileira na contemporaneidade, mas as normatividades acontecem como sistema coercitivo e como arranjo.

Os poucos avanços alcançados fazem referência aos programas de transferência de renda do Governo Federal, como o Programa Bolsa Família, e ainda que não seja específico para a família monoparental feminina, tem na figura da mulher seu público prioritário para receber e administrar o benefício familiar.

A sociedade precisa compreender que o modelo de família nuclear constituída pela figura do pai, mãe e filhos já não é o modelo absoluto. As famílias mudaram e a sociedade, o Estado, enfim todos precisam trabalhar para que as famílias da

atualidade possam ter seus direitos assegurados independentemente de sua estrutura. E embora a família monoparental não seja um fenômeno novo, apenas na Constituição Federal de 1988, esta foi reconhecida como entidade familiar, porém pouca coisa foi feita em relação aos direitos da família monoparental. Destaca-se apenas o papel dos Programas de Transferência de Renda tais como Bolsa Família que colocam a responsável familiar como a mulher - tendência no Brasil e nos países da América Latina e Caribe.

Ora, as famílias monoparentais femininas são um modelo cada dia mais crescente em nossa sociedade, e estas famílias precisam de políticas sociais que atendam na prática às suas necessidades, não apenas com respostas paliativas, mas com ações concretas.

A família monoparental feminina é aquela em que vivem juntos mãe e filho, ou filhos, nas qual a mulher é mãe solteira, divorciada ou separada que não mais quis ou teve a oportunidade de uma união estável. Como apresentado anteriormente, pelo Censo 2010 (IBGE, 2012), nas famílias monoparentais predominam mulheres sem cônjuges e com filhos. Elas se responsabilizam pelo domicílio, na manutenção, proteção e sobrevivência da casa e da família e educação dos filhos e pelo provimento das condições emocionais ligadas ao crescimento e ao desenvolvimento da família. Atualmente muitas famílias são monoparentais, situação em que a mãe é a única responsável pela manutenção da casa, devido à morte do marido, ou mesmo sua instabilidade ou ausência do lar.

Goldani (1994) argumenta que, além de haver crescido o número de crianças que vivem somente com a mãe, aumentou o tempo que as mulheres, na condição de mãe, permanecem sem cônjuge e com filhos. "As taxas crescentes de famílias com chefes mulheres nas áreas urbanas assumem dimensões dramáticas quando se tem presente a associação entre famílias chefiadas por mulheres e pobreza urbana" (GOLDANI, 1994, p.118).

A lei não define a família, pois limitava a identificá-la com o casamento. Esta omissão excluía do âmbito jurídico todo e qualquer vínculo de origem afetiva que leva à comunhão de vidas e em baralhamento de patrimônio.

Porém, sabe-se que atualmente o modelo de família está sendo alterado. É muito comum depararmos-nos com famílias compostas por marido, mulher e ambos terem filhos de casamentos anteriores e ainda possuírem filhos em comum. Desse

modo, gera um vínculo sócio afetivo entre filhos e padrastos ou madrastas, não devendo essa forma familiar ser ignoradas pelo ordenamento social e jurídico.

Verifica-se ainda o índice de mulheres mantenedoras do lar e até mesmo pais solteiros. Hoje é ainda habitual a formação de famílias com dois pais e duas mães, duas mães e um pai, dois pais e uma mãe, que não são desconsiderados legalmente por não seguirem os aspectos tradicionais.

A evolução familiar no Brasil se deu e ainda se dá de forma lenta. Porém, a lentidão nesse ciclo evolutivo ocorre muitas vezes pelo preconceito. E o preconceito, na maioria das vezes é acarretado por conta da falta de conhecimento que muitos têm acerca do que vem a ser uma família. Ainda pela influência arcaica da formação tradicional da família, é notório o julgamento prévio que muitos fazem quando se deparam com uma estrutura familiar diferente.

A transição da família como unidade econômica para uma compreensão solidária e afetiva, tendem a promover o desenvolvimento da personalidade de seus membros, traz consigo a afirmação de uma nova feição, fundada na ética, na afetividade e na solidariedade. E esse novo balizamento evidencia um espaço privilegiado para que os seres humanos se completem.

Um dos efeitos das separações é o aumento do número de crianças em famílias monoparentais, mas essa é uma realidade histórica. Ao comparar a família brasileira do primeiro Censo do Brasil, em 1872, com o de 1996, Samara (2002) afirma que no primeiro Censo, aproximadamente 30% das mulheres (de 35 a 59 anos) eram chefes de domicílio e mantinham suas famílias. Entre os motivos associados à chefia feminina está à migração masculina para outras áreas, em busca de novas terras e oportunidades econômicas, a falta de escravos e a inserção feminina no mercado de trabalho têxtil. Essas mudanças são decorrentes da colonização; da economia mineradora do século XVIII; das plantações de café durante o século XIX, de mudanças advindas da industrialização e do aumento da vida urbana e do fluxo migratório (SAMARA, 2002). A autora constatou, também, a tendência de aumento de mulheres em relação ao total de habitantes e a expectativa de vida destas superior à dos homens.

Mudanças na estrutura da família brasileira onde há maior participação da mulher no mercado de trabalho, baixas taxas de fecundidade e o envelhecimento da população influenciaram o aumento de casais sem filhos (com ou sem parentes) no período de 2000 a 2010, que passou de 14,9% para 20,2% do total de famílias.

Aumentou em 1% a ocorrência de famílias monoparentais femininas (com ou sem parentes), de 15,3% para 16,2%, e as masculinas se mantiveram nos mesmos patamares (IBGE, 2012, p. 70). O percentual de famílias compostas por casais com filhos é superior na área rural e há menos famílias monoparentais femininas, 9,1% contra 17,4%, nas áreas urbanas (IBGE⁴, 2012).

O que mais chama atenção é o alto percentual de famílias sem rendimento no conjunto de famílias conviventes secundárias (21,8%), o que pode estar associado ao fato de que a maior parcela delas é composta por mulheres sem cônjuge com filhos, observando-se que a maioria dessas mulheres é constituída por filhas do responsável da família principal do domicílio. Quanto à provisão financeira, não necessariamente associada a uma questão de emancipação ou autonomia feminina (MENDES, 2002), a condição de pobreza e muitas vezes de miséria, o baixo nível educacional, de qualificação profissional e o quadro de precariedade de condição de vida são fatores que fazem vir à tona a chefia feminina.

As famílias pobres e monoparentais não são apenas formadas por mulheres que vivem sem seus maridos. O Censo de 2010 apresenta uma referência importante: nas famílias formadas por casais, a maioria dos responsáveis e cônjuges tem rendimento (62,7%), independentemente do sexo do responsável. Deve-se ressaltar, contudo, que esse percentual é um pouco superior em famílias nas quais a mulher é responsável – 66,4% contra 61,6% (IBGE, 2012). Outro fato constatado foi à participação feminina com a parte maior dos rendimentos, inclusive nas famílias que contavam com a presença do cônjuge.

Na perspectiva sistêmica, a família é a matriz identitária de seus membros, conferindo-lhes um sentido de pertencimento e possibilitando a vivência da individuação em um movimento dialético. Somente a família pode mudar e, apesar disso, manter a sua continuidade (MINUCHIN, 1982). Para Minuchin, a família atende a dois objetivos diferentes: 1. Externo: acomodação a uma cultura e transmissão dessa cultura; 2. Interno: proteção psicossocial de seus membros. A família é um sistema dentro de outros sistemas e contém outros sistemas (MINUCHIN, 1982; ANDOLFI, 1981). Essa, portanto, é a matriz de desenvolvimento psicossocial de seus membros.

⁴ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é uma fundação pública da administração federal brasileira criada em [1934](#) e instalada em [1936](#) com o nome de Instituto Nacional de Estatística.

Em uma perspectiva sociológica, as famílias são vistas como grupos sociais dinâmicos. Vivem processos de transformação constantes, em virtude dos movimentos demográficos como nascimento, casamento, morte e processos socioeconômicos. Estudar a família implica ter como foco de análise determinada estrutura familiar (nuclear, ampliada, chefiada por mulheres) em determinado momento do seu ciclo vital (sem filhos, com filhos pequenos e jovens) e inserida em um contexto socioeconômico (BRUSCHINI; RIDENTE, 1994). Pobreza, exclusão e vulnerabilidade social, preconceitos e desigualdades, a luta pela sobrevivência, a emancipação feminina, a relação com o trabalho e dimensões como gênero, classe, raça/etnia, idade/geração são aspectos que atravessam as famílias chefiadas por mulheres (CASTRO, 1990; GOLDANI, 1994).

Essas condições as colocam em convivência com os fatores de risco e proteção. Fatores de risco são definidos como processos que contribuem para a manutenção de desigualdades, preconceitos e exclusão das famílias em situações de superação da condição estereotipada e determinista dos macros sistemas que dificultam suas possibilidades de resgate e fortalecimento de estudos brasileiros destacam que famílias monoparentais chefiadas por mulheres mostram-se, muitas vezes, hábeis na tomada de decisões e na superação de desafios, o que evidencia uma unidade familiar e um sistema moral bastante fortalecido diante das circunstâncias desfavoráveis da vida delas (YUNES, 2001).

Assim, será possível ter a dimensão da diversidade de respostas que podem ser observadas, principalmente quando se trata de riscos psicossociais e socioculturais.

Pensar na pobreza ou em famílias e comunidades de baixa renda como grupos que sofrem uma diversidade de pressões e opressões faz parte do contexto brasileiro. Entretanto, não podemos apontar a pobreza como um fator de risco, pois acabaríamos por ratificar "concepções ideológicas arraigadas de que os muitos déficits sociais e sanitários seriam determinantes para condenar populações inteiras a uma subalternidade irrevogável" (JUNQUEIRA; DESLANDES, 2003, p. 232).

Há de se pensar que, considerando ou negando as condições indignas e a precariedade das contingências econômicas e sociais que castigam a maioria das famílias pobres brasileiras, a forma adversa de desenvolvimento se mostram e, não se pode considerar como regra, famílias desenvolvem processos e mecanismos que

garantem sua sobrevivência e cumpram seus papéis de proteção e cuidado com competência, tornando o contexto essencial para o desenvolvimento saudável dos seus membros.

Os fatores de proteção são tomados como prioritários e necessários para o restabelecimento do equilíbrio perdido, eles são importantes para a demonstração de competência, garantindo a sustentação da adversidade e do desenvolvimento em uma trajetória de risco.

As famílias monoparentais que vivenciam fatores de risco não podem ser vistas simplesmente como vítimas de um sistema social injusto. Devem ser resgatadas e fortalecidas em sua dimensão sadia, possibilitando, desse modo, que lutem e superem as situações percebidas como risco, ultrapassando o determinismo social, o preconceito e os estereótipos macros sistêmicos (POLETTI, 2004).

O trabalho e a emancipação feminina são elementos que impulsionam as mulheres de classe média ao ingresso no mercado de trabalho, enquanto a luta pela sobrevivência é, na maioria das vezes, o elemento motivador das mulheres de camadas populares. Mendes (2008) aponta que entre as chefias femininas crescentes no país, destacam-se as mulheres mais jovens, separadas, negras, pobres e com baixo grau de escolaridade. Geralmente, essas mulheres de camadas populares estão inseridas no mercado informal e com péssimas condições de trabalho e salários.

Essas mulheres precisam se adaptar e remediar questões como essas, uma vez que além de se responsabilizarem por toda a situação domiciliar, doméstica e de desenvolvimento dos filhos, elas ainda têm de se adaptar às normas tradicionais de códigos morais rígidos, que delegam aos homens a capacidade e a atitude considerada "chefe de família".

O preconceito e a atitude tradicional de que uma família sem a presença do homem (marido ou pai) se torna uma família sem autoridade e respeito, marca dores presentes na educação, cujo modelo é patriarcal. Esse preconceito as remete a uma concepção de mulheres sem precedentes e desmoralizadas, diminuindo seu potencial para lutar contra a sobrecarga da função de chefe de família. A questão que poderia potencializá-las como um fator de proteção converte-se em um fator de risco, pois diminui sua condição e seu empoderamento.

A família monoparental feminina pode se constituir por vários processos e dinâmicas vivenciais, como mostrados anteriormente. A dimensão em comum na constituição das famílias monoparentais femininas é a presença dos filhos, é a relação

parental entre mães e filhos. Nos contextos de vulnerabilidade social, em que a chefia do lar se constitui primeiramente pela necessidade iminente da sobrevivência, a educação dos filhos torna-se uma tarefa árdua. Para Mariano e Carloto (2009), o fator monoparental acrescido à chefia familiar feminina constitui um grau a mais de vulnerabilidade.

A dificuldade de conciliação entre a vida familiar e a limitação financeira, agravada pelas extensivas horas de trabalho geralmente mal remuneradas, é uma questão relevante na vida dessas mulheres (SANTOS, 2011). Essas mulheres vivenciam um sentimento de culpa em relação aos cuidados com os filhos e à atenção que lhes dispensam, especialmente, aquelas que trabalham fora em tempo integral. A sobrecarga de responsabilidades, que se expressa em um acúmulo de papéis (provedora, funções domésticas e criação dos filhos), gera um sentimento de mal-estar, de estar permanentemente em falta com seus filhos.

A maternidade gera um sentido de vida, uma identidade no lar, sobressaindo seu papel de mãe ao papel de mulher. Azeredo (2010) afirma que um dos marcadores mais importantes da identidade feminina é a maternidade. A condição de mulher, associada ao papel de mãe, cuja responsabilidade no cuidado com os filhos aparece como uma imposição da ordem natural que pode limitar as oportunidades de construção de outros aspectos identitários. As consequências possíveis diante dessa limitação são: muitas dessas mulheres não insistem em relações conjugais ou trabalham apenas para sobrevivência e não como uma possibilidade de realização pessoal.

A condição da família monoparental feminina no contexto de pobreza é destacada por Brito (2008), pois, ao trabalharem, as mães ficam afastadas da vida cotidiana de seus filhos, retornando às suas casas apenas à noite. Os relatos evidenciaram a falta de tempo como um elemento nitidamente incorporado à rotina da mulher, que tem como prioridade sair de casa para trabalhar.

Há uma dificuldade da mulher, mãe e provedora do sustento da família em preservar uma participação efetiva com seus filhos e com ambiente familiar, sendo o trabalho uma necessidade extrema, um sacrifício necessário para guiar e manter a unidade familiar.

Aqui se pode questionar o papel do Estado brasileiro na vida das pessoas. Mulheres, mães, chefes de família que precisam trabalhar mais de quinze horas diárias, com mais de um trabalho (formal e/ou informal) e não têm condições de

participar efetivamente da vida de seus filhos, constituem grupos em exclusão social. Encontram-se em risco pessoal e social, excluídas das políticas sociais básicas (trabalho, educação, saúde, habitação, alimentação). Como afirmam Gomes e Pereira (2005), o poder público precisa pautar suas políticas públicas na ideia de erradicação da pobreza, pois se percebe que as atenções hoje voltadas à família são conservadoras, justificáveis no contexto da cultura tutelar.

Nesse sentido, espera-se que a família seja considerada concretamente na agenda política dos governos para que possa prover autonomia e que seus direitos sejam respeitados. É necessário que as políticas públicas venham em apoio à família pobre não apenas em relação à renda, mas também em relação ao acesso a bens e serviços sociais (GOMES; PEREIRA, 2005).

Um agravante na criação dos filhos também é a falta de participação paterna. É muito frequente nas famílias a ausência do pai, que aparece como um obstáculo a ser superado pela família monoparental feminina (BRITO, 2008). A falta se caracteriza de maneira mais acentuada quando há simultaneamente a ausência financeira e presencial/afetiva do pai na vida dos filhos. Essa ausência pode constituir um sentido negativo da figura paterna e masculina na subjetividade dos filhos, especialmente quando mãe e pai vivenciaram experiências de violência ou gravidez indesejada.

Para muitas mulheres chefes de família, substituir a paternidade é um aspecto de orgulho pela luta e motivação para enfrentar vida, apesar de ser um agravante na criação dos filhos. Para elas, isso evidencia força, superação e completude, e se constitui em fator de proteção e fortalecimento.

Muitas vezes, o pai de seus filhos representa um momento ruim da vida delas, o que fragiliza ainda mais a figura paterna e masculina para seus filhos. Muitos casos demonstram a concepção de que a autoridade masculina é inerente apenas, ou principalmente, à responsabilidade econômica. Desse modo, se visualiza um fator de risco para a constituição subjetiva dos filhos, a limitação de processos identificatórios favoráveis quanto à figura paterna.

Um fator que pode amenizar alguns desses desafios parentais é a existência de uma rede social de apoio significativa na vida dessa família, o que se constitui como um fator de proteção. Para driblar as condições de vulnerabilidade social acumulada à dimensão parental, em busca de apoio, as mulheres tendem a tecer redes de

solidariedade, em geral, com outras mulheres, sejam parentes ou vizinhas (AZEREDO, 2010).

A família extensa pode aparecer como um suporte que amplia a rede de solidariedade, pois desempenha papéis importantes do contexto doméstico e referencial para os filhos. A presença de uma rede social ampliada, que envolva instituições sociais como igreja, grupos comunitários ou a própria escola, também é um diferencial importante (ALMEIDA, 1987).

Nessa dinâmica de colaboração da rede de solidariedade, os filhos podem constituir tanto uma condição de risco quanto de proteção. Como fator de proteção, as crianças e os adolescentes participam muitas vezes no auxílio ao trabalho informal e contribuem para minimizar os agravos financeiros, assim como partilham dos serviços domésticos e da colaboração no cuidado dos irmãos menores. Enquanto fator de risco, os filhos se inserem no trabalho precocemente, para auxiliar nas necessidades financeiras do lar e, conseqüentemente, vivenciam prejuízos escolares ou até mesmo abandonam os estudos. Esse fator favorece a perpetuação da condição de pobreza e vulnerabilidade.

Diante desse cenário monoparental feminino, em que há a colaboração dos filhos na rotina do lar, as relações afetivas entre mães e filhos podem se expressar por meio da troca contínua, respeitosa e afetuosa (BRITO, 2008). Contudo, os mesmos fatores de colaboração dos filhos, aliados à ausência paterna, material e afetiva, podem constituir uma relação, aglutinada entre mães e filhos, de dependência afetiva, impedindo uma educação emancipatória. Ou seja, fortalecem-se tanto entre si, que a possibilidade de inserção de outro membro na família, seja um possível companheiro da mãe seja dos filhos, torna-se inaceitável.

A realidade de mulheres em situação de vulnerabilidade social se mostra permeada por contradições que afirmam sua complexidade, ao longo da história brasileira. A maternidade e a relação parental são dimensões significativas de identidade feminina e do sentido da vida de serem mulheres que inseridas no mundo, e as impulsionam ao trabalho, ao sustento do lar, na batalha de cada dia, na superação de desafios. A condição de chefia do lar, por outro lado, as afasta de outras atividades e uma considerável parcela dessas mulheres dedica o seu tempo da vida a manutenção de suas famílias e a criação de seus filhos.

São muitas as marcas assim como os fatores de falta de proteção que constituem a vida dessas mulheres, sejam eles fatores individuais, sociais, culturais

sejam relacionais. Desse modo, há que qualificar as possibilidades de enfrentamento e sobrevivência de mulheres brasileiras pobres chefes de famílias monoparentais.

2.3 NA DIALÉTICA DAS RELAÇÕES SOCIAIS: A ETNIA, A RAÇA E AS QUESTÕES DE GÊNERO NA CONDIÇÃO DE MATRIFOCALIDADE

A matrifocalidade implica, portanto, em um grupo de mulheres e crianças matrilateralmente relacionadas, com homens mais ou menos flutuantes ao redor do grupo. O pai-marido pode estar fisicamente presente ou absolutamente ausente, mas, em qualquer caso, a autoridade no grupo doméstico é uma característica feminina, estando diretamente ligada ao fato dessas mulheres se agruparem em atividades de produção cotidiana em suas jornadas, em espaços públicos e privados. Onde o reconhecimento de descendência se superpõe ao princípio de grupamento matrilateral. Enquanto a descendência é bilateral, o reconhecimento da descendência e a forma de agrupamento são matrilaterais. Outra posição do contínuo matrifocal seria onde o pai-marido estaria presente, mas de alguma maneira marginal ao grupo composto de esposa, filhas e netos. Sendo assim, mostra ações com significados e valores que perpassam pela autoestima, a escolaridade e o papel da mulher em um modelo tradicional e normativo da família.

Para Scott (1990), a família está associada ao conceito de matrifocalidade como ponto de partida, mas abre entendimento das relações que a acompanha, assim, define matrifocalidade como uma complexa teia de relações montadas a partir do grupo doméstico, o que não pode ser compreendido e reduzido à ideia de chefia, sendo que um alto índice de casas chefiadas por mulheres pode ser apenas um indício do padrão de matrifocalidade e não sinônimo dessa.

A família negra com a ausência da figura do pai traz o que Florestan Fernandes (1978) chamou de “falhas na socialização”. É uma situação concreta à qual os negros são levados devido ao baixo nível de renda do marido. Nesta visão os negros não desejam viver uma situação matrifocal, mas não tem alternativa por fatores que estão fora da família. Acredito que a maioria hoje concorda que matrifocalidade está relacionada com um baixo nível de renda.

A maioria dos pesquisadores que atualmente trabalham no assunto, porém, nega a patologia da matrifocalidade. Os princípios de expansão da matrifocalidade tem como base um esquema bipartido: de um lado estão os homens que vem e vão, e do outro, a dinâmica das mulheres solitárias e mantenedoras dos seus lares. Eles vão embora por muitos fatores: a busca pelo trabalho, a miséria em casa, a falta de interesse pela família no seu prover e cuidar, aventurando-se.

Para a mulher que é abandonada não restam muitas escolhas: se vê obrigada a trabalhar para o sustento dos filhos e fazer o papel de pai/mãe. Por trazer uma sensibilidade aguçada, a mulher sente dificuldades para se reerguer da decepção, e, na maioria das vezes acaba optando por criar sozinha, os filhos do relacionamento.

Pensar na labuta pela sobrevivência no local, em terras que não são suas, na família matrifocal, na sociedade inserida em um contexto capitalista, é pensar como os valores se mostram presentes no cotidiano delas. Tais questões mostram a realidade dessas mulheres, as identidades construídas a partir desse contexto, o sonho de encontrar outras possibilidades de trabalho.

Norberto Elias (1990) mostra que a constituição das identidades é atividade social por excelência que envolve dois segmentos: o individual e o coletivo ligado à tradição. O modelo de identificação desses grupos com a cultura local e gerações passadas, são emblemas identitários. Preservar a identidade no local é permanecer no grupo, se reconhecer como tal, compartilhando a identidade do trabalho, a posição e participação na comunidade – participação que está ligada à construção da cidadania.

Se as identidades têm como uma das características a posição dos sujeitos, estas refletem a inserção e participação em um tecido social, a exemplo da identidade política que diz respeito às formas de vida que impõe a si mesmo para sobrevivência dentro de determinado sistema desigual. Essa posição tende a suprir a existência do sujeito e varia de acordo com o lugar e o momento histórico do qual se faz parte. Essa projeção mostra o lugar que ocupamos no mundo social e cultural, a estrutura em que se vive e percebida, aonde as identidades vão sendo (re) construídas, uma vez que elas mudam de acordo com a forma como os sujeitos consentem e tutelam a participação na sociedade.

Diante das entrevistas realizadas, o registro de atividades com a presença de mulheres cujas atividades contaram que a labuta diária nas diversas atividades tidas como cansativas, afirma Rosália que mulheres lutam para o desenvolvimento

econômico e cultural da região, tornando-se símbolo de luta, força e trabalho em um território onde as forças hegemônicas de grupos lideram o comércio regional exercendo pressões nas relações de trabalho local.

Mas o território não pode ser visto apenas como a projeção das relações sociais em um espaço, mas a projeção desse lugar nas relações sociais. Sobre territórios, define Souza (2000):

Territórios, que são no fundo antes relações sociais projetadas no espaço que espaços concretos (os quais são apenas os substratos materiais das territorialidades) – [...] podem [...] formar-se e dissolver-se, constituir-se e dissipar-se de modo relativamente rápido (ao invés de uma escala temporal de séculos ou décadas, podem ser simplesmente anos ou mesmo meses, semanas ou dias), ser antes instáveis que estáveis ou, mesmo, ter existência regular mas apenas periódica, ou seja, em alguns momentos – e isto apesar de que o substrato espacial permanece ou pode permanecer o mesmo. (SOUZA, 2000, p. 87)

No Brasil, dentre os muitos discriminados encontram-se, na maioria das vezes, pessoas negras e indígenas e entre estas as mulheres negras, que estão em maior desvantagem social. São esses indivíduos boicotados em seu direito à cidadania, que carregam o estigma da inferioridade, atributo profundamente depreciativo (GOFFMAN, 1975).

É sob a ótica do olhar que se analisa nesta dissertação, a condição de ocupação dessas mulheres negras e mestiças trabalhadeiras: que nascem, crescem, tem seus filhos no contexto e sem condições: recebem a profissão de geração a geração, preservando a tradição familiar, constroem suas identidades entre relações e conflitos, reorganizam-se e sobrevivem com dignidade.

E na perspectiva de sobrevivência ou processo de apropriação do espaço e construções de identidades através de ações cotidianas, surge um espaço de territorialidade que é resultado da ação dessas mulheres, há uma dinâmica reproduzida e preservada pela tradição do trabalho explorado, em tempo da superação de algumas, seja pelas associações ou pela interferência dos estudos delas. Embora, muitas não conseguem sair do ciclo de exploração e pobreza. Como elas poderiam sobreviver sem a atividade que lhes ensinaram?

Atividades que lhe dão uma referência cultural por vários séculos. A educação tem importância fundamental para mudanças estruturais, lugar estratégico para a superação de mecanismos que não permitem a ruptura com um passado e um presente racistas. Pensar a diversidade racial e de gênero na área educacional é

possibilitar inclusões, respeitos, conteúdos e solidariedades às crianças e jovens que carregam o estigma da diferença, seja pela sua cor de pele ou pela condição de ser mulher.

Os indivíduos posicionados na base da pirâmide social são os principais alvos para as práticas discriminatórias, para a injustiça, para a falta de oportunidades profissionais e sujeitos a uma infinidade de situações que conduzem à subordinação social. Uma sociedade permeada por uma lógica machista e racista, como é a brasileira, condiciona as negras a uma situação de duplo processo discriminatório, ou como afirma Crenshaw (2002):

A associação de sistemas múltiplos de subordinação tem sido descrita de vários modos: discriminação composta, cargas múltiplas, ou como dupla ou tripla discriminação. A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p.177).

Todavia, a situação de submissão na maioria das vezes não permite um processo emancipatório das mulheres negras e mestiças e, mesmo que este quadro social esteja modificado, o legado histórico, social, cultural, educacional, político presente no Brasil, ainda é bastante difícil para que suas identidades sejam construídas sem que as marcas dos processos de exclusão tanto pelo gênero como pela raça estejam presentes. E qual seria um caminho possível para a transformação dessa estrutura social injusta? Fanon (1983) escreve:

[...] o negro não deve ser mais colocado dentro desse dilema: tornar-se branco ou desaparecer, mas ele deve poder tomar consciência de uma possibilidade de existir, ou se a sociedade lhe causa dificuldades, devido a sua cor, se eu constato em seus sonhos a expressão de um desejo inconsciente de mudar de cor, meu objetivo não será dissuadi-lo, aconselhando-lhe a “manter suas distâncias”; meu objetivo, ao contrário será, uma vez as causas determinantes esclarecidas, torná-lo capaz de escolher a ação (ou a passividade) a respeito da verdadeira origem do conflito isto é, a respeito das estruturas sociais [...] (FANON, 1983, p.83-84).

Destarte, somente alterando discursos, mídias e práticas cotidianas poder-se-á pensar como alterar as concepções e ideologias presentes no cenário brasileiro, transformando vidas pela diminuição da pobreza e do racismo – formas de exclusão

social. Isso não poderá acontecer se essas pretensas alterações forem realizadas isoladamente, mas que seguem essencialmente o modelo coletivo dentro de uma estrutura de mercado de trabalho excludente e branca.

No final do século XVII, a mulher era considerada imperfeita por natureza. O "modelo do sexo único", descrito minuciosamente por Thomas Laqueur (2001) e dominante até a Revolução Francesa, situava a mulher em um degrau abaixo do homem na hierarquia social. Mulheres ou "homens invertidos", ontologicamente inexistentes, impotentes como as crianças ou escravos, iniciaram sua luta por reconhecimento paralelamente aos esforços dos conservadores para justificar sua exclusão dos primórdios da cidadania moderna ocidental, porque era politicamente necessário legitimar como natural o domínio do homem sobre a mulher. A construção do indivíduo racional pela teoria liberal excluiu a mulher da sociedade civil em formação, enfatizando a dicotomia entre os sexos e a separação entre as esferas pública e privada.

Em contrapartida, deu início ao discurso feminista da diferença, inaugurando uma história de resistências repleta de questões, ambivalências, tensões e desdobramentos. A luta inicial das mulheres pela igualdade de direitos nasce pela afirmação das diferenças dando início a uma ambivalência (igualdade versus diferença) que acompanha a trajetória dos movimentos feministas e fundamenta a ideia de identidade do sujeito feminino.

Para Mary Del Priore (2000) as conquistas das mulheres ao longo da história foram positivas sob muitos aspectos, mas que o Brasil ainda carece de políticas públicas para o gênero feminino. "Temos muitas mulheres nos governos, mas ainda precisamos de ações concretas visando à garantia de direitos", critica. Ela cobra das próprias mulheres a mudança de postura diante da liberdade sexual para o enfrentamento do que chama de "cachorrice", um comportamento massificado de mulheres que agem de forma a contribuir com a manutenção de estereótipos machistas. "É um anacronismo a gente achar que as mulheres de antigamente — por não gozarem tanto quanto as de hoje — eram frustradas", afirma.

O direito de votar foi uma das primeiras reivindicações da mulher feminista, denominadas sufragistas que, embora excluídas da esfera pública sob o domínio masculino, buscavam participar desta por meio do voto. Alegavam, principalmente, que na condição de mães e educadoras daqueles que integravam as arenas

decisórias teriam, portanto, o direito de votar. A Nova Zelândia foi o primeiro país a conceder o direito ao sufrágio feminino em 1893, portanto, final do século XIX.

O século XX é conceitualmente marcado por três correntes feministas fundamentais, fruto de questionamentos decorrentes da diversidade intra-sexo. A primeira, nos anos 1960, teve como reivindicação principal uma distribuição mais igualitária do poder por meio da ideia de igualdade de oportunidades e de condições para ambos os sexos. Denominado "Feminismo Igualitário", "Liberal" ou "Universalista" tem como princípio o pensamento liberal em que os instrumentos são a educação, o trabalho e a política para uma ação transformadora.

A segunda corrente, o "Feminismo Radical", faz uma crítica à sociedade patriarcal e ao liberalismo e impera nos anos 1970. Nos anos 1980, as mulheres reivindicaram uma revalorização da experiência feminina ligada à maternidade e aspectos biológicos característicos das mulheres - constituindo, assim, uma terceira corrente chamada Feminismo da "Feminitude", que enfatiza, novamente, a diferença entre os sexos.

Existe no mundo contemporâneo a demanda por uma noção de cidadania mais abrangente, onde a diversidade cultural é um mote contínuo. O conteúdo da raça é morfo-biológico e o da etnia é sociocultural, histórico e psicológico. Um conjunto populacional dito raça "branca", "negra" e "amarela", pode conter em seu seio diversas etnias. Uma etnia é um conjunto de indivíduos que, histórica ou mitologicamente, têm um ancestral comum; têm uma língua em comum, uma mesma religião ou cosmovisão; uma mesma cultura e moram geograficamente no mesmo território.

Parece simples definir quem é negro no Brasil. Mas, num país que desenvolveu o desejo de branqueamento, não é fácil apresentar uma definição de quem é negro ou não. Há pessoas negras que introjetaram o ideal de branqueamento e não se consideram como negras. Assim, a questão da identidade do negro é um processo doloroso.

Para Cardoso (2010):

Os conceitos de negro e de branco têm um fundamento etno-semântico, político e ideológico, mas não um conteúdo biológico. Politicamente, os que atuam nos movimentos negros organizados qualificam como negra qualquer pessoa que tenha essa aparência. É uma qualificação política que se aproxima da definição norte-americana. Nos EUA não existe pardo, mulato ou mestiço e qualquer descendente de negro pode simplesmente se apresentar como negro. Portanto, por mais que tenha uma aparência de branco, a pessoa pode se declarar como negro. (p.66).

A distribuição etária da chefia feminina mostra que, enquanto mais idosa, mais provável que a mulher seja chefe de família sozinha. Barroso, diante do número considerável de mulheres chefiando famílias, levanta a questão se isto não estaria acontecendo, de acordo com o ditado popular, porque é melhor ser "sozinha que mal acompanhada". Ou seja, a "solidão" de ser chefe de família poderia ser enquadrada como fazendo parte de uma "esperteza" feminina decorrente da sua avaliação da pouca capacidade de homens serem um elemento positivo em casa.

A própria demografia, com a sua preocupação constante sobre a estrutura populacional do país, encaminha a discussão tanto para a lógica da transição demográfica quanto para a lógica da "microsociologia" de relações em família, como evidencia Coleta Oliveira (ano) sobre reprodução e família e em Berquó *et al.* (2001) em seu estudo clássico sobre a fecundidade em São Paulo. A marcha para a família conjugal é substituída por duas outras marchas intimamente interligadas: a marcha para a baixa fecundidade e a marcha para a asserção do poder feminino.

Ser mulher e ser negra no Brasil significa ainda estar inserida em um ciclo de marginalização e discriminação social e racial. Isso resulta do processo histórico de formação da sociedade brasileira, que precisa ser analisado a fim de buscar soluções equacionadoras para "antigos" e atuais estigmas e dogmas.

A abolição da escravatura sem planejamento e a estrutura da sociedade de base patriarcal, machista e classista, acabou por resultar na situação atual, em que as mulheres negras e/ou afrodescendentes são vítimas dessa tripla discriminação, mesmo que, muitas vezes, não tenham consciência dessa condição.

Há três eixos principais que estruturam a sociedade brasileira: o gênero, a raça/etnia e a classe social. Estas contradições não operam isoladamente. Formam, ao longo da história, um verdadeiro nó, [...]. No novelo, a contradição encontra-se potenciada, do que decorre, dentre outras, uma importante implicação, ou seja, a necessidade de se formularem estratégias de enfretamento dessa realidade mais complexa, que não está presente em cada um de seus elementos integrantes (SAFFIOTI, 1979, p. 142).

As mulheres estão presentes em diversas profissões, ainda que, as diferenças de gênero determinem formas diferenciadas de acesso ao mercado de trabalho.

A mulher negra, portanto, tem que dispor de energia para superar as dificuldades que se impõem na busca da sua cidadania. Contudo, possível constatar que ocorre um aumento do número de mulheres negras nas universidades nos últimos

anos. Talvez a partir desse contexto se possa vislumbrar uma realidade menos opressora para os negros, especialmente para a mulher negra (SILVA, 2003). Mesmo as que possuem diploma universitário, sofrem as discriminações do mercado. Muitas não conseguem exercer a profissão que se dedicaram na universidade e, sem outras opções, exercem as mesmas de outrora. Ascender socialmente é, pois, um obstáculo a ser superado. O período escravocrata deixou como herança no pensamento popular, que elas só servem para trabalhar como domésticas ou exibindo seus corpos.

A melhoria da posição social do negro e, especificamente, da mulher negra, resultado de um esforço gigantesco. Homens e mulheres afrodescendentes têm lutado diariamente para levar dignidade ao povo negro, resgatar sua identidade e auxiliar na sua ascensão social. O estudo indo ao encontro do cotidiano de mulheres negras, busca aprofundar as formas como elas superam as constantes adversidades, dificuldades e barreiras do contexto socioeconômico e político cultural da sociedade contemporânea para garantir sua mobilidade social.

A situação de ser mulher negra no Brasil de hoje manifesta um prolongamento da sua realidade vivida no período de escravidão com poucas mudanças, pois ela continua em último lugar na escala social e é aquela que mais carrega as desvantagens do sistema injusto e racista do país. Inúmeras pesquisas realizadas nos últimos anos mostram que a mulher negra apresenta menor nível de escolaridade, trabalha mais, porém com rendimento menor, e as poucas que conseguem romper as barreiras do preconceito e da discriminação racial e ascender socialmente têm menos possibilidade de encontrar companheiros no mercado matrimonial.

A mulher negra ao longo de sua história foi a “espinha dorsal” de sua família, que muitas vezes constitui-se dela mesma e dos filhos. Quando a mulher negra teve companheiro, especialmente na pós-abolição, significou alguém a mais para ser sustentado (BERNARDO, 1998).

O Brasil, que se favoreceu do trabalho escravo ao longo de mais de quatro séculos, colocou à margem o seu principal agente construtor, o negro, que passou a viver na miséria, sem trabalho, sem possibilidade de sobrevivência em condições dignas. Com o incentivo do governo brasileiro à imigração estrangeira e à tentativa de extirpar o negro da sociedade brasileira, houve maciça tentativa de embranquecer o Brasil.

Provavelmente o mais cruel dos males foi retirar da população negra a sua dignidade enquanto raça remetendo a questão da negritude aos porões da sociedade.

O próprio negro, em alguns casos, não se reconhece, e uma das principais lutas do Movimento Negro e de estudiosos comprometidos com a defesa da dignidade humana é contribuir para o resgate da cidadania do negro. A pobreza e a marginalidade a que é submetida à mulher negra reforça o preconceito e a interiorização da condição de inferioridade, que em muitos casos inibe a reação e luta contra a discriminação sofrida.

O ingresso no mercado de trabalho do negro ainda criança e a submissão a salários baixos reforçam o estigma da inferioridade em que muitos negros vivem. Contudo, não podemos deixar de considerar que esse horizonte não é absoluto e mesmo com toda a barbárie do racismo há uma parcela de mulheres negras que conseguem vencer as adversidades e chegar à universidade, utilizando-a como ponte para o sucesso profissional.

Embora o contexto adverso, algumas mulheres negras vivem a experiência da mobilidade social processada em “ritmo lento”, pois além da origem escrava, ser negra no Brasil constitui um real empecilho na trajetória da busca da cidadania e da ascensão social. Bernardo (1998), em seu trabalho sobre a memória de velhas negras na cidade de São Paulo, mostra como é difícil à mobilidade ascensional da negra - especialmente na conquista de um emprego melhor, pois a maioria delas trabalhava na informalidade, ou como empregadas domésticas.

As mulheres negras que conquistam melhores cargos no mercado de trabalho dependem uma força muito maior que outros setores da sociedade, sendo que algumas provavelmente pagam um preço alto pela conquista, muitas vezes, abdicando do lazer, da realização da maternidade, do namoro ou casamento. Pois, além da necessidade de comprovar a competência profissional, têm de lidar com o preconceito e a discriminação racial que lhes exigem esforços para a conquista do ideal pretendido. A questão de gênero é, em si, um complicador, mas, quando somada à da raça, significa mais dificuldades para os seus agentes.

Para alcançar as oportunidades no mercado de trabalho, as mulheres negras se veem obrigadas a se esforçar muito mais do que os outros setores da sociedade, pagando muitas vezes um preço alto pela conquista, abrindo mão do lazer, da maternidade, do namoro ou casamento, porque, além de terem que provar que são tão competentes quanto os brancos, precisam, enfrentar o preconceito e a discriminação racial que lhes exigem maior empenho para conseguir realizar os sonhos desejados. Paul Singer (2007) afirma que:

à medida que a mulher negra ascende, aumentam as dificuldades especialmente devido à concorrência. Em serviços domésticos que não representam prestígio não há concorrência e conseqüentemente as mulheres negras têm livre acesso e é nesse campo que se encontra o maior número delas. A população negra trabalha, geralmente, em posições menos qualificadas e recebe os mais baixos salários (SILVA, 2003, p.11).

A mulher negra, portanto, tem que dispor de energias para superar as dificuldades que se impõem na busca da sua cidadania. Poucas mulheres negras conseguem ascender socialmente. Contudo, é possível constatar que ocorre um aumento do número de mulheres negras nas universidades nos últimos anos. Talvez a partir desse contexto se possa vislumbrar uma realidade menos opressora para os negros, especialmente para a mulher negra.

Porém, precisa-se ressaltar a experiência de mulheres negras na luta pela superação do preconceito e discriminação racial no ingresso no mercado de trabalho. Algumas mulheres atribuem a “façanha” da conquista do emprego do sucesso profissional a um espírito de luta e coragem, fruto de muito esforço pessoal, e outras ainda, ao apoio de entidades do movimento negro (SINGER, 2007).

Na atualidade, não se pode tratar a questão racial como elemento secundário, destacando apenas a problemática econômica. A posição social do negro não se baseia apenas na possibilidade de aquisição ou consumo de bens. Ainda há dificuldades da sociedade brasileira em assumir a questão racial como um problema que necessita ser enfrentado. Enquanto esse processo de enfrentamento não ocorrer, as desigualdades sociais baseadas na discriminação racial continua, e, com tendência ao acirramento, ainda mais quando se trata de igualdade de oportunidades. A discriminação racial na vida das mulheres negras é constante; apesar disso, muitas constituíram estratégias próprias para superar as dificuldades decorrentes dessa problemática.

Com o surgimento dos debates em torno da Pós-modernidade e do multiculturalismo, no final do século XX, o tema das identidades veio à tona na História. Na verdade, a noção de identidade não é nova nas ciências humanas, sendo conhecida da Psicologia e da Antropologia, mas é uma preocupação recente para os historiadores, desenvolvida principalmente por aqueles que trabalham com a interdisciplinaridade.

Esse conceito tem atingido relevância tal para a compreensão do mundo de hoje que alcançou as salas de aula, o que é visível, por exemplo, na inquietação dos

educadores em promover a conscientização sobre a diversidade cultural brasileira: isso passa pela definição das identidades étnicas e regionais. O conceito suscita muitas questões em diversos campos das Ciências Humanas. Sua origem remete à Filosofia e à Psicologia, mas hoje a Antropologia tem sido uma das temáticas mais prolíficas em seu estudo. Além disso, a área interdisciplinar conhecida como Estudos Culturais - um dos principais frutos da pós-modernidade nas ciências humanas e sociais - também tem questionado a construção de identidades sob os prismas mais diversos: sociológicos, linguísticos e por meio da teoria da comunicação.

Nesse contexto, a noção de identidade gerou conceitos diferentes: identidade nacional, identidade étnica, identidade social, cada um deles com a gama de significados e métodos de análise próprios. Quando fala-se em “identidade” ou identidades” deve-se estar atentos (as), pois trata-se de um tema que envolve comportamentos, sentimentos, o modo de ser, de viver e de amar de cada um. E tudo isso é “carregado” de uma história de vida, ocorrida dentro de um determinado contexto social, com laços familiares e afetivos específicos, recheada de crenças e valores peculiares.

Se a identidade de um indivíduo é única e a Identidade designa algo como uma compreensão de quem somos, nossas características definitórias fundamentais como seres humanos” (TAYLOR, 2000, p. 241). As características que a definem, em primeiro lugar sobre identidade nacional. A caracterização da identidade nacional une-se, primeiramente à existência da identidade cultural. Vale lembrar que a cultura é a herança social, nesse sentido, o povo brasileiro sofreu influências dos portugueses, negros, índios e imigrantes vindos de vários países.

Tem-se aqui uma identidade cultural com base na miscigenação, no hábito de comidas típicas, da arte barroca, da natureza exuberante, música, religiosidade e costumes. Para que exista uma identidade nacional torna-se necessário que o povo possua a consciência de nação, que é uma construção coletiva a partir de uma identidade nacional. Desta forma, além da identidade cultural, existe um projeto nacional de desenvolvimento, uma compreensão dela também envolvendo aspectos geográficos, jurídicos ou diplomáticos. Temos exemplos de países que possuem uma forte identidade cultural, como o Brasil, e outros detentores de uma elevada consciência de nação, apesar de não ter um grau elevado de identidade cultural.

Nesse sentido, definiu-se identidade nacional como o somatório de valores culturais resultante da vivência, que, apesar de incluir as diferenças regionais e

peculiaridades grupais, é passível de caracterização por um traço que permita a definição de um perfil diversificado, contudo hegemônico tomando como base em habitante (homem), território, instituições, língua, costumes, religiões e história comuns.

O Brasil é um país interétnico, proveniente do nascimento da nação, representado pelo idioma, etnias, bem como, através do solo, clima, vegetação e relevo. Nossa base cultural foi constituída pelo amálgama do processo de integração de portugueses, negros, índios e imigrantes de vários países do mundo.

Uma etnia ou um grupo étnico é uma comunidade humana definida por afinidades linguísticas e culturais. Estas comunidades geralmente reivindicam para si uma estrutura social, política e um território. A palavra etnia é usada muitas vezes de forma equivocada como um sinônimo para grupo minoritário ou como um eufemismo para raça, embora não possam ser considerados como iguais.

Stuart Hall (2008) aponta três aspectos da cultura popular negra que refletem tradições de representação na cultura da diáspora: estilo, corpo e música. Segregados da cultura dominante e despossuídos de capital cultural, além deles mesmos, os afrodescendentes trazer elementos culturais constitutivos para a identidade brasileira.

E essas bases da tradição africana, junto a elementos retirados da cultura europeia levar a forma de utilização destas características – estilo, corpo e música. A música, considerada por Hall como a forma mais profunda de composição da vida cultural dos negros da diáspora. O corpo, elemento usado, frequentemente, como tela de expressão de identidades. O estilo, que para o autor, transformou-se de elemento periférico para parte dominante da forma cultural. Pode-se ver o estilo representado nos arquétipos dos afrodescendentes.

No processo de luta das mulheres negras, que não ficaram e não estão passivas frente às violações de direitos no mundo do trabalho, do contrário, as conquistas legais é resultado das suas lutas que se prolongam por gerações. No contexto cotidiano das mulheres, as identidades se relacionam com a memória social dos grupos e pelas atividades passadas de mãe para filha, definindo uma identidade de referência, e as identidades individuais que estão ligadas à tradição e preservação de hábitos e costumes adquiridos, embora a capacidade de reconhecimento e empoderamento de si estejam subjacente nessa dinâmica.

Reconhecer-se como trabalhadora seria o mesmo que indicar pertença ao grupo, ao local, segurança de origem, de identidade, de história. Pensar em identidade

individual é o mesmo que quebrar laços de pertencimento, dar descontinuidade a essa dinâmica. As identidades dessas mulheres são construídas através da participação em práticas sociais, destacando-se, a importância social de grupos femininos sobre as comunidades, os meios de produção local, o modo de entender as relações entre mulheres e a sociedade.

Identifica-se que as relações de gênero perpassam nas questões do mundo do trabalho, do grupo de pertença e outros tantos fatores, uma vez que as mulheres, são discriminadas, exploradas, tornando-se campo acoplado para as desigualdades, não só nas relações de trabalho, mas de direito, constituindo a marca de luta em defesa dos Direitos Humanos. À mulher, cabe uma maior reflexão sobre o papel feminino nas atividades familiares, produtivas, além da conscientização e necessidade efetiva de discussões sobre o tema.

Cabe ao governo, a implantação de consolidação de políticas mais voltadas para a melhoria de qualidade de vida desses grupos, analisando as formas de trabalho de cada região. Torna-se possível a garantia e o reconhecimento social desses grupos explorados, a valorização das mulheres sejam elas mestiças, negras, brancas que lutam e sobrevivem. Torna-se essencial ainda que as normas sociais que fomentam a desigualdade de gênero e étnica se dissolvam, e que as mulheres negras estejam conscientes e informadas quanto aos seus direitos. A sociedade civil e organizações precisam incidir nos processos de negociações das identidades, a fim de assegurar que políticas de igualdade de gênero sejam efetivamente aplicadas e cumpridas.

Sabe-se que as mulheres negras ainda são relegadas à posição de subalternidade e mesmo possuem uma antiga história de lutas e resistência contra opressões e violências, não só do machismo, mas também do racismo. Elas ainda não conseguem mais efetivamente fomentar políticas mais direcionadas a estas questões, embora tenha tido avanços significativos. Nesse sentido, o desempenho diferencial no trabalho, as legislações para trabalhadores, as novas rotas de inserção no mercado de trabalho, podem ser um espaço com vozes ouvidas, propiciando diálogo social. Não se pode avaliar o imaginário de uma população tão complexa e cosmopolita como o Brasil, levando-os em conta a representação territorial, a consciência política de uma população que precisaria repensar a situação das camadas populares e suas demandas, mas isso seriam ações mais voltadas para atender de Direitos sociais.

CAPÍTULO III

PESQUISA “IN LÓCUS”: OS DESAFIOS DE SER NEGRA EM CONDIÇÃO DE MONOPARENTALIDADE NA SOCIEDADE CONTEMPORANEA

3.1 SER NEGRA E MÃE SOLTEIRA: AS IDENTIDADES SOLIDIFICADAS PELAS FAMÍLIAS NORMATIZADAS

Na pesquisa desenvolvida, a formação de constelações tomadas como unidades de significações, fala de quem narra e de quem procura contemplar o modo como o sentido das experiências de ser mulher negra e mãe solteira se mostram em uma sociedade coercitiva e preconceituosa. Não foi por acaso que, dentro de um leque de possibilidades de temas relacionados à condição feminina e da identidade se mostra como algo instigante. Bauman (2005) pontua que:

Numa sociedade que tornou incertas e transitórias as identidades sociais, culturais, sexuais, qualquer tentativa de 'solidificar' o que se tornou líquido por meio de uma política de identidade levaria inevitavelmente o pensamento crítico a um beco sem saída (BAUMAN, 2005, p 12)

Nesse entendimento, as identidades são socialmente discutidas e pensadas a partir de um modelo que perdura, pelos registros de mulheres que se reconhecem como negras em condição de monoparentalidade. Elas contam suas vidas em condição de pobreza e luta diária. A colaboradora E fala de sua vida quando a família descobre que estava grávida:

Mainha pegou e me bateu no braço e ficou danada comigo. Painho nem olhava para mim e disse que filha dele não ia parir sem um marido. Falou até: olhe suas irmãs que mal ou bem casadas, tem do lado os seus maridos e você? Quem vai criar esse menino de uma doideira dessa? Pensei então: vou sair de casa e ir para casa de minha tia, mas lá não fui bem recebida e acabei ficando jogada pela família. Aluguei um quarto e fui trabalhar na cozinha do povo, Quando a patroa descobriu a minha barriga, pensei que ela ia me mandar embora, mas ficou comigo e até me ajudou.

Torna-se fundamental compreender o papel da família, modelos coercitivos, nesse momento de uma gravidez sem casamento. Para ela, a família sempre foi um grupo atrelado a alguma tradição e a união estável, não foi fácil. A família estava arraigada no modelo tradicional de família, onde o pai é o centro de tudo. E especialmente tratando de mulheres negras/mestiças, – a condição de monoparentalidade não é tão bem recebida pela sociedade normativa e as famílias conhecem padrões normativos. As escolas e as igrejas se apropriam dessas práticas e a sociedade tece olhares especiais para essa condição, de ser solteira e pobre.

Estando o espaço em foco de pesquisas das universidades, os estudos de identidades de grupos invisibilizados pelas condições de vida e estado de pobreza têm sido muito constantes. Busca-se entender, a história de E e dessas mulheres que trabalham e lutam pela sobrevivência de seus filhos, em condições de dificuldades e individualidade em relação a paternidade, conseguiram criar e sustentar seus filhos sem a presença masculina do pai ou do avô. Reconstituir seus legados e tradições em um contexto muito propício para pesquisas de campo, isso pela riqueza natural e pelos constantes desafios na cultura e de seus modelos e tradições.

Nas camadas mais empobrecidas, as uniões e os relacionamentos afetivos, contudo, parecem expressar a revolta das saídas na madrugada, dos efeitos da não fartura, das traições em bares, e as famílias mais conservadoras cobram posições, normas de comportamento. Mulheres que saem de madrugada de suas casas deixando crianças com parentes e amigos, quando estas não acompanham as mães. Nessas relações de cuidado a curto e longo prazo, as mulheres dependem de outras mulheres ou adolescentes para a tarefa de olhar os filhos e sendo assim, o conceito de família sofre mudança.

Como se define a família nessa nova perspectiva e modelo? Cuidar este relativo à promoção de bem-estar e conforto, mediante a possibilidade de atender as necessidades do outro com presteza e solidariedade, desenvolvendo um processo de troca por meio das ações e atitudes de cuidado. Trata-se de uma atitude constante de ocupação, preocupação, responsabilidade e ternura com seu semelhante (FREITAS, 2002). Nesse sentido, a família assume novos padrões de cuidar. Já não é a nuclear, a de origem, mas a estendida, pois, quem cuida é o que está mais próximo: vizinho ou mesmo companheiro instável. F conta que:

Até pensei em morar com meu companheiro, mas ele usava drogas e assim que soube da minha barriga, me largou de vez. Pensei que ele fosse me dar apoio porque tinha até umas condições de vida, mas não ligou e Gabriel nunca soube direito quem era o pai. Ficou por ai e sumiu de vez. Foi até bom porque tinha entrado nesse mundo da droga e graças a Deus estou limpa já por um tempo. Pensei em meu filho e no trabalho.

Dentre as várias formas de manifestação de cuidado com o filho, há de se pensar na ideia de família estendida, seja ela verbal ou não verbal, cujo objetivo maior é estimular a vivência, o cuidado, o calor humano, ações capazes de transmitir aparente tranquilidade. A solidariedade, principalmente nessas circunstâncias,

aproxima os seres e estimula a reciprocidade da troca de afetos na realização da assistência de quem foi abandonada pela família de origem.

O processo do cuidar se contextualiza por fenômenos demográficos, culturais, econômicos e psicológicos, bem como pela conceituação do cuidar e pelo apoio das redes informais das que dispõem (NERI, 2002). O cuidar é uma experiência heterogênea, determinada por diversas variáveis e determinantes para os afetos.

Sabe-se que todo ser humano necessita de cuidados e que os cuidados podem variar em intensidade, propósito e fonte. O ato de cuidar manifesta preocupação em manter a integridade física e moral do indivíduo, educando-o e orientando-o de modo a ajudá-lo a melhorar sua autoestima. Para isso é necessário visualizá-lo como ser individual e holístico, com particularidades, não limitando a atenção apenas ao que é visível ou manifestado por processos patológicos. Também torna-se importante lembrar o senso de empatia, colocando-se no lugar do outro de modo que escute suas falas e perceba suas dores a fim de lhe proporcionar uma melhor forma de vida. E essa mulher conta isso.

Os termos família composta e família convivente é sinônimo para o termo família estendida e em sentido mais amplo, já que se refere ao cuidado de pessoas sem laços de parentesco. Mulheres que olham suas e outras crianças em calçadas e passeios, cuidadoras de filhos de mães que saem para suas atividades de sustento, vizinhança simpática são algumas das denominações desse modelo de família.

Bruschini (1990) diz: da mesma forma que o parentesco, as relações de vizinhança foram verificadas no que diz respeito às formas de convivência, cooperação, solidariedade e conflito. Das mulheres investigadas, quase todas afirmaram que os convívios com seus parceiros estavam em via terminal ou não existe mais e que suas vizinhas e amigas da comunidade eram o apoio para que pudessem trabalhar no sustento. A prática de mulheres apoiarem outras da mesma comunidade mostra que a ausência dos companheiros no processo de criação dos filhos está sendo substituída pelas relações de amizade e companheirismo.

G nos liames da fala ressalta:

Minha mãe podia ter me dado mais assistência, mas não fez e fiquei sem ninguém com barriga e muita preocupação. Nunca pensei em tirar o menino apesar de conselhos porque era meu filho e já estava na minha barriga. Muitas mulheres fazem isso, mas eu nunca pensei em fazer aborto porque fui acostumada numa família grande e meu pai era rigoroso com a gente e obrigava a ir a igreja e via as pessoas falando nisso.

Práticas que se desenvolveram a partir do modelo de família que estabelecem modelos e posturas advindas de reflexões acerca do fracasso de uniões que foram temporárias ou descompromissadas – muito comum entre mulheres de camadas mais carentes, resultado de um conjunto de fatores que ao longo dos anos vem interferindo no cotidiano desses grupos populares, dos quais as mulheres trabalham para a família, para criação de filhos, idosos, a herança do período colonial e do processo de coisificação das mulheres que não são para casamento, mas só para relações temporárias.

Atualmente, quando a mulher busca um parceiro para manter uma relação fixa, na maior parte das vezes, não tem muitas opções de escolha e acaba tendo uma vida solitária ou ingressando em uniões não duráveis. Conta G: muitas mulheres daqui vivem só para o trabalho porque esta questão de casamento é complicada e elas preferem viver sozinhas. Lembra:

Sempre me viram como uma coitadinha na família e por conta disso sofria muito na escola e em casa mesmo quando me via com um filho sem direito a sair com amigas porque minha mãe dizia que cada um teria de cuidar de seus filhos. Criei meu filho como pude, mas, criei.

De acordo com a fala da colaboradora G, se uma mulher tem baixa autoestima, espera pouco de si e dos outros ela se apegua a seu filho como uma possibilidade de resgate de uma condição de amor e cuidado futuro. Ela pensa que primeiro deve servir ao outro, e se coloca por último na busca de satisfação do atendimento ao filho que poderá cuidar dela adiante na ausência da família de origem. Mulher abandonada por parceiro que não a respeita, por pressupondo que não era para ser sua companheira, deslocada de seu grupo. Bauman (2005) analisa a questão do deslocamento:

Em todo e qualquer lugar eu estava – algumas vezes ligeiramente, outras ostensivamente –deslocado. (...) Estar total ou parcialmente “deslocado” em toda a parte, não estar totalmente em lugar algum (ou seja, sem restrições e embargos, sem que alguns aspectos da pessoa “se sobressaiam” e seja vistos por outras como estranhos), pode ser uma experiência desconfortável, por vezes perturbadora. (BAUMAN, 2005-p. 18-19).

Esses deslocamentos afetivos são marcantes nas falas de E e G, mostram a insegurança afetiva em relação às suas famílias e apego aos filhos, mas, muitas

tiveram consciência disto, - o que é constatado nas narrações durante a pesquisa. F mostra: meu companheiro sai que ninguém vê e fica lá com amigos na cachaça e eu em casa fazendo comida pra levar pra o trabalho. Prado (1988, p. 7), destaca:

A palavra família, no sentido popular e nos dicionários, significa pessoas aparentadas que vivem em geral na mesma casa, particularmente o pai, a mãe e os filhos. Ou ainda, pessoas de mesmo sangue, ascendência, linhagem, estirpe ou admitidos por adoção.

Mas aqui a família consanguínea abre espaço para a afetiva, mas as mágoas ficam em suas falas. A terminologia de família deriva do latim *famulus*, que significa escravo do sentimento. A família sempre exerceu poder coercitivo, normativo e essas mulheres contam as cobranças dos membros da família. Na estrutura familiar patriarcal, grande número de pessoas se submetiam a autoridade do pai, por estabeleciam vínculos matrimoniais formando modelos (STANHOPE, 1999).

Ainda sendo essas novas formas de famílias, são importantes para que a redefinição das identidades, dessas mulheres que contrapõem em relação aos tratos da família de origem.

Antes a família era denominada como espécie de um “agregado doméstico [...] composto por pessoas unidas por vínculos de aliança, consanguinidade e/ou outros laços sociais, podendo ser restrita ou alargada” (MOREIRA, 2001 apud STANHOPE, 1999, p. 22). Nestas palavras, fica evidente a ambiguidade criada nas permanências das tradições, pela transição entre tempos, mostrando que a referência é sempre a família de origem. Na cultura ocidental, uma família é definida, especificamente, como um grupo de pessoas de mesmo sangue ou unidas legalmente (como união e adoção) com apoio uns dos outros.

Segundo Berquo (2001), diversos etnólogos usavam do argumento que a noção de sangue como elemento de modelos familiares precisava serem compreendidas de maneira metafórica, argumentando que em várias sociedades culturais não-ocidentais, a família é definida por outros conceitos que não o de sangue. Desta forma, a família pode se constituir de uma instituição que se normatizou por uma série de regulamentos de afiliação e aliança, considerados pelos membros, como determinantes de uma identidade social.

Acompanhando as transformações ou mudanças, tais como, religiosas, econômicas e socioculturais do contexto em que as famílias estão inseridas em um tempo de tensão. Para Prado (1988, p.12):

A família é um simples fenômeno natural. Ela é uma instituição social variando através da história e apresentando até formas e finalidade diversas numa mesma época e lugar, conforme o grupo social que esteja sendo observado e deverá ser definida como um todo que integra contextos mais vastos como a comunidade em que se insere.

De encontro a esta afirmação Prado, diz que a família é um “sistema de membros interdependentes que possuem dois atributos de forma natural: numa comunidade de interação com outros membros” (1999, p. 492). A falta de união estável – considerada como prática histórica e cultural presente desde a formação família, vem se ampliando na região, na medida em que há maior preferência afetivo-sexual dos homens negros por parceiras não negras, como indicam alguns estudos. Todavia, o problema se demonstra mais complexo e preocupante quando análises apontam como consequências dessa rejeição à mulher negra e a população miscigenada em uma família desunida. O selo de ser mãe solteira estando em classes economicamente desfavorecidas, cuja população de mulheres negras apresenta em condição de matrifocalidade uma característica marcante. Hooks (1995) diz que:

[...] Mais que qualquer grupo de mulheres nesta sociedade, as negras têm sido consideradas “só corpo, sem mente”. A utilização de corpos femininos negros na escravidão como incubadoras para a geração de outros escravos era a exemplificação prática da ideia de que as “mulheres desregradas” deviam ser controladas. Para justificar a exploração masculina branca e o estupro das negras durante a escravidão, a cultura branca teve que produzir uma iconografia de corpos de negras que insistia em representá-las como altamente dotadas de sexo, a perfeita encarnação de um erotismo primitivo e desenfreado (HOOKS, 1995, p. 6).

A imagem da mulher negra subalternizada reflete nos espaços em que a mulher branca é percebida como modelo e o branqueamento faz parte de uma cultura feminina com alisamentos de cabelo e padrões de tingimentos de louro. Geralmente são aquelas cujas atividades predominam os a condição do não reconhecimento da cor da pele e a tentativa de ver visualizada branca para não ser subalterna, resultado da imagem de anos da mídia que divulga padrões de beleza –, tanto na sociedade como nas mídias isso vem sendo constatado com muita frequência. A situação de

vulnerabilidade a que estão submetidas às mulheres negras no Brasil, principalmente entre o binômio sexismo e racismo estão enraizados na sociedade brasileira e se materializam em obstáculos que tornam o cotidiano dessas mulheres um desafio. G conta a luta para criar seu filho:

Meu filho foi criado nas casa dos outros na banheira ele era um menino muito chorador, ele quando ele tinha de dez pra catorze anos eu tive umas coisas muito mal na minha vida, tive que passar por tantos problema que hoje eu tó em pé porque eu tenho um Deus tão maravilhoso na minha vida que eu nem gosto de ta falando né mais e bom também falar porque eu gente assim as pessoas que vai ver esse vídeo vai ver que é a realidade da vida eu quando eu perdi a minha mãe agora dia 08 de abril de maio, minha mãe faz quinze anos que ela morreu, hoje eu to tomando conta do pai em cima de uma cama que é humilhada, xingada, to vivendo um dia a pós o outro na vida e eu abri mais né, tem pessoas que acha que a vida é boa, não é boa não, pra eu chegar aonde eu tô foi muita pressão, muito carinho, tanta coisa na minha vida eu já passei e hoje eu to aqui, eu sou uma verdadeira história do Brasil porque as pessoas que já passou o que passei tá aqui firme porque eu sou guerreira, vou falar mais um pouquinho, olha bem já fui usuária de crack, já usei crack, já tive de dar meu filho o pai dele soube que tava usando drogas, veio pela justiça de São Paulo tomar meu filho de mim e, nessa época, eu tava internada na fazenda da esperança e ele pediu a minha irmã mais velha pra assinar por mim né? E a minha irmã mais velha falou que não que a mãe era eu, quem deveria assinar era eu e ele foi me visitar e ele veio com o papel e lá no centro eu não poderia receber visita depois de três meses mais como meu caso era especial, tinha meu filho aí eu tive de abrir essa exceção, pra mim que só era eu, ele a coordenadora lá da fazenda e aí ela fez o encontro entre eu e ele né meu aqui ele aqui, aí ele pegou o papel eu pedi a caneta, aí Deus falou assim: não assine não, rasque, rasguei o papel, quebrei a caneta. Você quer levar ele você leva, mas não pela justiça, pela justiça eu não vou ver meu filho, não vi meu filho crescer, não vi direito.

Na história do trabalho dessa mulher há marcas da exploração de trabalho, sofrimento e luta. Torna-se evidente a baixa autoestima e o modelo de família presente na tradição ainda cuja união sem estabilidade, foi uma marca que ficou em sua identidade. Uma das estratégias de luta pela sobrevivência de G é a família compartilhada, princípio básico de organização e união para atividades coletivas, – dividem e compartilham seus problemas, especialmente com as mulheres sozinhas, já que a sua mãe biológica se esquivava do convívio. A capacidade de se organizar e lutar em rede dessa mulher com os mesmos objetivos é o que se entende por empoderamento de si e reconhecimento da capacidade de luta.

No Brasil a Constituição de 1998 (Art. 1.º, III) assegura que “a dignidade da pessoa humana” é fundamento da República e como tal serve de sustentáculo para todo o ordenamento jurídico. Essa dignidade é vista como um valor transcendente e como tal deve ser reconhecido por todos aqueles que buscam a verdade e a igualdade

entre os homens. Qual será o valor da pessoa humana frente ao Estado? Será que podemos quantificá-la? Admite-se pessoas mais dignas que outras pela condição de união?

Ao refletir sobre a responsabilidade social do Estado, frente ao atual quadro social brasileiro, questiona-se o grau de compromisso da justiça social com essas mulheres. Não se pode negar que a Constituição de 1988, é um marco, um divisor de águas em nossa história e na vida de todos os cidadãos, que tem seus direitos amplamente consagrados. No entanto, ainda hoje, a realidade social brasileira explode em uma drástica divergência com os ideais proclamados e a sua não efetivação. O princípio da igualdade deve ser visto em um enfoque dinâmico, porque se é certo que a constituição afirma termos os mesmos direitos, a verdade é que no plano real somos desiguais. Por isso, a igualdade de gênero há de ser consagrada a todos os seres humanos, no sentido de que o Estado deve fornecer, criar instrumentos, projetos para suprir as situações de desigualdade, superado o problema social. Torna-se necessário que o Estado crie condições econômicas, sociais e culturais que assegurem as mulheres mesmas possibilidades de ter e usufruir os mesmos direitos.

Verifica-se que na Declaração dos Direitos Humanos de 1948 preceitua no Art. 1.º que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. Dotados de razão e consciência, devem agir uns para com os outros em espírito e fraternidade”. A valorização do ser humano, de sua essência, do seu “ser” dos seus direitos devem ser garantidos e assegurados, ocupando lugar central no campo político, e ser considerado valor fundamental na ordem jurídica.

Ora, um Estado comprometido com a justiça social e igualdade de estado de direito deve promover ações mais diretas a fim de que todo cidadão possa viver com dignidade, respeito e paz.

Assim, a identidade social é ao mesmo tempo inclusão – pois só fazem parte do grupo aqueles que são idênticos sob algum ponto de vista – e exclusão – visto os pontos de vista são diferentes de outros. No caso dessas mulheres, as identidades trazem marcas desses processos vistos e sentidos no cotidiano de seus trabalhos, das formas de exploração e segregação social, educacional, econômica. Por conseguinte, a sua construção realiza-se no interior de contextos sociais que determinam a posição dos agentes e, por isso mesmo, orientam suas representações

e suas escolhas. Além disso, a construção da identidade não é uma ilusão, uma vez que é dotada de eficácia social, produzindo efeitos sociais reais. Em outras palavras:

A identidade é uma construção que se elabora em uma relação que opõe um grupo aos outros grupos com os quais está em contato [...]. A identidade é um modo de categorização utilizado pelos grupos para organizar suas trocas. Também para definir a identidade de um grupo, o importante não é inventariar seus traços culturais distintivos, mas localizar aqueles que são utilizados pelos membros do grupo para afirmar e manter uma distinção cultural (CUCHE, Denys, op. cit., 200. p.182).

A concepção relacional e situacional dessas identidades são percebidas como pessoas que imprimam e recebam impressões fortes de abandono. E como as próprias mulheres nem sempre se dão conta dessa significação e vinculação com as formas de poder, em função da situação relacional em que se encontram, há trocas sociais e nesse processo as identidades são construídas e se reconstruídas constantemente “as duras penas”. Nesse sentido, não há identidade em si, nem mesmo unicamente para si, mas conflitos indenitários marcantes.

Fala de B: “minha identidade ficou comprometida no momento que engravidei”. A identidade existe sempre em relação à outra. Quer dizer, existe uma relação dialética entre identidade e reconhecimento social que se dá a partir dessas construções que podem ser positivas ou negativas, pois designam um comportamento que tolhe os sujeitos em sua liberdade de ação ou lhes inflige danos, além de marcar identidades. Por isso, Goffman (1988) identifica três tipos diferentes de estigmas:

Em primeiro lugar, há as abominações do corpo – as várias deformidades físicas. Em segundo lugar, as culpas de caráter individual, percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas a partir de relatos conhecidos de, por exemplo, distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualismo, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical. Finalmente, há os estigmas tribais de raça, nação e religião que podem ser transmitidos através de linhagem e contaminar por igual todos os membros de uma família. (GOFFMAN, 1988, p14)

Nesses tipos de estigma nitidamente diferentes, mas relacionais: as abominações do corpo – as várias deformidades físicas, as culpas de caráter individual, - percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais e as crenças falsas e rígidas, desonestidade, sendo essas inferidas a partir de relatos do vivido. Finalmente, há os estigmas tribais de raça, nação e religião, que podem ser

transmitidos através de linhagem e contaminar por igual todos os membros de uma família.

Outro elemento fundamental para compreender nas trajetórias dessas mulheres – as identidades perpassam pela assimilação e absorção de modelos dos outros. Portanto o processo identitário se mostra com tensões especialmente do grupo família. Trata-se de um processo coercitivo, normativo que representa risco. A raça, a ausência do companheiro e pai são anormalidades inaceitáveis para muitas famílias, gerando segregação e desafeto. Balibar (1996) fala de identidades ancoradas em normas de comportamento.

Em todos esses exemplos de normas que interferem nas identidades, encontram-se as características sociológicas, quando um indivíduo poderia ter sido facilmente recebido na relação social cotidiana, mas por possuir um traço que se pode impor ao grupo, afasta-se, destruindo a possibilidade de interação. Possuir um estigma, uma característica diferenciada é receber punições pela não normatividade social.

Goffman (1988) menciona que estas marcas estão ligadas a etnia, corpo, situação social desenvolvendo estigmas. Hall (2002) vem reforçando a ideia ao dizer que nessas relações, a identidade preenche o espaço entre o interior e o exterior - entre o mundo pessoal e o mundo público. O fato da projeção do eu, próprio nessas identidades culturais, ao mesmo tempo em que são internalizados, seus significados e valores vão se tornando parte das pessoas, contribuindo para alinhar nossos sentimentos capazes de interferir no mundo social e cultural.

A narra:

Eu acordo geralmente muito cedo às 04:00 horas da manhã e trabalho muito duro, para ganhar um pouco de dinheiro e pagar o aluguel, não consigo as vezes comprar nem o material escolar, aí eles choram quando me pedi as coisas e eu não posso dá pra eles, sofro por dentro, mas vou levano.

A fala se edifica no sofrimento e luta por estar sozinha. A identidade, - conforme colocado anteriormente, não o sujeito à estrutura, mas estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis (HALL, 2002, p. 11-12), mediante a fala do dia-a-dia a

representação da matrifocalidade, do terreno da solidão e da noção de classes e seus conflitos.

3.2 IDENTIDADES EM JOGO: A LUTA COTIDIANA DAS MULHERES NEGRAS EM CONDIÇÃO DE MONOPARENTALIDADE

Se a construção das identidades resulta de processos histórico-sociais e, portanto, construídas nas interações sociais, a dinâmica identitária configura-se num jogo de pertencimento a um determinado grupo com peculiares e formas de comportamento que são passadas por gerações, acrescida ao desejo de luta pela vida. Estas traduzem a incorporação de novos elementos culturais adquiridos pelas mulheres em seus espaços, associando-se ao universo cultural do campo ao qual pertencem.

Desta forma, a partir do encontro do universo cultural de suas atividades, sofrem um deslocamento identitário que as possibilita (re) construir suas identidades em uma característica marcante que é a relação de ensinamento e proximidade entre avó, mãe e filhas, relação que também é baseada em atividades de cuidar das crianças, surgindo à capacidade de organização, de reconhecimento de si e de atuação em grupos, além de outros fatores como a pobreza e submissão à figura masculina que se perpetuam em falas:

G conta o envolvimento dela com o rapaz:

Da cor dele, é e eu não era acostumada com homem branco, eu não gosto de homem branco, meu negócio de homem é negão. Hummm. Gosto de preto. Eu me envolvi com Lucimar ele tinha 16 anos na época, hoje ele tá com 37, 36 anos, eu tou com 45 é tá nessa faixa, então era menino novo eu não sei que diacho esses homens se expõe as drogas e invoca nas mulher velha, alguma coisa acha né, mas hoje meu filho foi criado comigo na época o pai dele não registrou ele eu registrei como mãe solteira, o nome dele era G....., aí com 09 anos, foi 09 M....., foi 07 anos, tó mentindo, tó mentindo, G ficou estudando na escola particular que a vizinha pagava e o pai dele me ligou uma época querendo conhecer o menino, há aí eu falei assim G não é quadro pra você tu tá conhecendo, na hora que ele mais precisou mais de você, você nunca deu uma fralda, aí mainha disse assim M..... se ele quer conhecer o menino deixa ele conhecer, aí um dia ele veio, aí com 05 anos de idade G falou assim pra ele, eu mais na hora que eu mais precisou de você, você nunca veio me ver é agora que tu veio me ver, ele achava assim o pai dele achou assim que foi eu que falei isso toda criança sente que não é amada por um pai, ele ver o amor, ele ver meu, ele vê o amor das tias, quem criou.

Percebe-se na fala o sofrimento desta mulher, mãe que cria seu filho sozinha, levando o estigma e as tensões normativas da própria sociedade, ao tempo que busca o reconhecimento de si mesmo e que tal situação expõe inúmeras marcas, tais como, físicas, emocionais e familiares. Mulheres como esta, passaram e muitas ainda passam por experiências que se somaram na sua trajetória de vida, levando consigo marcas que fazem parte da sua identidade. Elas não se dobram e não aceitam as intempéries como permanente e vão a luta pelo sustento e sobrevivência da sua família. Todavia a história de cada um tem um papel ligado com a maneira de como cada um age como pessoa, se percebendo e valorizando, mas nem sempre as condições ajudam. Dessa maneira, como a sociedade se organiza a partir de critérios de uma mãe que cuida só de seu filho com apoio de outras pessoas. E narra:

Fui abandonada pela família e hoje já consigo me relacionar com eles pelo tempo. Mãe morreu e pai está vivo precisando de mim e cuidado dele. Hoje faço o que ele não fez por mim. O segundo nome de meu filho veio em homenagem a meu irmão caçula que é louco por meu filho, louco, louco, louco varrido por meu filho e então é o irmão querido, é o tio que ele mais gosta e tá fazendo coisas erradas que o tio tá fazendo aí falo aí tá vendo, mas graças a Deus tem o que é bom o conselho surra não adianta, eu batia muito em meu menino e o amor que ele dava ao meu filho nem eu dava pois dava muito pau, surra mesmo, eu esperava, ele achava que eu esquecia né, entrava no banheiro e largava a porta aberta, mas só quando eu batia, nunca batia calada, eu tó lhe batendo por isso, por isso e por isso, entendeu? ele sabe, chegou uma época que estava com 04 anos de idade a gente foi no mercado, lembro como hoje lá pro lado do Cedil, tinha um mercadinho no Cedil, eu fui comprar um negócio que só tinha lá, aí meu filho saiu com um salgadinho na mão quando chegou lá em diante eu olhei assim pra mão dele, perguntei a meu menino quem te deu esse salgadinho, ele falou eu peguei lá, embora voltar botar no mesmo lugar, me lembro como hoje também o dono do mercadinho falou rapaz se toda mãe fosse igual a essa daqui não tinha ladrão no mundo, ela fazer criança voltar, depois ele foi lá e deu a ele, mas quando ele chegou em casa ele apanhou.

Diante do exposto, há de se pensar que a questão do sentimento de G fala forte, das punições e modelos de educação em jogo. Seria uma reprodução de posturas recebidas da família? A proibição social pela não união entre pessoas de raças diferentes não impedia, naturalmente, as pessoas de se casarem? – Mas isso às vezes deixa de acontecer pelas fronteiras étnicas que se estabelecem na sociedade, haja vista que as uniões interétnicas sofrem preconceitos de toda ordem.

A ideia de desigualdade implica em uma presença da limitação pela condição de ser mulher negra em condição de monoparentalidade. Verifica-se que as identidades tem sido adotadas de maneira polarizada e acaba recebendo marcas e posição fixas para essas mulheres não se encaixam nos padrões e cumprem seu papel social, são estigmatizadas.

Nesse contexto não são livres para se casarem com uma pessoa de raça diferente, as pessoas acabam sofrendo por não se encaixarem nesses modelos e sendo assim demonstrando que as sanções da família acontecem desde a monoparentalidade até a miscigenação. Fala A:

Eu não tive apoio assim de parente, eu tive mais apoio das pessoas da rua né, eu grávida do meu filho, eu fui botada pra fora com a barriga grande de um lado pro outro meu pai que me colocou pra fora, minha tia, a irmã ficou sabendo que eu tava dormindo num banco da rodoviária foi lá me tirou do relento, e me botou na casa dela, eu não fiquei na casa de minha tia oito dia, foi um dia só que ela veio aqui conversou com ele, oche porque você colocou a menina pra fora de casa? Ela foi à única que me colocou, eu odeio ela, eu odeio ela, eu cheguei e ouvi e falei assim no dia que o senhor cair doente em cima de uma cama, quem vai tomar conta do senhor sou eu. Hoje que eu to tomando conta dele, tava tomando conta, não ganho nada, ganho uma roupa limpa, um prato de comida, uma cama pra me dormir, sabendo que eu não tenho condições de trabalhar mais porque hoje eu vivo assim, de favor, faz isso aqui, que eu te dou isso faz isso aqui que eu te dou aquilo. Tenho um carro de churrasquinho tá lá embaixo na rodoviária parado que eu não tenho. Você não vive de favor, você vive de serviço. Serviço, então tenho um carrinho ali que eu não tenho dinheiro que eu possa comprar uma carne, um frango uma jabá, uma linguiça pra botar pra trabalhar, porque se eu pedir as irmã, vai dizer que não tem, e muitas já ouvi isso, eu não tenho, então eu fico aí, eu to querendo vender meu carro, vou ficar ali parado sem mexer ai eu fico, sol e chuva em cima dele aí eu prefiro vender, e aplicar o dinheiro em outra coisa. Meu sonho é botar uma barraca de pastel, quero vender ele pra botar uma barraca de pastel e eu tenho certeza que vai adiante.

A falta de apoio evidencia mais uma vez uma vida sofrida e cheia de marcas, como dificuldades encontradas dentro da própria família e isso é determinante para um direcionamento social na formação identitária das mulheres.

A constituição das identidades é atividade social por excelência que envolve dois segmentos: o individual e o coletivo ligado à tradição e costumes. O modelo de Elias (1990) aponta para a identificação desses grupos com a cultura local, com gerações passadas, são emblemas identitários. Preservar a identidade no local é permanecer no grupo, se reconhecer como tal, compartilhando a identidade do trabalho, a posição e participação na comunidade – participação que está ligada à construção da cidadania e fugir dessa normatização gera tensão.

Elias (1980) lança atenção para o fato de que os modelos de jogo são úteis para estimular a imaginação sociológica, que tende a ser bloqueada por formas correntes de pensamento. Os modelos de jogo que desenvolve são formados por duas ou mais pessoas, geralmente que medem suas forças e estabelecem padrões a serem seguidos ou copiados. Ele parte do princípio de que essa é a situação básica sempre que indivíduos entram ou se encontram em relação uns com os outros. No entanto, a consciência desse fato é muitas vezes suprimida quando se reflete sobre as relações humanas. A conta sua história:

Boa tarde meu nome é M eu tive esse convite né falar um pouco da minha vida, e feliz por estar aqui, só agora esperando as perguntas e eu falar, ai Jesus, posso falar agora? Eu fui mãe solteira, ainda com 18 ano eu ainda era virgem eu tinha medo de namorar eu tinha medo de me relacionar com os homens e com o que com vinte, vinte e seis, vinte e cinco ano engravidei, aproveitei muito da minha mocidade porque eu fui ser mãe tarde na mãe com um filho já tenho de 18 anos, já passei dificuldade é meu filho quando nasceu não tinha uma fralda, não tinha uma roupa então Gabriel foi criado mais assim pelas vizinha por mim e um pouquinho por minha mãe pra eu trabalhar minha mãe ficava com ele, minha mãe só não ficava quando eu ia sair pra dança é conversar é com os amigos foi tudo isso que aconteceu na minha vida né e hoje graças a Deus, eu tô, meu filho tá aí pra todo mundo ver, graças a deus não é nenhum bandido não é traficante é um menino de boa índole que todo mundo gosta, estudava estudando de noite, pediu para eu tirar da noite e colocar durante o dia fui lá ele com 18 anos, eu só deixei, eu como eu sou muito conhecida na cidade eu consegui passar ele para de manhã, foi bom ele estudar de manhã porque durante a noite tá muito perigoso à cidade então pra mim foi um orgulho dele pedir isso pra mim, minha mãe vai lá na escola tentar pedir, eu fui lá e falei que ele ia fazer um curso pelo SENAI, eu fui lá procurar aí marcaram pra eu tá lá sexta – feira agora lá pro lado da barragem, PROJOVEM, acho que é PROJOVEM, é isso mesmo pra ele trabalhar pra ter as coisas nem, nada pra ele foi fácil.

Se as identidades têm como uma das características a posição dos sujeitos, estas refletem a inserção e participação em um tecido social, a exemplo da identidade política que diz respeito às formas de vida que impõe a si mesmo para sobrevivência dentro de um sistema desigual.

Essa posição tende a suprir a existência do sujeito e varia de acordo com o lugar e o momento histórico do qual se faz parte. Ao falar mostram os lugares que cada mulher ocupa no mundo social e cultural, a estrutura em que se vive e constrói suas identidades vão sendo (re) construídas, uma vez que elas mudam de acordo com a forma como os sujeitos consentem e tutelam a participação nos grupos e contexto.

Perguntou-se: e a condição de você ser uma mulher negra interferiu nessas relações sociais e inserção na sociedade. A, uma das entrevistadas, respondeu:

Em termos de trabalho, as pessoas acham que a mulher negra é ladrona vai pra minha casa me roubar isso eu já escutei muito isso eu já passei muito isso, como é que fala, você ta na casa da pessoa e a pessoa colocar as coisas no bolso e voltar lá pra ver se as coisas tava lá, e tava né, então eu já passei por isso pra mim era uma humilhação né, colocar uma R\$ 100,00 (cem reais), R\$ 200,00 (duzentos reais) no bolso e jogar na máquina, e no outro dia eu passar e tá lá o dinheiro todo embolado, pegar o dinheiro no bolso chegar na cara da patroa e dizer assim: não me teste, que eu não sou ladrona, só tó aqui porque eu preciso, se for pra mim roubar eu não roubo, prefiro pedir eu tó precisando de r\$ 100,00 (cem reais), dá pra a senhora arrumar R\$ 100,00 (cem reais), dá pra me arrumar isso, tudo bem não deu não deu, jamais eu vou tirar nada de ninguém, eu sou conhecida marquinho maia me conhece, Isabela Maia, Noemi César que tinha uma loja de móveis, eu morei em Brasília com dona Noemi, morei em São Paulo com dona Noemi e César, hoje César tá em barreias entendeu eu sou muito conhecida na cidade, muito e as pessoas gostam de mim.

B relatou:

Mulher negra sofre pela cor da pele. Meu filho é mais claro por conta do pai. Na escola, perguntaram se eu era a empregada da casa.

E na perspectiva de sobrevivência ou processo de apropriação de ser negra e espaço de construções de identidades mostram ações cotidianas marcadas por expressividades advindas de percepções equivocadas de raça negra, surgindo aí um espaço de (des) territorialização que é resultado da falta de referência étnica, nesses contextos, havendo uma dinâmica reproduzida e preservada pela tradição do trabalho, em tempo de superação, seja pelos momentos de apoio ou pela interferência de mecanismos discriminatórios, excludentes.

Como poderiam sobreviver essas mulheres sem esse reconhecimento étnico? A educação tem importância fundamental para mudanças estruturais, lugar estratégico para a superação de mecanismos de preconceito que não permitem a ruptura com um passado e um presente racistas, mas muitas colaboradoras ouvidas possuíam baixa escolarização e se sentiam segregadas. Pensar a diversidade racial e de gênero na área educacional é possibilitar inclusões, respeitos, conteúdos e solidariedades às crianças e jovens que carregam o estigma da diferença, seja pela sua cor de pele ou pela condição de ser mulher. B conta:

Eu me sinto guerreira, porque eu não gosto de tá em casa parada de ficar em casa parada e ver ela sentindo falta das coisas porque a pensão que o pai dá é 65 (sessenta e cinco), não dá pra nada, é tanto que eu fui na justiça tá uma enrola danada pra resolver isso aí, aí sempre trabalhei na casa de um ganho 100 reais na semana ou no mês, aí vou vencendo, recebo 112 da bolsa família, tiro compro coisas de escola pra ela, as coisas dela tudo e pronto.

Muitas mulheres continuam encarando a militância de criar filhos sozinhas. Pouco a pouco, decidem focalizar suas trajetórias de guerreiras e dentre as muitas atividades: O reconhecimento de mulher negra que consegue construir mecanismo de atendimento aos filhos e até mesmo aos que a abandonaram e que na velhice necessitam do seu potencial de cuidadora. As reflexões tentam articular gênero à raça e a base normativa da família. Episódios que marcam suas trajetórias e superação de marcas sociais.

A colaboradora B conta à vida entre luta e discriminações:

Já, porque as vezes a gente foi trabalhar também um dia aqui pra baixo o carro bateu com a gente, a gente machucou uma costela aí fiquei um bom dia sem trabalhar sem que ela sentisse falta das coisa porque aí papai comprava o leite, agente dava pó de farinha, não tinha condição de comprar comida, dava pó de farinha, aí ela foi crescendo, crescendo aí depois teve um projeto que dava uma cesta básica, aí dava aqueles pacotinho de leite, aí foi que coisava mais, mais a não ser é batalha até hoje. A única pessoa que arca com tudo assim é mainha que ela trabalha né ela fica o correr do dia em casa e cinco hora ela vai trabalhar passa o dia nas casa do outros, e no outro dia de manha que vai pra casa assim mesmo doente ainda que ela tem problema, às vezes passa mal no trabalho eu sei que é uma luta pra gente.

A mulher negra em condição de luta admite a ajuda do pai, o pertencimento a família pobre, portanto contradiz pelo trabalho de uma energia para superar as dificuldades que se apresenta na busca da sua sobrevivência. Contudo, constata-se que ocorre um aumento do número de mulheres negras nas universidades nos últimos anos e no mercado de trabalho. Talvez a partir desse contexto se possa vislumbrar uma realidade menos opressora. Ora, os motivos do aumento da família monoparental emanam de vários aspectos, como os sociais, econômicos e políticos, como o divórcio que é cada vez mais crescente, a mulher que adquiriu independência financeira, deixando de ser submissa e ocupando espaços importantes na sociedade.

O reconhecimento dessas novas entidades familiares tem o objetivo de afirmar os direitos e garantias fundamentais, prestigiando assim a vida em grupo, mostram que o modelo não é tão rígido, permitindo aberturas. Com esse

reconhecimento do modo de família que avança. As famílias matrimonializadas estão em crise. A conta a criação de seu filho:

É um exemplo de vida né, porque acho interessante minha história, porque é mostra que é possível voltar atrás e caminhar com novos passos, não é isso. Eu tinha, eu peguei, foi que dia foi? teve uma reportagem na Record né falando do uso do crack, aí o repórter perguntou a um usuário porque ele não conseguia sair aí ele falou que a família não ajudava a ele se sair, aí eu respondi a resposta do usuário, a gente só não consegue sair se não quer, quando a gente se apega a Jesus, a Deus, a gente sai de tudo, então hoje eu tó limpa há 05 anos 03 meses e alguns dias porque eu sou a luz, eu sou espelho. Já tem 05 anos? Tenho 05 anos que eu não uso nada.

A colaboradora A tem várias responsabilidades desde a manutenção do filho, a educação do mesmo sem contar que ela não tem um emprego fixo com carteira assinada logo não há um rendimento a ser fixado para que a mesma supra as necessidades básicas da família. Perguntou-se: Como você enxerga o fato de você ter sido a chefe do lar a mantenedora da sua família e essas marcas, você acha que foi estigmatizada pelo fato de ser negra e ainda uma mãe que não tinha um conjugue na família, não tinha um companheiro? A respondeu:

É eu acho isso também, passei por isso também as minhas irmãs são toda casada, Marta, M, A, são toda casada, tudo tem estrutura tudo tem uma formação de vida, e eu não, era pra eu ter, minha mãe me deu também mais eu não quis, eu falei tem hora que eu falo pra Isabela minha vizinha que eu me arrependo muito de ter feito muita coisa errada na minha vida, hoje era pra eu ter um diploma de advogada, professora, como professora da UESB, ser alguma uma coisa na minha vida, malmente eu só tenho o meu nome e o conhecimento da maioria das pessoas daqui de Jequié.

Se as relações atuais são mais livres e independentes, pelas novas formatações de família, a afinidade é geralmente considerada como essencial para as relações, cuja decisão de estar juntos cabe estritamente aos cônjuges, mas estas mulheres não tiveram oportunidade de relações mais duradouras. As tarefas domésticas especialmente dentre as classes menos privilegiadas, dizem respeito apenas às mulheres tendendo a ser mais uma forma de escravidão feminina já que é ela que toma as decisões sobre o lar e os filhos.

Constata-se uma diferença de gênero relativa a uma questão sobre o motivo que leva as pessoas a se casarem: desde a etnia até as condições de vida e familiar. A fala:

Hoje eu tô desempregada, não é porque eu tô desempregada, tô em casa, não porque eu tô desempregada vou me jogar, tô tomando conta de um pai, mesmo que me xingue e me esculhamba eu tô ali com ele. Então eu sou a filha ele já me jogou pra fora, ele já me botou pra fora, ele já fez tanta coisa comigo e hoje quem tá ali dentro é eu. É verdade ne. Quem tá ali dentro e eu, em que tô tomando dele, ele, antigamente quando ele deu derrame ele não sabia comer a com a mão esquerda, hoje ele come com a mão esquerda, porque eu ensinei. Mas ele te botou pra fora pela condição de você tá como mãe solteira, ali com meu filho ou pelo uso de coisas que não devia? Não foi uso no caso de vícios de amizade que eu colocava dentro de casa, ele via muitas coisas, eu cheguei a roubar ele, de tanto ele me chamar de ladrona, roubei ele, roubei o dinheiro dele todinho, só deixei, deixa eu ver se lembro na época acho que deixei, só R\$ 10,00, aí eu me arrependi, a primeira pessoa que eu contei foi o meu irmão mais velho, meu irmão caçula Luiz eu tinha feito isso, me arrependi muito, meu deu é depressão pós droga, fiquei muito deprimida, depois eu peguei meu guarda – roupa, a minha cama, a minha televisão vendi tudo pra botar o dinheiro no lugar, e não botei todo no lugar, mas o importante que tentei colocar, aí passei um bom tempo antes de sair ele foi na delegacia ele deu 48 hora, a delegada me deu 48 hora pra eu sair de casa a minha irmã mais velha teve que se meter no meio, aí me tirou de casa daí eu fui pra o Brasil novo, morei no Brasil novo um ano com ela Márcia, aí eu tô aqui de novo na primeiro de maio de novo, aonde eu nasci, aonde fui criada e a vizinhança tudo me ama, tudo gosta de mim.

A luta dessa mulher apresenta rupturas sociais, desafios e inúmeras contradições que marcam seu processo de desenvolvimento e não se pode negar que são vários problemas sociais vivenciados por A. A efetivação dos direitos negados a levaram a cometer desvios.

Sendo assim as inovações constitucionais deverão ser conhecidas e analisadas, fazendo-se levantamento de tudo quanto for positiva e procurar utilizar de modo eficiente na vida real do cidadão consciente de oportunidade para uma melhor situação social brasileira. Neste contexto, o povo, a pessoa é um agente transformador da realidade na medida em que exerce sua cidadania participativa, luta pelo desenvolvimento social, reivindica seus direitos e atua ativamente nas mudanças sociais do país. É necessário que sejam efetivadas condições econômicas sociais, políticas e culturais, que assegurem a todos as mesmas possibilidades e oportunidades de ter e de usufruir os direitos sociais. B conta sua luta:

Quando ela tava com três mês separei do pai do menino, aí eu batalhei pra criar ela às vezes não tinha comida, não tinha fralda, ai trabalhava ne um canto, outro não tinha aí ia pegar café às vezes eu limpava meus papai ou senão ia rancar feijão na roças, lavava roupa pra pessoas, às vezes até pra ilha trabalhar eu ia deixava ela, vinha com 15 dia ela mamano, eu não dava mama ai agora até os 15 ano dela foi essa luta e até hoje faço de tudo pra dar as coisas dela. Como você acha que a sociedade, a família como viam

você pelo fato de ser mulher, mantenedora do lar responsável pelo sustento de sua filha sem ter alguém à presença masculina do seu lado? Por às vezes ele ficava com ela pra eu ir trabalhar porque eles trabalhava a dia e não tinha condições até hoje mesmo papai mesmo não tem condições é mainha que batalha pra puder a casa, porque ele tem problema e agora eu acho um dia de trabalho na casa de um na casa de outro ai eu vou passando a vida.

Portanto, esse olhar mais cidadão precisa ser o começo de uma sociedade que atenda o reclame do povo no sentido de superação dos obstáculos a verdadeira prática da justiça social. Seriam essas mulheres tal culpadas? Se faz necessário que tais problemas sociais brasileiros sejam amenizados e que as políticas públicas voltadas para as mulheres sejam aplicadas de forma adequada especialmente para as mulheres negras em condição de monoparentalidade, avancem, isso para que o drástico quadro de desequilíbrio e exclusão social seja vencido pouco a pouco.

B narra:

Estou na minha segunda gestação e terminei tudo com o pai do meu filho que era só um namorado. No início da gravidez eu cheguei a acreditar que poderíamos formar uma família, mas com o tempo ele foi ficando cada vez mais distante e arrumou um monte de mulheres. Fiquei doída de tantos ciúmes e me sentindo para baixo. Minha barriga crescendo, meu corpo mudando e eu sozinha. Estou com 26 semanas agora. Graças a Deus tenho emprego em casa de família, mas isso não é tudo, pois posso perder pela barriga. Nesse momento só quero apoio para gerar o filho com tranquilidade e para os homens isso não acontece da mesma forma, pois não sentem a paternidade tão presente quanto sentimos a nossa maternidade. Pode ser repetitivo falar para você se apegar com Deus, é importante e só assim que arrumamos força para seguir em frente de cabeça erguida.

Dentro desse processo de solidão e abandono na gravidez, a trajetória dessas mulheres que trabalham sozinhas. Essas e tantas outras afro-brasileiras recuperam lembranças. São mulheres que com o tempo aprenderam a trabalhar, que usam e abusam de sua forma física. O pigmento da pele seria a inspiração da luta?

B fala ainda:

Eu me sinto muito orgulhosa que eu nunca deixei, sempre eu faço os meus compromisso certo pra não deixar elas em falta de nada, aí eu vou levando, hoje mesmo eu já vim de um pra vim aqui pra voltar pra terminar pra ir pra casa. E a gente vai levando a vida desse jeito até o dia que Deus quiser, o que é a vida pra você e o que é a vida pra mim é muito, muita batalha, muita luta, que desde nove ano que eu trabalho nas casas assim com a idade de nove ano e até hoje.

Mulheres que falam sobre família e dos casamentos em suas vidas. B conta:

O que eu penso sobre família que nem eu é cuidar bem, dar muito conselho quem nem eu dou a minha, pra estudar que amanhã ou depois ter uma vida melhor, pra não ter quem a minha, viver pelo mundo trabalhando. Aí o que acho é isso aí. Não dá não pra ter companheiro, não dá não porque tendo um companheiro ali um trabalha um dia já dá pra manter as coisas e uma pessoa só não dá não é pra despesa pra pagar água, luz porque as vez, fica um mês dois, sem pagar porque o dinheiro não dá. Eu espero que de agora pra frente seria uma coisa melhor, aparecesse uma coisa melhor eu acho assim porque eu lutei tanto quem sabe da agora pra frente. Quando você olha pra traz e vê que você criou essa filha sozinha com muita batalha. Eu acho muita tristeza, muita tristeza porque tem muitos que deixa os fi a toa, não faz nada e vai pra o conselho, eu não prefiro batalhar pra não acontecer isso, não, ela tá com dezesseis anos, já tá no colégio, a eu preciso de uma coisa, mesmo que eu não tenho dinheiro eu vou ali e pergunto a pessoa se pode me vender, quando eu tiver o dinheiro eu dou a pessoa vende é assim aí vai indo. Ó eu acho bem, porque todo mundo me trata bem, nas casa mesmo que eu trabalho, as vez corta uma água eu ligo ó tó precisando de tal coisa, não tenho não dá pra mim arrumar, me arruma é assim que todas as pessoas que eu trabalho também me ajuda, eu peço eu não tenho vergonha de pedir porque estava só. Dizendo que eu não tava com o pai da fia que era eu que não prestava e sabendo que era ele que no prestava que bebia e deixava a fia falta das coisa e quando eu ia procurar achava ruim ai eu vi que não dava mais certo e eu mesmo separei e aí quando ela tava com treze anos eu vi que não tava dando nada fui na justiça aí passou a dar 40 reais por mês, de quarenta reais foi aumentando pra 50, ela ta com dezesseis anos e ta recebendo sessenta e cinco.

Em tantos cenários do país, a mulher é provedora, guardiã da ancestralidade, da casa, da família. Seja no lar, no trabalho, na escola, tocam suas alvoradas e evocam suas forças. Entre suas muitas atividades a promoção e posicionalidade frente ao direito à vida, a inclusão social.

Como as violências e as violações são muitas nos diversos campos da vida das mulheres negras, neste texto a questão do corpo como coisa sexual. Ao mesmo tempo, em meio às leituras considera-se que o campo de resistência tem sido estratégico para a eliminação de estado de derrota, pois a mulher guerreira precisa vir à tona nesta luta.

Negra e bonita torna-se objeto de desejo e o controle e regulação dos corpos torna-se alvo perfeito para homens que desejam casos sem responsabilidade de paternidade. Tanto que, no caso das mulheres negras, o abandono se torna naturalizado, pois as entrevistadas contaram que os filhos foram resultado de relações temporárias. C narra que por nunca ter aceitado o assédio do rapaz, foi violentada e “condenada” a viver com uma máscara no rosto, que era retirada apenas durante as refeições durante sua relação com o companheiro. Esta história parece se repetir através de C:

Eu sou mãe de uma criança, o pai não aceitou ele e queria que matasse e tudo, mais eu tive o apoio da minha família que é o mais importante, eles me ajudaram muito, meu filho vai fazer oito anos, saudável, carinhoso, estuda em escola particular o máximo que eu posso eu dou, trabalho desde pequena, não tenho vergonha de trabalhar em nada e sempre nunca deixei faltar nada pra ele e ele e a minha família também sempre e apoiou nas coisas que eu precisava, hoje graças a Deus eu já tenho minha casa com o suor do meu trabalho, o pouco que ganho dá para ajudar a minha irmã e assim vivo a minha vida.

A luta pelo reconhecimento procura mostrar o desafio para suas experiências. A consciência de si para si, quando e porque é em si e para si (RICOEUR, 2008, p.162).

O vilipêndio social de ser reconhecida como mãe solteira e negra discriminada mostra que as identidades estão ligadas às configurações familiares e em um primeiro momento, as marcas são constitutivas.

O gênero dá significado às diferenças que são produzidas socialmente, e mediante o processo de construção de uma identidade associada à questões de violência, desenvolve marcas inapagáveis nas memórias dessas mulheres.

No Brasil, estudos mostram que as famílias chefiadas por mulheres têm crescido nas últimas décadas. De acordo com o Censo Demográfico de 2005, correspondem a 11,1 milhões de famílias. Uma em cada quatro famílias brasileiras é chefiada por mulheres. Nesse universo, a maioria das mulheres responsáveis pelo domicílio está em situação monoparental (Fonte Censo Demográfico de 2005). Foi, porém, nos últimos trinta anos que a família monoparental firmou-se como um fenômeno social, passando a ser, desde então, objeto de estudos e preocupações e recebendo dos sociólogos e juristas atenção especial firmando-se como uma categoria específica de família.

Sempre existiram viúvos e viúvas, mães solteiras e mulheres separadas ou abandonadas por seus maridos que assumem, por inteiro, o encargo de sua progenitora. Mas, o crescimento dos anos 60 nos países industrializados produziu um impacto sobre a configuração das famílias. Como a maioria dos casais desunidos tem filhos, os lares dirigidos por um só genitor sofreram um aumento considerável e uma intensa visibilidade. Os analistas sociais lhes atribuem, então, uma denominação inédita: famílias monoparentais. O neologismo é amplo e procura designar, ao mesmo tempo, novas formas de monoparentalidade oriundas de rupturas voluntárias de uniões, bem como formas antigas (e desaparecidas) decorrentes de falecimentos e deserções de cônjuges, como também os nascimentos extramatrimoniais (DANDURAND apud LEITE; 1997, p. 724-725).

O conceito de família monoparental refere-se a uma mãe ou um pai que vive sem cônjuge e com filhos dependentes. A família monoparental foi reconhecida como um tipo de família, pelo Direito brasileiro com a promulgação da Constituição Federal em 1988. As famílias monoparentais de mães sozinhas com filhos são mais vulneráveis no plano econômico, no provimento de víveres e dos cuidados prestados aos filhos.

Como você se vê na condição de ser negra em condição de monoparentalidades? Contam as entrevistadas B e C:

B: Eu me vejo no mesmo tempo mãe e pai porque eu dou uma boa educação a ele ensino ele tudo que as coisas boas da vida e as coisas ruim pra ele não ir pra tal lado, está errado a gente ensina nossos filhos essas coisas, não é pra roubar, nem matar ninguém, quando precisar de alguma coisa, não tem pede, mas não pega nada de ninguém, isso foi às coisas que minha mãe me ensinou e eu passo também pra ele.

Ó Conça sobre as relações sociais, como você acha que a sociedade lhe trata, se você já sofreu algum tipo de discriminação?

C: Ah sim, mais na escola principalmente as professoras, tinha professora que pensa assim que a pessoa sendo negra ou pobre que não vai poder ter, vestir uma roupa melhor, não vai poder usar um sapato bonito, uma vez mesmo uma professora minha mãe me deu um sapato no dia do meu aniversário a professora olhou pra mim e disse hum sapato novo de marca, quer dizer assim eu roubei porque eu era preta, ou alguém que me deu alguém que podia que me deu, aí as minhas colegas respondeu foi à mãe dela que deu, aí eu nunca esqueci isso e eu sempre fui boa em matemática, não sou muito boa em português e uma professora minha me chamou, sempre eu fazia minhas atividades, todas as meterias eu fazia certinho, mesmo que eu não sabia, tinha pedia alguém pra me ensinar que meus pais não sabia ler nem escrever pra me ajudar, quando essa professora na sala aí tinha umas meninhas que eram filhas de papai ela botava a gente todos que faziam o dever de pé lá na frente, e sempre ela fofocava pra minha mãe não fez o dever, eu falei ó mainha a senhora viu que eu fiz o dever eu fui pra casa do rapaz fazer o dever, ela me chamava de negrinha, essa negrinha e sempre falava coisa que eu não fazia aí fui falei vou mostrar pra ela que eu não sou o que ela pensa, eu estudei me formei e sempre trabalho em qualquer coisa já viajei em muitos lugares, já conheci o mundo bastante e não tenho vergonha de ser o que eu sou.

Ricoeur (2006.p.188) esclarece que a condição de reconhecimento de si com a injustiça interfere diretamente no sentimento de indignação e pertença a grupos. Além do reconhecimento sofrer influência dessas relações e modelos, a amorosidade e o respeito mútuo são fios que tecem as relações.

Nesse contexto, foi questionado, se a condição de monoparentalidade interferiu em suas vidas cotidianas e elas responderam:

B: Ah sim, não porque eu não dou nem ousadia, eu vivo a minha vida e cada um pensa se eu passo em algum lugar e falo nem to aí, eu tenho que seguir pra frente não pra trás que às vezes a gente passa e vê alguém e fala ó aquela mulher preta tem aquele menino branquinho, ali o pai deve ser rico, mais não sabendo que quem trabalha pra sustentar ele sou eu. Nem to aí pra que o povo fala. A vida é um livro de muitas surpresas.

C: Por quê? Porque eu tive muitas dificuldades de me assumir em público, assim as pessoas me perguntam quem é o pai dos meus filhos e preciso sempre contar a mesma história, mas as vezes invento e me livro, apesar da minha mãe ser pobre nunca deixou a gente faltar nada, a gente vê uma criança com alguma coisa e este tem um coleguinha brincando na com condição financeira diferente da nossa.

A colaboradora mostra cuidado como o filho, no entanto compara com outras crianças, todavia há de se pensar que mesmo com as dificuldades financeiras que ela conta, a maior foi a de ser solteira socialmente, vista como responsável pela criança.

Ricoeur (2006) lembra que o reconhecimento de si torna-se importante. Essas mulheres sabem de suas marcas, mas também há consciência do que a sociedade cobra: padrões, arquétipos em modelos de família e sendo assim, tensões se estabelecem entre ser solteira e não estar com o pai do filho. Nesta perspectiva D diz:

Ó eu não ganhei alguma coisa às vezes numa casa de oito filhos, a mãe dava dois, três eu sempre ficava por último eu falava assim eu não sou filha dela que eu sempre ficava pra trás que ela sabia que eu tinha intenção das coisas não ia exigir muito. Mas ganhei meu filho e mesmo nessa doideira de vida eu crio e então ela dava pro outros nem sonhando. Pois é, deixava sempre pra trás essas ideias, aí eu falando pra mim mesma.... ó mainha a senhora não me deu amor mas eu vou dar ao meu filho. Assim, a minha vida tão dura que eu falei, mas me sinto feliz agora, passei por muitas coisas, um preconceito, por cabelo, que eu não tenho cabelo bom, essas coisas assim, mas se eu quisesse que meu cabelo ficasse bom, já tinha ficado, meu trabalho dá pra eu fazer, mas eu não posso então tenho que ficar quieta. Criar filho sozinha significa seguir adiante que ela vai conseguir porque acima de tudo tem Deus pra nos ajudar, tem muita gente que nasce e o apoio da família principalmente.

As reflexões acerca da monoparentalidade feminina apontam os caminhos para a (re) construção da vida de mulheres que conduzem sozinhas a dinâmica familiar. Essas mulheres conciliam a vida privada (os cuidados com a casa e educação dos filhos) e a vida pública (o trabalho), além de encontrar um espaço para dedicarem-se ao “ser mulher e mãe em condição de monoparentalidade”.

Essas mulheres sabem de suas marcas, mas também tem consciência do que a sociedade cobra: padrões, arquétipos em modelos de família e sendo assim, tensões se estabelecem entre ser solteira e não estar com o pai do filho.

Ricoeur (2006) ressalta que a capacidade de ficar só é uma espécie de desligamento pelo sofrimento de ausência e a distância de entes queridos. A desilusão emana uma crise de identidade, de referência, causando desligamentos. A solicitude e força perpassam pela esfera da capacidade de superação pelo reconhecimento.

TESSITURAS FINAIS

Toda trajetória deste estudo durante o mestrado foi de certa forma, marcada por uma aguçada curiosidade compreender melhor algumas questões, foram muitos aprendizados, enriquecendo os horizontes. Os resultados permitiram traçar o perfil da monoparentalidade em mulheres negras, bem como, pensar nos problemas sociais enfrentados por elas que lutaram para viver. Diante dos resultados da pesquisa, aponta-se o fato de ser imprescindível declarar que as mulheres envolvidas na pesquisa se mostraram receptivas, contribuíram sobremaneira para a viabilidade e concretização deste estudo e plantaram sua solidão e luta na condição de criar filhos sem a figura masculina, haja vista que a família estendida – aquela de amigos e pessoas da comunidade foi constitutiva na dinâmica de suas vidas, pois a família de origem nem sempre esteve na condição de cuidar, prover e amar.

Constatou-se que as políticas públicas que possam garantir condições mínimas para essas mulheres, ainda está no campo ideológico e apesar de alguns avanços, há muito o que fazer e posicionar. Em uma sociedade extremamente desigual, para que possam gozar de direitos previstos na lei é preciso que o Estado e os representantes do povo assumam responsabilidades no sentido de criar condições de igualdade entre homens e mulheres, entre brancos e negros, criando políticas que garantam esses direitos. Faz-se necessário a adoção de uma postura mais afirmativa, afinal qual é o fim almejado pelo artigo 3.º da Constituição Federal ainda está sem operacionalização adequada. Espera-se que uma transformação social aconteça com o objetivo de realizar na vida prática a igualdade, o que se preceitua em documentos, não para o benefício de alguns, mas sim, para o bem comum de mulheres negras.

Respondendo ao problema proposto nessa dissertação, ressalta-se que as tensões geradas em torno da família, da própria sociedade em si, tem contribuído para as identidades dessas mulheres estejam impregnadas de marcas. As entrevistadas mostraram que apesar das dificuldades, não desistiram de seus filhos e se mantiveram na luta pelo reconhecimento e reestruturação da família.

A temática sobre etnicidade é complexa, envolvendo perspectivas teóricas que devem ser levadas em conta de acordo com o contexto cultural, na medida em que

etnicidade reflete tendências de identificação e inclusão de um grupo étnico em uma sociedade. Na sua maioria, o fenômeno da etnicidade emerge em contexto de reivindicação por cidadania em sua situação de desigualdade social.

Nessas reflexões, pode-se afirmar ainda que as relações sociais são marcadas pela questão de gênero e etnicidade, visto que, o modelo construído tem funcionado como referência para as identidades que se formam, pensar nas relações entre homens e mulheres tem sido um desafio, haja vista que nas esferas da vida, seja ela privada ou pública marcas estão em suas convenções culturais e sociais.

Nessa perspectiva, percebe-se que, historicamente, a sociedade contempla modelos de família em que homens e mulheres exercem diferentes papéis e ser negro ainda está atrelado à questões de preconceito e marcas capazes de desenvolver identidades com sequelas de racismo e desigualdades sociais.

Em outras palavras, reforça aqui a ideia de que o gênero está associado a noções socialmente construídas de masculinidade e feminilidade, ou seja, a distinção entre sexo e gênero torna-se fundamental, pois, muitas diferenças entre homem e mulher não são de origem biológica, mas cultural.

Logo, a pesquisa aponta gênero como um conceito socialmente criado que atribui aos homens e às mulheres papéis sociais e identidades distintas, bem como que ser mulher negra em condição de monoparentalidade ainda é um marcador de olhares estereotipados e segregados. As relações interétnicas ainda estão em processo de produção e conhecimento.

Do mesmo modo, essas mulheres trouxeram em suas histórias, as tradições culturais, os modelos de família e as marcas próprias de ser negra em uma sociedade coercitiva e dicotomizada, apesar do discurso de miscigenação.

Há diferenças evidentes entre as etnias. Contudo, algumas semelhanças podem ser encontradas quando se observa que na construção da identidade, a cultura negra avançando em suas bases e símbolos associados à sensibilidade de quem tem olhar mais aberto à essas questões pontuadas.

A elaboração de uma identidade empresta seus materiais da história, da geografia, da biologia, das estruturas de produção e reprodução, da memória coletiva e dos “fantasmas” pessoais, dos aparelhos do poder, das revelações religiosas e das categorias culturais. Mas, os indivíduos, os grupos sociais, as sociedades transformam esses materiais e redefinem seu sentido em função de determinações sociais e de projetos culturais que se enraízam na sua estrutura social e no seu quadro

do espaço – tempo que trazem em si, marcas, tensões, conflitos que interferem na construção das identidades, gerando força ou desligamento social.

Reiterando o pensamento de Munanga (2004), ensinar aos alunos as contribuições dos diferentes grupos culturais na construção da identidade nacional; - mudar o currículo e a instrução básica, reflete as perspectivas e experiências dos diversos grupos culturais, étnicos, raciais e sociais, - realçar a convivência harmoniosa dos diferentes grupos; o respeito e a aceitação dos grupos específicos na sociedade, são enfoques para a redução dos preconceitos e a busca de igualdade de oportunidades educacionais e de justiça social para todos.

Para além das relações afetivas e contratuais do casamento, a construção de ser mulher negra em condição de monoparentalidade, ainda, tem sido percebido na sociedade brasileira como forma de segregação e tensão. Dessa forma, o reconhecimento significa admitir condição e lutar pela validade da pessoa, independente de sua condição – quaisquer que sejam.

REFERÊNCIAS

- AGIER, Michel. **Distúrbios identitários em tempos de globalização**. MANA 7 (2): 7-33, 2001.
- ALBERTI, Verena. **Tratamento das entrevistas de história oral no CPDOC**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005.
- ALGRANTI, Leila M. **Honradas e devotas: mulheres da Colônia**. São Paulo: José Olympio, 1993.
- ALMEIDA, A.M. et al. (Orgs.) **Pensando a família no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/UFRRJ, 1987.
- ANGELO, M.; BOUSSO, R.S.; **Buscando preservar a integridade da unidade familiar: A família vivendo experiência de ter um filho na UTI**. Rev. Esc. Enf. UEB. Vol.35, p.172-9, 2001b.
- AZERÊDO, Sandra. **Teorizando sobre gênero e relações raciais**. Relações sociais de gênero, raça e as relações interétnicas. Estudos Feministas, Rio de Janeiro, n. especial, p. 203-216, 2. sem. 1994.
- AZEREDO, V. G. Entre paredes e redes: o lugar da mulher nas famílias pobres. **Serviço Social e Sociedade**, n. 103, 2010.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BACELAR, J. **Etnicidade: ser negro em Salvador**. Salvador: PENBA, IANAMÁ, 1989.
- BAIROS, L. **Mulher negra: o reforço da subordinação**. In: REIS, João José (Org.). **Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BALIBAR, Etienne. **Las Cainte des Masses: politique et philosophie avant et après Marx**. Paris. Galilée, 1996.
- BARBOSA, Wilson do Nascimento. **Cultura Negra e dominação**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2006.
- BARTH, Fredrik. Grupos Étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P. **Teorias da etnicidade**. Seguindo de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth, Philippe Poutignat, Jocelyne Streiff-Fenard. Tradução de Élcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 1998.
- BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras”. In: **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000. pp.25-67.
- BARTH, Fredrik. **O Guru, o Iniciador e as Outras Variações Antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Trad. de Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976.

BERNARDO, Terezinha. **Memória em branco e negro**: um olhar sobre São Paulo. São Paulo: Educ, 1998.

BERQUÓ, Elza. Perfil Demográfico das chefias femininas no Brasil. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G., org. (2001). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas / Editora 34, 2001.

BOM MEN MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral**: Como fazer, Como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

BONNICI, Thomas. **Teoria e crítica literária feminista**: conceitos e tendências. Maringá: Eduem, 2007.

BORGES, Edson; MEDEIROS, Carlos Alberto & D'Adesky. Racismo, preconceito e intolerância. São Paulo: Atual, 2002.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade** - lembranças de velhos. 3ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

BRAIDO, Ingrid Maria Bertolino. **Família monoparental** - acolhida pela Constituição Federal de 1988, porém, marginalizada. 95 f. Trabalho de Conclusão de Curso-faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2003.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues et al. **O difícil espelho**. Rio de Janeiro: IPHAN/DEPRON, 1996.

BRASIL, **Constituição da República Federativa**. 1. Brasil, 2. Emenda Constitucional, 3. Revisão Constitucional, Brasil. I. Título. São Paulo, SP, 2001. – (Coleção de leis Rideel. Série compacta).

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Vade Mecum especialmente preparado para a OAB e Concursos / organização Darlan Barroso e Marco Antonio Araújo Junior. – 2a edição – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, p. 68, 2012.

BRITO, Flávio dos Santos. **Mulher chefe de família**: um estudo de gênero sobre a família monoparental feminina. Revista Urutáguá, Paraná, ano 15, abr./mai./jun./jul. 2008.

BRUSCHINI, C. Mulher, Casa e Família. São Paulo: Vértice Fundação Carlos Chagas, 1990.

BUTTLER, Judith. **Problemas de Gênero, Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

CALDWELL, Kia Lilly. **Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil**. Revista Estudos Feministas, v. 8, n.2, p. 91-108, 2º. semestre, 2000.

CARDOSO, Suzana Alice. **Geolinguística: tradição e modernidade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. In: ASHOKA EMPREENDIMENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Orgs.). *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano Editora, p. 49-58, 2003.

CARNEIRO, Terezinha Feres. **Família em cena: tramas, dramas e transformações**. Petrópolis– RJ. Vozes. 2002.

CARVALHO, Luiza. **Famílias chefiadas por mulheres: relevância para uma política social dirigida**. In: Serviço Social & Sociedade. Cortez. Ano XIX, nº 57, p.86, jul., 1998.

CARVALHO, M.E.P.MONTANÉ, A. **Políticas de igualdade de gênero na educação na Espanha e no Brasil: Avanços e lutas**. Labrys, Estudos Feministas, 2012.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. In: A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra. v. 2. 1999.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. Rio De Janeiro: Paz e Terra, 1999.

CHAGAS, Conceição Corrêa das. **Negro uma identidade em construção: dificuldades e possibilidades**. Petrópolis: Vozes, 1996.

Cláudio Reichert do Nascimento e Noeli Dutra Rossatto Ethic@, Florianópolis, v. 9, n. 2, p., 2010.

COELHO, Virginia Paes. O trabalho da mulher, relações familiares e qualidade de vida. In: **Serviço Social & Sociedade**. Cortez. Ano XXIII, Especial, nº 71, p.65, 2002.

COOPER, D. **A morte da família**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

CORREA, M. Repensando a família patriarcal brasileira. In: CORREA, M. (org.) **Colcha de Retalhos**. São Paulo: Brasiliense, 1982. FERNANDES, F. A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo. Ed. Ática, 2 v, 1978 e 1964.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativo ao gênero. In: **Estudos Feministas**, V.10. 2002-1.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru, Edusc, 1999.

DEL PRIORE, Mary. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2000.

DI GREGORIO, M F. **Mulheres, Corpos e Pecados: uma discussão sobre a questão da condição feminina no Brasil Colônia**. Revista Histórica do Arquivo de São Paulo. Vol. 45. Dez 2010.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro: direto de família**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, v. 5, 2002.

DONATI, Pierpaolo. **Família no século XXI**: abordagem relacional. São Paulo: Paulinas, 2008.

ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70, 1990.

ESPOSITO, V.H.C. **Pesquisa Qualitativa**: Modalidade Fenomenológico-Hermenêutica. Relato de uma Pesquisa. In: BICUDO, M.A.V.; ESPOSITO, V.H.C. (org.) A pesquisa qualitativa em educação: um enfoque fenomenológico. Piracicaba: Editora UNIMEP, 1994.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1983.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo. Ed. Ática, 2 v, 1978.

FOGOLARI, Elide Maria. **O visível e o invisível no ver e no olhar a telenovela**: recepção, mediação e imagem. São Paulo: Paulina, (Coleção Comunicação/estudos), 2002.

FONSECA, Claudia. **Família, fofoca e honra**: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e ousadia** – o cotidiano do professor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FREITAS, L. **Adolescência, família e drogas: A função paterna e a questão de limites**. Rio de Janeiro: Mauad. 2002.

FREYRE, G. **Casa-grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 28.ed. Rio de Janeiro: Record, 1992.

GOELLNER, Silvana Vilodre. **Mulher e esporte no Brasil**: entre incentivos e interdições elas fazem história. Pensar a prática, v.8 n. 1, p. 85-100, 2005.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975/2004.

GOLDANI, A. M. As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação. **Revista Travessia do Centro de Estudos Migratórios**, n. 5, p. 58-78, 1989.

GOMES, M. A.; PEREIRA, M. L. D. **Família em Situação de Vulnerabilidade Social**: uma questão de políticas públicas. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 10, n. 2, p. 357-363, 2005.

GOMES, N. L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: **Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal 10639/2003**. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

GRUZINSKI, Serge. **O pensamento mestiço**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

- HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 1990, 2006.
- HALL, Stuart. **Identidade Cultural na Pós Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991**. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- HOFBAUER, Andréas. **Uma história de branqueamento ou o negro em questão**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.
- HOFFNAGEL, Judith Chambliss. A emergência de identidades na atividade discursiva falada e escrita. In: MOURA, Denilda (Org.). **Os múltiplos usos da língua**. Maceió: [s.n.], 1999.
- HOOKS, Bell. **Talking back: thinking feminist, thinking black**. Boston: South End Press, 1995.
- IANNI, Octávio. **As metamorfoses do escravo**. 2 ed. Breve e aumentada, São Paulo: Hucitec, 1980.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) **Censo Demográfico 2010. Famílias e domicílios. Resultados da amostra**. Rio de Janeiro, 1–203, (2012). Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em 13 dez. 2012.
- JABLONSKI, B. O cotidiano do casamento contemporâneo: a difícil e conflitiva divisão de tarefas e responsabilidades entre homens e mulheres. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). **Família e casal: saúde, trabalho e modos de vinculação**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.
- JULIO, Ana Luiza dos Santos. **Negros e negras no ensino superior privado: um estudo sobre raça e gênero**. Tese de doutorado, 180 f – Programa de Pós Graduação em Psicologia PUCRS – Porto Alegre, 2011.
- LAQUEUR, T. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- LEITE, Eduardo de Oliveira. **Famílias monoparentais: a situação jurídica de pais e mães separados e dos filhos na ruptura da vida conjugal**. 2.ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.
- LEMOS, Ana Claudia. **Mulher Negra: afetividade e solidão**. Salvador, EDUFBA, 2013.
- LOPES, Luiz Paulo da Moita. **Identidades Fragmentadas: a Construção Discursiva de Raça, Gênero e Sexualidade em Sala de Aula**. Campinas, Mercado de Letras, 2002
- MARCELIN, L. H. **A Invenção da Família Afro-Americana: Família, Parentesco e Domesticidade entre os Negros do Recôncavo da Bahia**. Tese de Doutorado. PPGAS, Museu Nacional. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

MARX, K. **Elementos fundametales para la critica de la Economia Política (Grundrisse)**, 1857- 1858. México: Siglo XXI, 1978.

MENDES, M. A. Mulheres chefes de família: a complexidade e ambiguidade da questão. Apresentado no **XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**, Ouro Preto, MG, 4 a 8 de novembro de 2002. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_Gen_ST38_Mendes_texto.pdf>. Acesso em 25 mar. 2013.

MENEGHEL, S.N. et al. **Rotas críticas de mulheres em situação de violência: depoimentos de mulheres e operadores em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil**. 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MINUCHIN, S. Famílias. Funcionamento e tratamento. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982. PESCE, R. P. et al. Risco e proteção: em busca de um equilíbrio promotor de resiliência. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 20, n. 2, p. 135-143, 1982.

MONTES, Maria Lúcia. **Raça e Identidade: entre o espelho, a invenção e a ideologia**. In: SCHWARCZ, L. M. & QUEIROZ, Renato Silva (Orgs.) **Raça e Diversidade**. São Paulo: EDUSP, 1996.

MOREIRA, Daniel Augusto. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

MUNANGA Kabengele. **Negritude: Usos e Sentidos**. 2aed. São Paulo, Ática, 1988.

MUNANGA, Kabengele & GOMES, Nilma Lino. **Para Entender o Negro no Brasil de Hoje: História, Realidades, Problemas e Caminhos**. São Paulo, Global, 2004.

NOGUEIRA, Oracy. **Tanto Preto Quanto Branco: Estudos de Relações Raciais**. São Paulo: T. A. Queiroz Editor.1985.

OCHS, E. Constructing social identity: a language socialization perspective. *Research on Language and Social Interaction*, 1993.

OLIVEIRA, E. **Relações étnico-raciais e de gênero e o discurso da sala de aula de português: uma abordagem etnográfica interacional**. Belo Horizonte. FAE/UFMG, 2008. (Tese de Doutorado).

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PACHECO, Ana Claudia. **Mulher negra: afetividade e solidão**. Salvador: ÉDUFBA, 2013.

PERROT, Michel. **Os Excluídos da História: Operários, Mulheres e Prisioneiros**. RJ: Paz e Terra, 1988.

PETRINI, João Carlos; CAVALCANTI, Vanessa Simon (Orgs.). **Família, sociedade e subjetividade: uma perspectiva multidisciplinar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

- PIERUCCI, Antônio Flávio. **Ciladas da Diferença**. São Paulo: Ed.34, 1999.
- PIRANDELLO, Luigi. **Um, nenhum e cem mil**. Editora Cosac Naify, 2005.
- POLETTO, M., Wagner, T. M. C., & Koller, S. H. Resiliência e desenvolvimento infantil de crianças que cuidam de crianças: uma visão em perspectiva. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 20 (3), 241-250, 2004.
- POSENATO, Júlio. **Caminhos de Pedra – Projeto de Resgate da Herança Cultural**. Bento Gonçalves, 1990.
- POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**; seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth. 2.ed. São Paulo: UNESP, 1998.
- PRADO, Danda. **O que é família**. 10ª ed. Editora brasiliense, 1988.
- RICOEUR, Paul. **O conflito das interpretações**. Paris: Ponto inicial, 1969.
- ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- SAFFIOTI, Helieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade Vozes, 2. ed. coleção de Sociologia Brasileira, vol. 4, 1979.
- SAMARA, E. M. **O que mudou na família brasileira?** (da Colônia à atualidade). *Psicologia. USP*. v. 13, n. 2, São Paulo, 2002.
- SANTOS, Gislene A. dos. **A invenção do ser negro**: um percurso das ideias que naturalizaram a inferioridade dos negros. São Paulo/ Rio de Janeiro: Pallas; 2002.
- SARACENO, C. **Sociologia da família**. Rio de Janeiro: Estampa, 1997.
- SARTI, Cynthia Anderson. História das mulheres. In: BURKE. P. **A escrita da história**. São Paulo: Editora UNESP, 1992.
- SCHUMACHER, Schuma; VITAL BRASIL, Érico. **Mulheres Negras do Brasil**. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2007.
- SCOTT, Joan Wallach. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica”. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1992.
- SEBE BOM MEIHY, José Carlos Memória, **história oral e diferenças** | Sesc Memórias – 30/07/2009 – Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QvPyJ-OjsuM> – Acesso em: 20 de Março de 2015.
- SILVA, Joselina; PEREIRA, Amauri Mendes .Organizadores. **O Movimento de Mulheres Negras: escritos sobre os sentidos de democracia e Justiça social no Brasil**. Belo Horizonte: Nandyala, 2014.
- SILVA, Maria Nilza da. **Mulheres negras**: o preço de uma trajetória de sucesso. PUC/SP, Dissertação Mestrado, 1999.
- SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In; SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos culturais. Petrópolis-RJ: Editora Vozes; 2000.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego: diagnósticos e alternativas**. São Paulo: Contexto, 2008.

SINGLY, François de. **Sociologia da família contemporânea**. Trad. Clarice Ehlers Peixoto. Rio de Janeiro: Editora FGV, 208 p. (Família, geração & cultura), 2007.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O Território: Sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento. In: GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia: Conceitos e Temas Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

STANHOPE, Márcia. **Teorias e Desenvolvimento Familiar**. Lisboa: Lusociência, 1999. Disponível em: http://www.inclusao.com.br/projeto_textos_03.htm. Acesso em jan./2016

STOLCKE, Verena. **O enigma das intersecções**: classe, “raça”, sexo e sexualidade. A formação dos Impérios, 2010.

TAYLOR, Charles. “A política do reconhecimento”. In: _____. **Argumentos Filosóficos**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Edições Loyola, p. 241, 2000.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

VITALE, Maria Amalia Faller. Família monoparentais: indagações. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. Nº71. Ano XXIII, São Paulo: Cortez, 2002.

YUNES, M. A. M. **A questão triplamente controversa da resiliência em família de baixa renda**. Tese (Doutorado em Psicologia da Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2001.

YUNES, M. A.M. & SZYMANSKY, H. **Resiliência**: noção, conceitos afins e considerações críticas. In: TAVARES, J. (Ed.). Resiliência e educação. São Paulo: Cortez, p. 13-42, 2001.

ANEXOS

ANEXO 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A senhora está sendo convidada como voluntária a participar da pesquisa: “A MONOPARENTALIDADE EM MULHERES NEGRAS: TENSÕES ENTRE IDENTIDADE E RECONHECIMENTO NAS TRAMAS DAS RELAÇÕES SOCIAIS. ”. Este estudo tem como objetivo Investigar em que medida as questões relacionadas às relações raciais, de gênero e família monoparental são visualizadas na sociedade contemporânea buscando compreender trajetórias e dinâmicas da condição de ser mulher negra e provedora do lar.

A motivação para esse estudo é, portanto, a justificativa para este trabalho em construção e das indagações dessa pesquisa se apoia em uma constatação teórica: a ausência de estudos que tenham como sujeito as famílias constituídas por mulheres provedoras, negras e a trajetória social e afetiva delas em relação a etnicidade e a condição de ser mulher negra.

Para este estudo adotaremos os) seguintes procedimentos metodológicos: Levantamento bibliográfico sobre o tema; Pesquisa qualitativa a partir de uma orientação sócio histórica/cultural; Enfatizar nessa abordagem a compreensão dos fenômenos pela hermenêutica – com uso dos procedimentos da história oral de vida; A pesquisa é vista como uma relação entre sujeitos, portanto dialógica - na qual o pesquisador é parte integrante do processo investigativo.

Você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecida em todas as formas que desejar e estará livre para participar ou recusar-se. Você poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não causará qualquer punição ou modificação na forma em que é atendido(a) pelo pesquisador que irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Você não será identificado em nenhuma publicação. Este estudo apresenta risco mínimo deste trabalho ser apresentado a nível acadêmico, mas, preservando a sua identidade inteiramente. Apesar disso, você tem assegurado o direito a compensação ou indenização no caso de quaisquer danos eventualmente produzidos pela pesquisa.

Os benefícios deste estudo são: *dispor de literatura para análise na academia, reflexão social para tomada de decisões políticas e acima de tudo o sentimento de colaboração com a função social de alteridade. Os resultados estarão à sua disposição quando finalizados. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 anos, e após esse tempo serão destruídos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida a você.*

Eu, _____ fui informado(a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e posso modificar a decisão de participar se assim o desejar. Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Jequié, ____ de _____ de 2016.

Assinatura do(a) participante

Impressão digital (se for o caso)

Assinatura do(a) pesquisador(a)



APÊNDICES

APÊNDICE 1- ROTEIRO PARA AS ENTREVISTAS

ROTEIRO PARA AS ENTREVISTAS

- 1. Idade: Escolaridade:**
- 2. Mora com alguém ou mora sozinha? Origem familiar, bairro.**
- 3. Profissão.**
- 4. Como se classifica quanto a raça/cor:**
- 5. Como você se reconhece?**
- 6. O que é ser mãe solteira e chefe de família para você?**

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:

PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL: ANTÔNIO ROCHA SILVA

ENDEREÇO: RUA 1º DE MAIO, 183 BAIRRO JOAQUIM ROMÃO CEP 45202070

FONE: (73)35254646 / E-MAIL: UILGNER@YAHOO.COM.BR

CEP/UESB- COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

RUA JOSÉ MOREIRA SOBRINHO, S/N - UESB

JEQUIÉ (BA) - CEP: 45206-190

FONE: (73) 3528-9727 / E-MAIL: cepuesb.jq@gmail.com